

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 844
1 de Março de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Eleições na Nicarágua

*Inteira e activa solidariedade
dos comunistas portugueses
à Frente Sandinista*

1. A vitória inesperada das forças da oposição agrupadas na «UNO» nas eleições do passado domingo na Nicarágua constitui motivo de tristeza e preocupação para todos os amigos sinceros do povo nicaraguense, para todos os defensores de uma Nicarágua livre, independente e soberana, para todas as forças que exigem o fim da ingerência do imperialismo norte-americano nos assuntos internos da Nicarágua e da América Central.

2. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi e continua a ser a vanguarda indiscutível da luta patriótica e revolucionária do povo nicaraguense e a força política de que desfruta de maior apoio popular. A vitória eleitoral dos catorze partidos da oposição reunidos na «UNO» não pode fazer esquecer que a FSLN obteve mais de 40% dos votos expressos.

Por outro lado é necessário levar em conta as circunstâncias em que se realizaram as eleições: ingerência brutal do imperialismo norte-americano nos assuntos internos da Nicarágua, boicote económico, apoio militar directo aos «contras», apoio político e financeiro à «UNO» e sua campanha eleitoral, ameaças e chantagens incluindo a do não reconhecimento da prevista vitória da FSLN. Os dez anos de guerra não declarada pelos EUA contra a revolução sandinista semearam a destruição, a morte e o sofrimento entre o povo nicaraguense. A oposição reaccionária, conluída com o imperialismo explorou a fundo as dramáticas condições de vida do povo provocadas pela agressão externa.

3. A FSLN, nos seus esforços para pôr termo à guerra não declarada imposta pelos EUA, respeitou escrupulosamente os

acordos subscritos com outros países pela paz na América Central, acordos que aliás os EUA têm sistematicamente hostilizado e sabotado, e que outros governos, como a ditadura de El Salvador, violam sistematicamente da forma mais brutal.

Urge pôr fim à ingerência do imperialismo norte-americano na América Central. Ao povo da Nicarágua e demais povos da região deve ser assegurado o direito de decidirem sem ingerência externa o seu futuro.

A recente invasão militar do Panamá pelos EUA confirmou que o imperialismo não mudou de natureza, continua a ser o principal obstáculo à independência, à democracia e ao progresso social. Perante o perigo real dos EUA pretenderem finalmente sufocar a revolução sandinista e a insurreição popular salvadorenha e face às crescentes ameaças contra Cuba Socialista, é necessário prosseguir e intensificar a solidariedade para com a luta libertadora dos povos da América Central.

4. O PCP, que saudou o triunfo da Revolução Popular Sandinista que pôs termo à criminosa ditadura de Somoza, que desde a primeira hora esteve ao lado da FSLN e do povo nicaraguense na sua luta patriótica e revolucionária, confirma-lhes a inteira e activa solidariedade dos comunistas portugueses e está certo de que os elevados ideais de liberdade, justiça e progresso social que estão na base da Revolução Sandinista de 1979 e pelos quais tombaram tantos nicaraguenses acabaram por triunfar.

27 de Fevereiro de 1990

O Secretariado do Comité Central do
Partido Comunista Português

Pág. 8/Semana

PCP propõe NUMERUS CLAUSUS acabar até 1993

Pág. 1/Semana

Nota da CGTP sobre os TEXTEIS

No quadro do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), Governo e patronato devem ultrapassar as suas «reservas mentais» e aceitar a introdução de uma cláusula social nas normas do comércio, designadamente no que respeita à CEE e na generalidade do comércio internacional do sector têxtil — defende a CGTP-IN

Pág. 3 Semana

Reforma Agrária realização histórica do Portugal democrático



Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Em Foco

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

TESES

O «Avante!» publicará no próximo número as Teses para o XIII Congresso (Extraordinário) que o CC aprovará na sua reunião dos próximos dias 4 e 5. As Teses serão publicadas em suplemento com o formato de um caderno A4 agrafado. As organizações que pretenderem aumentar as suas encomendas deverão fazer os respectivos pedidos para a CDL - Central Distribuidora Livreira (Telef. 73 22 75/73 25 40/73 26 90/73 25 94) até segunda-feira, 5 de Março

PARA UM SOCIALISMO HUMANO E DEMOCRÁTICO

Plataforma
do CC do PCUS
para o
28.º Congresso

Texto integral

Págs. 8, 9, 10, 11, 12 e 13
Em Foco

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 844

1 de Março de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Enfrentar o presente preparar o futuro

O impetuoso processo de mudanças que está transformando radicalmente a fisionomia do mundo faz surgir cada dia e a cada curva do caminho facetas surpreendentes de uma nova realidade em transe de definição. Numacádença irregular mas tempestuosa e célere, o político, o sociólogo, o filósofo e ainda mais o cidadão comum que vive em directo as contradições do processo, encontram-se diariamente diante de uma avalanche de novos factos e acontecimentos e de novas situações para os quais não é linear encontrar-se a resposta imediata e necessária.

Nos tempos actuais a História escreve-se e reescreve-se todos os dias, no tumultuar de factores adversos inerente às grandes fases de transição revolucionária.

Sob o fogo dos embates se vai forjando um novo estádio de coisas.

As profundas alterações que se estão produzindo na realidade objectiva, no prodigioso processo de desenvolvimento das forças produtivas sob o impulso dos avanços da ciência e da técnica, são acompanhados pela irrupção de fenómenos subjectivos de grande porte no comportamento e na intervenção decisiva do Homem neste contraditório processo.

A subjectividade ganha mesmo por vezes uma extraordinária força de massas que condiciona decisivamente as grandes soluções políticas e necessariamente inflama a batalha ideológica.

A luta dos povos na hora actual e os novos deslocamentos de forças que se estão operando à escala do universo, em particular as profundas alterações que se estão produzindo nos países do Leste europeu, são deste complexo processo de mudanças as manifestações mais flagrantes.

Por isso a resposta imediata e necessária não é fácil nem linear. Por isso ao político, ao sociólogo, ao filósofo e ainda mais ao cidadão comum que vive em directo as contradições do processo, a todos os lutadores e defensores da democracia, do progresso social e da paz, se colocam questões cruciais que exigem um profundo empenhamento individual e colectivo sem capelinhas nem compartimentos estanques.

A gravidade da hora actual e a dimensão dos acontecimentos actuais o exigem verdadeiramente. O que não significa nem pode significar tábua rasa de divergências de fundo, de diversidade de conceitos, de diferenças de opinião,

mesmo de secundários subjectivismos de comportamento.

São óbices cuja superação somente é possível através da intensificação do debate democrático, da definição criteriosa e mínima dos objectivos comuns, da convergência e unidade de acção das forças do progresso.

Os comunistas portugueses estão neste combate com toda a sua determinação; com a necessária abertura e a indispensável firmeza de princípios; com a força das suas raízes no povo e da sua identidade.

O Partido Comunista Português parte da convicção de que um tal combate para sair vencedor exige e pressupõe uma ampla democratização de todos os processos - de debate, de participação, de intervenção política.

Exige e pressupõe também uma grande modéstia na abordagem das situações, na tomada de consciência da grandeza e complexidade das gigantescas tarefas que temos pela frente.

É preciso partir do pressuposto de que ninguém possui a ciência na algibeira.

No plano interno, para o PCP, para os seus organismos dirigentes, a definição correcta das novas realidades em gestação que estamos vivendo e das grandes linhas estratégicas de acção do Partido deve ser um todo resultante do contributo colectivo de todos os seus militantes.

Como é impossível conceber que a superação das dificuldades e dos obstáculos do percurso, o ataque eficaz aos complexos problemas da hora actual possam efectivar-se sem a participação consciente, activa e directa de todo o colectivo partidário.

A pouco mais de três meses da realização do seu XIII Congresso (extraordinário) e no momento em que o Comité Central se prepara para debater o projecto de Teses a submeter à discussão de todas as organizações e militantes do Partido, todas estas questões e pressupostos assumem decisiva importância, principalmente nas duas componentes essenciais da intervenção do Partido na complexa batalha ideológica e política do momento actual: debate de ideias e acção.

Debate de ideias no exercício pleno da democracia interna do Partido;

Acção unida e coesa no enfrentamento dos agudos problemas políticos, económicos, sociais e culturais do Portugal contemporâneo num contexto internacional cada vez mais interdependente e em profunda mutação.

O PCP não precisa de criar novos instrumen-

tos para travar esta complexa batalha e para se reafirmar como força indispensável da democracia portuguesa no plano interno e no contexto internacional.

Os Estatutos e o Programa do Partido aprovados no XII Congresso inserem-se já nesta nova realidade em movimento, permitem apetrechar o Partido para a realização das suas gigantescas tarefas a curto e a mais dilatado prazo.

Como é sabido alguns militantes têm da democracia interna do Partido uma visão deformada. Pretendem justificar em inexistentes limitações estatutárias as suas actividades extrapartidárias, algumas mesmo de natureza provadamente fraccional e na pretensa desactualização no Programa das suas concepções desajustadas da época que vivemos e da natureza de classe do PCP.

Como também se sabe é mais fácil registar os atrasos do que avançar propostas e medidas adequadas para os corrigir e vencer.

Dois princípios basilares da vida e da actividade do PCP são objecto dos ataques e críticas extrapartidárias daqueles militantes do Partido - os do centralismo democrático e os da ideologia marxista-leninista pelos quais se identifica.

A democracia interna do PCP não é um processo anárquico. A unidade de pensamento e de acção dos comunistas, a coesão ideológica e política do Partido, não assentam no «unanimismo» nem na ausência da autonomia de iniciativa dos seus membros no quadro dos princípios orgânicos, da linha programática e da orientação do Partido para cada situação concreta.

Todos os militantes do Partido têm não só o direito de defender e manter as suas opiniões e de fazê-las triunfar nos organismos em que participem, inclusive no Congresso, sua instância máxima, como o dever de acatar na acção a regra básica da democracia interna do Partido - as decisões da maioria.

Poucos partidos têm uma experiência tão rica de aplicação e de exercício dos princípios do centralismo democrático às situações históricas vividas como o PCP.

Nos duros tempos da clandestinidade, limitações à aplicação da componente democrática foram em certos períodos da luta dos comunistas portugueses uma questão de sobrevivência do Partido nas condições da luta contra a repressão fascista e a acção da PIDE.

Mesmo nesses duros tempos da clandestinidade foi prática essencial do Partido e dos seus organismos dirigentes o respeito pela opinião dos militantes, a solicitação permanente da sua participação no trabalho geral do Partido.

Claro, com erros de uma natureza ou outra de rigidez ou de liberalismo na conduta de tal ou tal militante mais responsável ou de tal ou tal organismo dirigente, que não eram, contudo, a conduta essencial do Partido.

Depois do 25 de Abril, conquistada a legalidade, adequados os estatutos à nova situação, a democracia interna reforçou-se e está na base da inserção criadora do PCP como força indispensável da Revolução democrática de 1974.

Na hora actual, a preparação e a realização do XIII Congresso (extraordinário) constituirão seguramente um grande passo e uma expressiva manifestação de democracia interna do PCP e no plano externo uma abertura às novas realidades sem quebras nem renúncias aos princípios básicos da vida e da actividade do Partido na perspectiva da democracia avançada, a grande consigna política do Programa saído do XII Congresso de Dezembro de 87 para o limiar do Século XXI.

Esta fase preparatória do XIII Congresso (extraordinário) decorre quando sob o cavaquismo governante se agravam os problemas do povo e do país; quando a instabilidade e a insegurança social no mundo do trabalho suscitam a clara contestação das mais vastas camadas populares à política do Governo; quando, indiferentes aos protestos generalizados, Cavaco Silva e o PSD intensificam a sombra das novas disposições constitucionais a ofensiva de restauração em Portugal do capitalismo monopolista de Estado; quando o poder cavaquista perdeu legitimidade política e viu drasticamente reduzida a sua base social e política de apoio.

Decorre também a preparação do Congresso no momento em que condições novas excepcionais se abriram para a demissão do Governo e para o reforço da convergência e da acção comum das forças democráticas, para a construção de uma alternativa ao cavaquismo governante e à sua política.

Responder aos problemas do presente e às exigências da construção do futuro é uma exaltante tarefa de todos os comunistas e um vínculo da sua coesão e unidade da batalha política e ideológica da hora actual.

Resumo

21 Quarta-feira

O Procurador-Geral da República determina a abertura de um inquérito sobre o concurso de adjudicação de obras do futuro aeroporto de Macau ■ Instrutores e proprietários das escolas de condução de Lisboa, Santarém e Setúbal concentram-se frente ao estádio da Luz, com oitocentos carros de instrução, para protestarem contra a excessiva demora na marcação dos exames de condução ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, Gyula Horn, admite que o seu país possa vir a tornar-se membro da NATO ■ O parlamento soviético solicita a adopção de medidas especiais para preservar a lei e a ordem durante as manifestações previstas para domingo ■ É decretado o recolher obrigatório na província jugoslava de Kosovo, depois da mobilização das forças armadas para manter a ordem na região ■ O dirigente histórico do Solidariedade, Maruan Jurczyk, anuncia a ruptura definitiva com a organização de Lech Walesa e a constituição de uma nova central sindical ■ O Ministério da Cultura e Direcção Islâmica iraniano encerra as instalações da BBC em Teerão ■ O primeiro-ministro cambiano, Hun Sen, e o príncipe Norodom Sihanouk, reunidos em Bangucoque, concordaram na necessidade de criar «um órgão nacional supremo» encarregado de simbolizar a soberania nacional e a unidade nacional ■ O presidente francês, François Mitterrand, autoriza a venda de uma central nuclear ao Paquistão.

22 Quinta-feira

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) manifesta-se em Lisboa reivindicando aumentos salariais de 12 por cento ■ O Conselho de Ministros cria dois comissariados para o combate à pobreza, dispondo de uma verba de quatro milhões de contos ■ O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, critica a lei do Serviço Nacional de Saúde em vigor, conhecida como «lei Arnaut» ■ Carlos Melancia garante que o Governo de Macau não recebeu nenhuma carta duma empresa alemã a pedir a devolução de cerca de 50 mil contos ■ O governo chinês apresenta o segundo protesto formal em menos de um mês contra os Estados Unidos por interferência nos assuntos internos, desta vez motivado por um documento do Departamento de Estado norte-americano sobre os direitos humanos na China ■ O presidente sul-africano dá luz verde às primeiras conversações oficiais do governo com o Congresso Nacional Africano.

23 Sexta-feira

É levantada no Parlamento a hipótese de declarar o Mosteiro dos Jerónimos como monumento mundial em risco, no sentido de sensibilizar a UNESCO para reforçar os apoios à

sua preservação ■ Mário Soares e Cavaco Silva anunciam que não tomarão qualquer posição formal sobre o caso que envolve o governador de Macau relativamente à construção do aeroporto do território, antes da divulgação dos resultados do inquérito ■ O ministro português dos Negócios Estrangeiros defende uma abordagem inovadora para desenvolver o diálogo Norte-Sul ■ O Sindicato dos Maquinistas recusa a mediação dos quatro sindicatos afectos à UGT na empresa, no processo de negociação com o conselho de gerência ■ Os bispos portugueses «não concordam» com a posição tomada pelo Governo a respeito da televisão privada, que, segundo um comunicado do secretariado-geral do Episcopado Português, não honrou os compromissos assumidos anteriormente ■ A Federação dos Sindicatos da Função Pública suspende a greve nas alfândegas após ter chegado a uma plataforma de entendimento com o Governo ■ O governo alemão-federal assegura que a RFA não tem reivindicações territoriais em relação a nenhum dos seus vizinhos, nomeadamente a Polónia ■ O presidente romeno, Ion Iliescu, apela à criação de uma «frente comum» que se oponha «ao recrudescimento dos movimentos fascistas» ■ O Soviete Supremo da Estónia adopta uma lei que altera a Constituição da República retirando ao Partido Comunista o papel dirigente na sociedade ■ Morre, vítima de um cancro, o antigo presidente salvadoreño Napoleon Duarte.

26 Segunda-feira

Em conferência de Imprensa, o PS anuncia que vai propor ao Governo a realização de «um grande debate na Assembleia da República sobre as questões da integração europeia» ■ O eurodeputado comunista Carlos Carvalhas considera que a criação de um programa RETEX (para a indústria têxtil) similar ao RESIDER e ao RENAVAL, proposta por João Cravinho e o PS no Parlamento Europeu, «não se afigura a mais aconselhável» pois «é um programa que será alimentado pelo FEDER, que já está sobrecarregado e limitará as verbas para outros fins» ■ Violeta Chamorro, candidata pró-norte-americana da União Nacional de Oposição (UNO) é declarada vencedora das eleições presidenciais na Nicarágua, com 14 pontos percentuais sobre o candidato da FSLN, Daniel Ortega ■ A polícia racista sul-africana abre fogo sobre um grupo de manifestantes num «ghetto» negro junto de Kroonstad (Orange) matando três adolescentes ■ O parlamento sucoo reelege para o cargo o primeiro-ministro o dirigente social-democrata Ingvar Carlsson, cujo primeiro governo se havia demitido dias antes, depois de ver recusado pelos deputados um controverso pacote económico.

24 Sábado

O Sindicato dos Maquinistas decide em reunião convocar nova greve parcial com início a 7 de Março e que se prolongará pelo período mínimo de dez dias ■ Pedro Canavarro defende a continuação do PRD e sublinha que a próxima Convenção do partido deverá definir uma clara intenção de alcançar o Poder ■ Dois aviões caça-bombardeiros da Força Aérea Angolana atacam objectivos militares na Jamba ■ Decorrem eleições na República Soviética da Lituânia, que dão uma confortável maioria ao soviete supremo de Vilnius ao movimento nacionalista e independentista lituano Sajudis ■ Nelson Mandela apela à paz no estádio de Durban perante 120 mil pessoas ■ O antigo chanceler da Alemanha Federal, Willy Brandt, é eleito presidente honorário do Partido Social-Democrata da Alemanha Democrática.

25 Domingo

Assinala-se um pouco por todo o país o Domingo Gordo de Carnaval ■ O secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, afirma em Gouveia que os produtores de queijo da serra vão sofrer sérias dificuldades a partir de 1993, devido à abolição das barreiras aduaneiras ■ Termina o 1.º Encontro Regional de Jornalistas do Norte ■ Os eleitores nicaraguenses vão às urnas decidir o futuro do governo sandinista ■ Realizam-se importantes manifestações em Moscovo convocadas por organizações independentes que criticam as autoridades soviéticas pela lentidão com que as reformas estão a avançar ■ O chefe do Pentágono, Richard Cheney, declara que apesar de a «guerra fria» ter terminado na Europa, o mesmo não acontece na Ásia onde há motivos suficientes para que as tropas americanas lá permaneçam ■ Falece Sandro Pertini, ex-presidente da República italiana e destacado dirigente do Partido Socialista de Itália.

vo convocadas por organizações independentes que criticam as autoridades soviéticas pela lentidão com que as reformas estão a avançar ■ O chefe do Pentágono, Richard Cheney, declara que apesar de a «guerra fria» ter terminado na Europa, o mesmo não acontece na Ásia onde há motivos suficientes para que as tropas americanas lá permaneçam ■ Falece Sandro Pertini, ex-presidente da República italiana e destacado dirigente do Partido Socialista de Itália.

27 Terça-feira

Autarcas e população da região de Monção e Melgaço, donde provém o famoso vinho «Alvarinho», protestaram contra a construção da barragem de Cela, pois recelam que o aumento do grau de humidade provocado pela albufeira altere a qualidade do vinho ■ O mau tempo que se tem feito sentir nos últimos dias na Europa e nos EUA provocou pelo menos 70 mortos, sobretudo devido às baixas temperaturas (37.º negativo em Boston), quedas de neve, subida das vagas marítimas e rajadas de ventos ciclónicos (a 150 kms/hora na Grã-Bretanha) ■ A Polónia e Israel reatam relações diplomáticas após um interregno de 23 anos provocado pela guerra israelo-árabe de 1967 ■ O Soviete Supremo da URSS aprova por maioria de votos a criação do cargo de Presidente da União Soviética, a ser eleito pelo povo em eleições directas e secretas, a serem marcadas ainda este ano; registaram-se 347 votos a favor, 24 contra e 42 abstenções ■ Um dos principais opositores da presidente Corazón Aquino, o senador Juan Ponce Enrique, entrega-se à polícia depois de ter sido acusado de rebelião.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
COLEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
COLEX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matrícula: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sôco, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 06/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Enva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394
Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Governo quer tratar-nos da Saúde

Com a discussão da Lei de Bases da Saúde efectuada na semana finda em torno de cinco iniciativas legislativas (quatro projectos-de-lei dos partidos da oposição e uma proposta do Governo) duas concepções distintas vieram a lume quanto à interpretação do direito constitucional à protecção da Saúde.

Duas concepções sobre uma matéria de maior relevância política e social cuja linha de fronteira se situa justamente no papel a atribuir ao Estado na aplicação desse direito. Enquanto para uns — com realce para o Governo mas também, inexplicavelmente, para o PS que assim deixou cair a Lei Arnault — a questão passa no essencial pela desresponsabilização desse atributo do Estado e pelo incentivo e recurso à iniciativa privada, para o PCP a filosofia é bem diversa e passa por imputar ao Estado essa responsabilidade de assegurar o direito à protecção da Saúde a todos os cidadãos, tendo como principal instrumento para efectivar esse direito o Serviço Nacional de Saúde.

Ora foi esta questão — verdadeiramente central — que acabou por polarizar o debate, sobretudo graças à intervenção dos deputados comunistas, apostados desde a primeira hora

em denunciar os efeitos perversos e os perigos gravíssimos que decorrem da aprovação da proposta governamental.

Com efeito, contrariamente ao que estipula taxativamente a Constituição, o Governo defende na sua proposta a diluição dessa responsabilidade do Estado, propósito interpretado pelos deputados comunistas João Camilo e Luísa Amorim como sendo não só a «porta aberta» para a partilha dos custos de saúde como também a «perda de facto do direito à protecção da saúde como direito fundamental e universal dos portugueses».

«Estão assim criadas condições para — foi sublinhado pela bancada comunista — à revelia da Constituição se justificarem pagamentos de cuidados públicos e privatizações de serviços e estabelecimentos, para taxas progressivamente mais moderadoras do acesso dos cidadãos, para menores prestações concedidas».

Sustentou o Governo, por intermédio do titular da pasta, para explicar a sua defesa do seguro de saúde e da grande empresa privada, e numa tentativa pouco séria de desvirtuar o SNS e de o descaracterizar, que este é «asfíxiante da livre iniciativa, cerceador da liberdade e da criatividade», chegando mesmo a considerá-lo um «repositório de ideias ultrapassadas e um hino ao colectivismo».

O que Arlindo de Carvalho não disse, no meio da sua diatribe contra o SNN é que as potencialidades deste nunca

foram reveladas em virtude da asfixia e do estrangulamento financeiro a que foi sujeito por todos os governos desde a sua aprovação, esquecendo-se ainda de aludir ao ponto de vista defendido por todos os especialistas em economia de saúde que afirmam ser hoje impossível garantir cuidados de saúde aos portugueses em quantidade e qualidade e a custos comportáveis por outra forma que não seja o Serviço Nacional de Saúde.

Esta assumpção pelo Estado da garantia do direito à protecção da saúde, através de serviços públicos desburocratizados e participados, é, de resto, como salientou João Camilo, uma tendência mundial que se verifica, sendo deixado à iniciativa privada, em plena independência, o «papel de competir para a prestação de cuidados onde se achar com condições para o fazer».

Conceitos que enformaram a elaboração do projecto de lei do PCP, diploma inovador onde se consagram plenamente como características fundamentais do SNS a sua universalidade, generalidade e gratuidade e onde se propõe como opção fundamental a regionalização dos seus serviços, a participação organizada dos cidadãos no seu planeamento, gestão e controlo e de onde sobreleva ainda o incentivo à investigação científica, dotando-o para o efeito, aos vários níveis, de verbas próprias a atribuir a projectos e programas de acordo com as prioridades da política de saúde.

Acesso ao Superior PCP defende sistema aberto e supressão do «numerus clausus»

Adoptar a curto prazo um sistema aberto de acesso ao ensino superior, com a supressão do «numerus clausus» até 1993, tal é, no essencial, o objectivo de um projecto de lei do PCP sobre esta matéria, a submeter ao exame da Câmara na sessão plenária da próxima terça-feira.

Banir o tão contestado sistema actual, cujas consequências negativas são de todos sobejamente conhecidas, afigura-se assim como a primeira consequência positiva desta iniciativa legislativa, tanto mais oportuna quanto é certo que esta questão volta a assumir candente actualidade com a proximidade das fases preparatórias para o ingresso no ano lectivo que se avizinha.

Um ingresso que na última década tem constituído uma verdadeira dor de cabeça para dezenas de milhar de jovens, sujeitos a um sistema de acesso administrativamente limitado que os tem forçado ao abandono dos estudos, com todos os prejuízos daí decorrentes, quer para a sua vida pessoal, profissional e cultural, quer para o País, no plano económico, social e científico.

A ausência de um investimento sério no desenvolvimento do ensino superior — «causa determinante da actual situação», como frisaram em recente conferência de imprensa os deputados comunistas António Filipe e Paula Coelho — tem aliás conduzido à acentuação do papel das desigualdades sociais de origem no acesso à Universidade, tornando a capacidade económica um factor cada vez mais determinante da possibilidade de a frequentar.

Acresce ainda que o sistema de «numerus clausus», a que o sistema de acesso aplicado no passado ano lectivo veio dar nova forma, mantendo-o no essencial, não é compatível nem com os imperativos constitucionais nem com a Lei de Bases do Sistema Educativo, mostrando-se simplesmente incapaz de responder à necessidade premente de adequar o sistema de ensino superior aos desafios do desenvolvimento que o País tem pela frente.

Sendo hoje evidente que o sistema de «numerus clausus» não serve, não é menos

verdade, entretanto, como fizeram questão de acentuar os deputados do PCP, que o regime criado o ano passado contra a opinião de numerosas entidades (designadamente do Conselho Nacional de Educação) também acabou por revelar a sua completa falência que nem a operação de cosmética introduzida pelo Decreto-Lei nº 33/90 conseguiu evitar.

Inteiramente justas se vieram assim a comprovar todas as críticas que desde a primeira hora o Grupo Parlamentar comunista levantou à aprovação da lei, desacordo que o levou, primeiro, a propor à Assembleia a sua não

ratificação, e, agora, a apresentar o presente projecto de lei.

Uma iniciativa que se assume, sublinhou-o António Filipe, como «um projecto de transição, necessariamente acelerada entre a actual situação e o sistema aberto, só possível mediante a enérgica adopção de um Plano Global de Desenvolvimento do Ensino Superior Público».

Com o projecto que os deputados apreciarão na próxima semana cumprem-se ainda, por outro lado, na perspectiva dos parlamentares comunistas, as disposições constantes da Lei de

Bases do Sistema Educativo sobre esta matéria, nomeadamente a previsão de uma prova geral de capacidade para a frequência do ensino superior, que não se confunde, todavia, nem com a actual Prova Geral de Acesso, nem com o actual modelo de provas específicas.

Refira-se, por último, que o projecto procura conciliar o peso natural que deverão ter as classificações obtidas no ensino secundário, particularmente nas disciplinas nucleares, com as responsabilidades das instituições do ensino superior na avaliação das capacidades e aptidões dos seus próprios alunos.

Instituto do Sangue Governo brinca com a nossa saúde

Sete meses depois da sua criação por lei aprovada na Assembleia da República (Lei N.º 25/89), o Instituto Português do Sangue continua a aguardar pela regulamentação necessária à sua implementação — apesar de o Governo ter ficado obrigado a apresentá-la no prazo de noventa dias —, legislação essa sem a qual a sua existência (não passa de uma) formalidade no papel.

Ao proceder deste modo, o Governo está assim a desrespeitar frontalmente uma decisão unânime do Parla-

mento, facto que levou o deputado comunista João Camilo em requerimento elaborado ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais a questioná-lo sobre as razões deste inexplicável atraso e sobre as medidas que pensa adoptar com vista a pôr em execução a referida lei.

A questão é tanto mais grave quanto é certo que incide sobre uma matéria — a utilização terapêutica do sangue, dos seus componentes e derivados — que ocupa hoje um papel de enorme im-

portância na prestação de cuidados de Saúde.

Importa recordar que a crónica escassez deste produto biológico veio colocar de forma aguda o problema do incentivo à sua dádiva benévola e do seu mais rigoroso aproveitamento, circunstância que aliada à necessidade de garantir a qualidade insuspeita do sangue e a completa gratuidade da sua administração constituem factores que tornam ainda mais imperativa a regulamentação do Instituto Português do Sangue.



Acabar com a verdadeira «proibição» que tem constituído para muitos milhares de jovens o actual sistema de acesso ao Ensino Superior surge como o principal objectivo do projecto-de-lei do PCP agendado para a próxima terça-feira

Universidade de Coimbra 700 anos a gerar saber

Modernidades

Esta fomos descobri-la ao «Correio da Manhã», o matutino lisboeta que quando não está a mostrar o alguidar onde caiu o sangue do tio que levou 27 facadas do sobrinho quando a avó caiu da escada porque não chegava lá com um banco, se dedica a promover entre os jovens temas de concursos tão juvenilmente interessantes como os «skinheads», esses «rapazes de mau aspecto» (versão CM) que andam por aí a assassinar gente.

Pois mostrava o CM esta semana, numa caixa a duas colunas, um tal Mário Caldeira administrador-delegado da Cel-Cat a dizer coisas no quadro de uma reportagem sobre a referida empresa. Uma delas era a sua-dele preocupação acerca do possível êxodo dos trabalhadores especializados portugueses para outros países da CEE «ganhando um salário muito superior»; a outra foi de crítica aos sindicatos «que em vez de exigirem melhores condições de trabalho e salários mais equitativos aos europeus, andam muito mais preocupados com questões de carácter político». E o sr. Caldeira explicava como «este problema surgiu também na Cel-Cat quando foi necessário diminuir o pessoal em quase 800 efectivos» (sublinhado nosso): os conflitos laborais «foram agravados porque os sindicatos existentes na empresa não queriam dialogar com a administração. Mas tudo foi resolvido sem despedimentos» (sublinhado também nosso) e «hoje, os 415 efectivos (sublinhado ainda nosso) trabalham em espírito de equipa» etc, etc, etc.

Portanto a Cel-Cat pretendia acabar com 800 postos de trabalho efectivos e os mauzões dos sindicatos não queriam «dialogar», mas tudo acabou em bem porque os tais 800 trabalhadores efectivos acabam efectivamente por passar a prazo (perdendo direitos e garantias, mas isso é paleio sindical não-dialogante), restando 415 a trabalhar «em espírito de equipa» (até à próxima «necessidade de diminuição de pessoal efectivo»).

Está visto que a Cel-Cat não precisava propriamente de eliminar 800 postos de trabalho, como alvarmente confessa o seu administrador-delegado, e sim de abater 800 lugares no pessoal efectivo da empresa o que, em termos práticos, significa manter igual número de trabalhadores (e como não houve despedimentos é suposto que foram mantidos os mesmos) a desempenhar as mesmas funções mas... sem direitos e garantias anteriores e a ganhar muito menos. Trata-se de mais um exemplo da modernidade que o Primeiro-Ministro prometeu quando quis ganhar a maioria absoluta em 1987 — e cumpriu, valha a verdade — cuja consiste em liquidar postos de trabalho efectivos, ressuscitando-os de imediato com carácter provisório. Os resultados são brilhantes: em relação aos trabalhadores desaparecem garantias contratuais, direitos sócio-profissionais e regalias sociais, enquanto passam a ganhar muito menos pelo mesmo trabalho — isto se os seus sindicatos foram «dialogantes» e não andarem preocupados com «questões de carácter político»; quanto aos patrões, já se vê: conseguem a mesma produção dispendendo muito menos com salários, maçadas de contratos, despesas em cantinas, creches, transportes e parvoíces que tais. Além disso — e como são todos muito bonzinhos — garantem-se os postos de trabalho, as taxas governamentais de crescimento do emprego e a prosperidade nacional.

Para que tudo corra em normalidade democrática o governo já garantiu a legalidade necessária através de um «pacote laboral» onde, na prossecução do famoso «Portugal moderno» do PSD/Cavaco Silva, se legitima este retorno ao capitalismo selvagem que tanto encanta os administradores deste País, delegados ou não.

Pelos vistos — e a dar significado à angústia do sr. Caldeira — a única preocupação que acomete agora o empresariado português consiste no temido êxodo dos trabalhadores especializados portugueses para outros países da CEE, mal apanhem uma aberta que é como quem diz, melhores ordenados.

Partindo do princípio que um administrador, delegado ou não, é um trabalhador especializado, percebe-se o problema do senhor Caldeira. Na verdade é pouco crível que os actuais administradores portugueses consigam grande saída noutros países da CEE que não neste, onde a «modernidade» tem para cima de 100 anos.

Vão ao sindicato e reivindiquem, senhores! Mas atenção: nada de questões políticas...

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um voto de congratulação pelo aniversário da Universidade de Coimbra, instituição que completa exactamente hoje, 1 de Março, o sétimo centenário da sua existência.

A submeter à apreciação dos deputados durante a próxima semana, o texto do voto apresentado pelos parlamentares comunistas reconhece nos Estatutos daquela Escola o início de um novo ciclo da sua multi-secular existência, mais precisamente o «ciclo da autonomia conquistada, assumida e plenamente vivida».

Para o Grupo Parlamentar do PCP, recordar a criação por D. Dinis a 1 de Março de 1290 do «Estudo Geral» equivale assim a um assumir das «lições da história viva de uma instituição viva, com os seus momentos de progresso, de estagnação ou de retrocesso», o mesmo é dizer, agora que passou o primeiro ano da sua autonomia, «assumir as lições do passado para construir um presente sólido e dinâmico».

Um desafio que a Universidade de Coimbra não enjeita, como se pode verificar pela seguinte passagem dos seus estatutos, recordada no voto de congratulação: «Depositária de um legado histórico sete vezes secular, na linha das tradições do humanismo europeu, a Universidade de Coimbra afirma a sua abertura ao mundo contemporá-



Universidade de Coimbra: um inestimável contributo para o desenvolvimento do saber em Portugal

neo, à cooperação entre os povos e à interacção das culturas, no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo, proclamados pela Magna Carta das Universidades Europeias».

Estatutos que reafirmam ainda princípios inalienáveis da Universidade de Coimbra como sejam o de «no quadro da liberdade democrática e da observância dos direitos e liberdades fundamentais», pautar a sua actuação pelos «princípios da solidariedade universitária, da liberdade

académica, da pluralidade e livre expressão do pensamento, do direito à informação, da gestão democrática e da participação de todos os corpos universitários na vida da instituição».

Atribuindo à Universidade de Coimbra o papel de «indiscutível relevo no ensino, na investigação e na ligação à comunidade», o texto do voto observa, no entanto, que bem mais se poderá fazer, se, como salienta, «a competência, dedicação e criatividade dos seus docentes e

investigadores não forem peadas por uma perversa concepção de autonomia (designadamente e financeira), antes forem incentivadas por uma realista política de investimentos».

O voto renova, por último, o orgulho da Assembleia da República de, por unanimidade, ter criado o quadro político que permite às universidades portuguesas viver em regime de autonomia e reconhece o «inestimável envolvimento do saber em Portugal».

Andamos a beber leite a martelo?

A Comissão de Agricultura da Assembleia da República inicia na próxima terça-feira uma série de audições com várias entidades no sentido de esclarecer o caso da alegada incorporação de leite em pó adicionado de gorduras vegetais e destinadas à alimentação animal na produção de leite humano.

Surgida na sequência de notícias vindas a público na passada semana, esta iniciativa daquela Comissão parlamentar foi desencadeada pelos deputados comunistas nela representados e baseou-se no facto de o Governo não ter tomado até ao momento qualquer reacção com vista ao cabal esclarecimento do assunto.

Um esclarecimento da opinião pública que na perspectiva dos parlamentares co-

munistas se impõe com a máxima urgência não apenas para acalmar os naturais receios e impactos decorrentes das notícias postas a circular como também para defender os produtores, as cooperativas e os consumidores, impedindo assim as repercussões negativas que um caso desta natureza necessariamente tem no consumo nacional do leite.

Entre as entidades que deverão ser ouvidas a partir da próxima semana contam-se o Secretário de Estado da Alimentação, o Ministério do Comércio, a Direcção Geral de Alfândegas, a Federação Nacional das Cooperativas de Leite (FENALAC), o Instituto da Qualidade Alimentar, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e a DECO.

Nesta fase parecem não haver dúvidas quanto à qualidade do leite. Será que se pode dizer o mesmo quando ele chega ao consumidor?



Trabalhadores

Medida especial de protecção requerida nos têxteis

Em causa a modernização e reestruturação do sector

Um plano de apoio financeiro à reestruturação e modernização do sector que, a médio prazo o ajude a ultrapassar os estrangulamentos detectados, e uma medida especial de protecção (tipo actual AMF — Acordo Multifibras), para que a concorrência não destrua enquanto o que se pretende salvar, a par com um conjunto de medidas na área social, foram defendidos pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, em conferência de imprensa realizada na passada semana no Porto.

Reclamam-se medidas na área social

Para a Federação, é pacífica e tende a ser unânime a leitura da situação no sector têxtil: empresas com diversos níveis tecnológicos, mas a maioria com equipamentos obsoletos; elevado endividamento; deficiente gestão empresarial e falta de capacidade organizativa e consequente falta de capacidade competitiva com produtos oriundos do mercado externo; produção de artigos de baixa gama, denotando falta de qualidade e «design»; inexistência de redes comerciais próprias. A evolução do sector está condicionada pela integração na Comunidade, implicando aproximação da nossa pauta à pauta aduaneira comum, pela realização do Mercado Interno e pelas negociações do Uruguay Round/AMF, vertentes «de que resulta já um evidente aumento da concorrência para a qual as nossas empresas não estão preparadas». Com a entrada em acção das duas últimas vertentes, «acelerar-se-ão os efeitos destrutivos, já notórios designadamente nas fiações e tecelagens e na consequente desarticulação do sector».

Neste contexto, a Federação defende que o plano de apoio financeiro «deve ser apoiado pela Comunidade porque, por um lado, nos devem ser dadas as mesmas condições já existentes nos restantes países comunitários e, por outro lado, porque seriam desastrosos os efeitos regionais da não reestruturação e consequente destruição do sector, dada a sua importância para o País, para a economia, o emprego, tendo em conta, designada-

mente, o seu elevado grau de concentração em zonas definidas do País».

Num Plano de Reestruturação que «não deve ser guiado apenas por objetivos económicos», em que o empresariado não pode deixar de assumir o auto-investimento necessário e em que o apoio deva ser dirigido a todas as empresas, excluindo-se apenas as que praticam economia subterrânea, a Federação considera que «as preocupações sociais e o equilíbrio do tecido social, designadamente nas regiões de mono-indústria, devem estar sempre presentes». «O apoio ao desenvolvimento das regiões, às indústrias e às empresas deve manifestar-se essencialmente como um apoio ao emprego, à melhoria das condições de vida e de trabalho, de higiene e segu-

rança e formação profissional.»

Na área social, a Federação considera a necessidade de **activar já a melhoria de salários**, para impulsionar o projecto de reestruturação, tendo em conta que, tal como se registou noutros países da Comunidade, não se pode esperar que a modernização garanta melhores salários. Do mesmo modo, **a redução do horário de trabalho** para os níveis da Comunidade, que corresponde a um dos maiores anseios dos trabalhadores, a reorganização do trabalho é uma questão de justiça face aos parceiros comunitários.

A **formação profissional**, dirigida a todos os trabalhadores (activos e a novos trabalhadores para o sector) é ainda uma aposta da Federação, na linha de que «a rees-

truturação do sector não pode ser entendida só apenas como aumento do índice de autonomização», o que «implica uma forte aposta nos trabalhadores, a todos os níveis, dotando-os de conhecimentos teóricos e técnicos adequados às novas responsabilidades que têm e querem assumir». Uma **nova cultura laboral e empresarial**, um novo conceito de empresa, que «deve elevar a posição dos trabalhadores, determinando-lhes um papel mais activo e interveniente na organização do trabalho, no acesso à informação sobre os grandes objetivos da empresa e o direito de participar nos seus sucessos económicos e sociais», num contexto em que a actividade sindical deva ser encarada «como uma função nobre e indispensável ao processo de negociação que se deseja cada vez mais generalizado no seio da empresa moderna», são igualmente defendidas pela Federação dos Têxteis, com sede no Porto.

Nota da CGTP

No quadro do CPCS, Governo e patronato devem ultrapassar as suas «reservas mentais» e aceitar a introdução duma cláusula social nas normas do comércio

Sobre a questão têxtil relacionada com a negociação do GATT, a CGTP emitiu sexta-feira passada a seguinte nota:

«1. A CGTP-IN reconhece os esforços positivos da posição portuguesa face às negociações do GATT, de modo a que o sector têxtil português seja defendido da concorrência de países que não garantam os direitos mínimos dos trabalhadores. A questão que se coloca não é trocar o nosso sector por contrapartidas monetárias da Comunidade, mas sim modernizá-lo e garantir o futuro que ele possui.

«2. Contudo, esta posição não pode levar a que se atrase o processo de reestruturação do sector, só porque qualquer proposta de modernização poderá prejudicar as posições negociais do Governo português. As necessidades e os problemas do sector têxtil implicam a urgência das medidas a implementar.

«3. A CGTP-IN também não esquece que qualquer modernização deste sector tem que passar pela elevação dos níveis de vida dos trabalhadores que nele laboram. As vantagens comparativas, em termos internacionais, terão de ser reais. O Governo e o patronato só podem, portanto, exigir a terceiros que garantam os direitos mínimos dos trabalhadores, se internamente garantirem a salvaguarda desses direitos.

«Assim, a CGTP-IN solicita quer ao Governo quer ao patronato que, no quadro do Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), ultrapassem as suas reservas mentais e aceitem a defesa da introdução duma cláusula social nas regras de comércio internacional, a fim de fortalecer a defesa dos interesses nacionais».

Desajuste entre preços e salários

Com o título «Inflação acelerada», a CGTP distribuiu a semana passada uma nota sobre o desajuste previsível da meta governamental de 9 a 10,5 por cento de inflação anual em 1990 com o nível de salários.

Para a CGTP, que chama a atenção para o índice de preços no consumidor (aumento de 1,7 por cento em Janeiro), essa meta que não atinge os 11 por cento não

pode continuar a servir de base para a política salarial do Governo.

Segundo a nota da Central, se aquele índice continuar a subir como subiu em Janeiro, deve chegar-se ao fim deste ano com um índice inflacionário superior aos 12,4 por cento («valor obtido através da projecção da tendência revelada»).

Por outro lado, é necessário ter em conta que aquele

valor de 1,7 por cento supera os índices de preços no consumidor nos mesmos meses dos últimos três anos.

Verifica ainda a CGTP-IN que «o impacto de alguns acréscimos esperados» em 1990 ainda não se fizeram sentir em Janeiro.

Dá o facto, entre outros, de a Central manter a reivindicação geral de 16 a 18 por cento nos aumentos salariais médios para o ano corrente.

Nova CT na Carris

Uma lista unitária venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores (CT) da Carris.

Segundo o secretariado da célula do PCP naquela empresa, a lista vencedora obteve 9 mandatos em 11. Os dois restantes couberam à lista B, composta por trabalhadores afectos ao PS e à UGT.

De acordo com a mesma fonte, a lista A obteve 2137 votos contra 692 da lista B, sendo as respectivas percentagens de 72,6 e 23,5, respectivamente.

Ainda segundo o secretariado da célula do PCP, participaram nas eleições 6595 trabalhadores, mais 7,4 por cento do que em 1988.

Para as sub-Comissões apenas concorreu a lista A. Assim, a lista B perdeu todos os mandatos que aí detinha há dois anos.

Plenário na CP

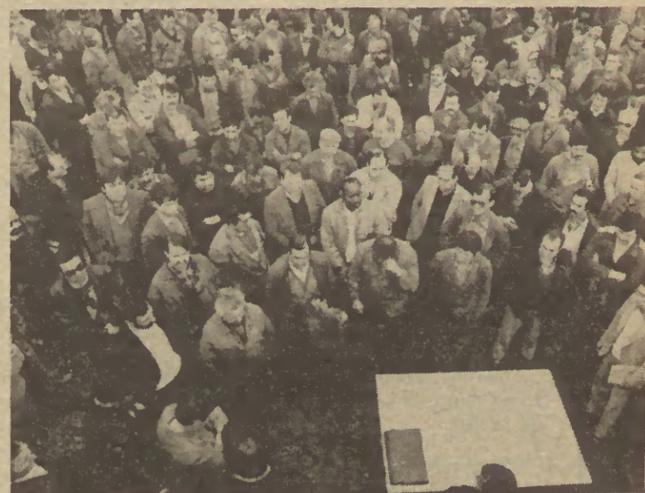
A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses anunciava, entretanto, para hoje, um novo plenário na via

pública, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Embora continue a defender o diálogo e a negociação, como acontece com as restantes organizações sindicais representativas na CP, a Federação acusa o conselho de gerência e o Governo de não adoptarem uma posição correspondente e de se recusarem a discutir «qualquer solução» para o conflito entre trabalhadores e direcção da

empresa. Como se sabe, os resultados têm sido muito negativos.

Os sindicatos responsabilizam inteiramente aquelas entidades pelos reflexos da luta nos utentes da CP e noutros meios de transporte, pois é a elas que se deve o arrastar de diferendos e conflitos, com relevo para os maquinistas, cuja luta prolongada tende a agravar-se diariamente.



Aspecto do plenário de 8 de Fevereiro na Carris

Nova lei dos espectáculos — Músicos também discordam

À semelhança do que sucedeu recentemente com outros trabalhadores do sector, incluindo actores do Teatro Nacional, o Sindicato dos Músicos acaba de manifestar a sua discordância com o projecto de decreto-lei sobre a celebração dos contratos de trabalho dos profissionais de espectáculos.

A direcção do Sindicato, numa nota à Imprensa de 22 de Fevereiro, afirma que, com esse projecto, o Gover-

no pretende «alterar o regime jurídico dos contratos de trabalho dos músicos, substituindo o regime da lei geral do trabalho por um «regime especial», que legitima os contratos a prazo».

Esse novo regime, a ser aprovado, estabeleceria a precariedade nos espectáculos, fosse qual fosse o tipo de trabalho prestado — «de natureza permanente ou não».

O Sindicato dos Músicos, falando em nome dos profissionais atingidos por esse projecto de decreto-lei, afirma que «obviamente os músicos não podem aceitar tal discriminação», pois sentem-se detentores dos mesmos direitos constitucionais reconhecidos aos restantes trabalhadores, «já que a natureza da profissão não impõe por si só a estipulação de prazo».

Situação profundamente injusta

Acrescenta o Sindicato dos Músicos, com sede em Lisboa, que, com essa nova legislação aprovada, teríamos «uma situação profundamente injusta», na qual a actividade dos espectáculos disporia para o seu serviço de profissionais

que, «por não poderem ser considerados trabalhadores de espectáculos» (por exemplo, técnicos administrativos) seriam «titulares do direito de segurança e estabilidade no emprego», enquanto que os músicos profissionais de espectáculos e sem os quais «não haverá certamente espectáculos — são privados dessas mesmas garantias», detidas pelos não abrangidos pela legislação específica que o Governo pre-

tende aprovar.

O Sindicato dos Músicos conclui a sua nota de 22 rejeitando o projecto governamental, porque o mesmo «viola o direito à segurança no emprego para os profissionais músicos» e «porque revela um descarado protecção às empresas e entidades produtoras de espectáculos, fazendo repercutir exclusivamente nos músicos os insucessos dos actos de gestão».

DEBATE NO PORTO

A democracia e o socialismo no Programa e na acção do PCP

«Democracia e socialismo é uma questão que há um século e meio atravessa toda a história da nossa época e que está a assumir, no limiar do século XXI em que nos encontramos, o centro de um debate renovador» — foram as palavras de Edgar Correia, da Comissão Política do Comité Central do PCP, introduzindo o tema lançado à discussão no passado sábado, num hotel da cidade do Porto, por iniciativa da frente de trabalho ideológico da DORP do PCP: «Democracia e Socialismo — no Programa e na Acção do PCP». Debate que, nas suas várias vertentes, se alargou, de forma muito viva, durante mais de três horas.

Coordenada pelo jornalista Araújo Moreira, a sessão contou ainda com intervenções de abertura de Óscar Lopes e Manuel Freitas, do Comité Central, e de Macedo Varela, da DORP do PCP, que aprofundaram, respectivamente, a componente cultural, económica e social e o ordenamento jurídico-patentes no Programa do PCP «Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI».

Particular importância e oportunidade

Edgar Correia explicitou, logo de início, as razões do tema em debate. É que, como referiu, «no momento presente, em que, sem pôr em causa as realizações e a contribuição histórica dos países socialistas, são reconhecidos atrasos, erros, desvios e até deformações graves na concretização do ideal libertador e emancipador do socialismo e do comunismo, e em que está a ser empreendido um profundo, complexo e

contraditório processo de renovação do socialismo»; «em que forças anti-socialistas e o oportunismo em todos os seus matizes pretendem atribuir ao próprio ideal socialista e comunista e à teoria marxista-leninista um carácter antidemocrático e a própria natureza dos erros e deformações verificadas na sua aplicação em vários países»; «em que alguns, para combater o PCP pretendem até colar-lhe erros, desvios e deformações por que não somos responsáveis»; «têm particular importância e oportunidade explicitar o potencial libertador e emancipador desse ideal, a partir da nossa própria experiência, portuguesa, do próprio Programa do PCP e da contribuição do Partido para a democracia e para a causa do socialismo em Portugal».

Considerando quatro períodos particularmente significativos na história do PCP (a sua criação, o período da ditadura, na Revolução de Abril e na actualidade), concluiu que todo o passado e o presente do PCP, «pelos objectivos defendidos e pela luta travada pelos comunistas», «constituem a demonstração mais viva do valor intrínseco que para nós têm a liberdade e a democracia, na sociedade como no nosso seio». «Não temos por isso lições de democracia a receber de ninguém e estamos à vontade para denunciar os que, para combater o PCP, pretendem colar-lhe rótulos antidemocráticos, que melhor fariam em colocar em si próprios», referiu.

de democracia liberal portuguesa desde 1820». «O Programa assume todo o melhor legado histórico», referiu mais adiante, «do respeito pelas liberdades, direitos e garantias públicas, incluindo feições mais modernas, como a participação dos trabalhadores na elaboração das leis laborais, e como a consagração do direito ao trabalho, à igualdade de oportunidades sociais, inclusivamente escolar, o direito à saúde, à habitação e ao apoio na invalidez e na doença». Do ponto de vista cultural, lembrou ainda Óscar Lopes, o Programa «preconiza a defesa da identidade da língua e da independência nacional, apontando as vias específicas para que tal defesa se materialize». Um regime de liberdades, que repouse no complexo de condições materiais, sociais, culturais e políticas, com o devido ordenamento jurídico de defesa, que permita o exercício das liberdades democráticas, que garanta o pluralismo político, a liberdade de expressão e manifestação, de constituição e acção dos partidos políticos, o direito de eleger e ser eleito e de acesso a cargos públicos, a liberdade sindical e de criação intelectual, científica e artística, tais são os aspectos do Programa salientados por Macedo Varela na sua intervenção, em que se referiu às condições indispensáveis para a sociedade socialista

que nele se defende. A democracia na sua plenitude tornar indispensável o socialismo e a edificação do socialismo exigir a democracia, foi uma questão que viria a ser, no decorrer do debate, um dos assuntos mais discutidos. Manuel Freitas, tomando como ponto de referência a sua experiência sindical, analisou os aspectos programáticos mais relacionados com a organização económica, a democracia social e os direitos dos trabalhadores. A liberdade sindical e as limitações que lhe são impostas na sociedade portuguesa de hoje foram tema igualmente da sua exposição, na qual salientou que «a injustiça e a exploração não podem eternizar-se», lembrando a propósito que «se deve à acção dos comunistas grande parte dos avanços no sentido da democracia».

O debate generalizou-se. Várias intervenções saudaram a importância da realização deste tipo de iniciativas. A situação internacional (com destaque particular para o que se passa nos países socialistas), os Estatutos do Partido, a democracia interna e o centralismo democrático, os obstáculos à liberdade sindical em Portugal, os objectivos do XII Congresso — foram alguns dos temas abordados de forma mais viva nas cerca de duas dezenas de intervenções registadas.

Na sequência das decisões da última Comissão Distrital (17/2) de Beja do PCP — que apontavam como linha de trabalho para 1990 «intensificar a intervenção dos militantes e organizações do Partido na vida política, económica, social e cultural do distrito» — realizou-se no sábado, dia 3 de Março, uma reunião de quadros comunistas dirigentes e delegados sindicais. Na reunião será analisada a situação do movimento sindical no distrito e do contributo dos comunistas para a sua dinamização e para o desenvolvimento da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.



As assembleias de organização são momentos altos da vida partidária e da democracia (nas fotos, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Beja, em Março de 1984)

Intensificar a intervenção no distrito de Beja

Quadros sindicais reúnem sábado

Na sequência das decisões da última Comissão Distrital (17/2) de Beja do PCP — que apontavam como linha de trabalho para 1990 «intensificar a intervenção dos militantes e organizações do Partido na vida política, económica, social e cultural do distrito» — realizou-se no sábado, dia 3 de Março, uma reunião de quadros comunistas dirigentes e delegados sindicais. Na reunião será analisada a situação do movimento sindical no distrito e do contributo dos comunistas para a sua dinamização e para o desenvolvimento da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Naquela reunião da Comissão Distrital do PCP, como referimos no último «Avante!», foram definidas as grandes linhas de orientação do trabalho partidário neste ano.

Na reunião foi apontado o aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia inter-

activa, criativa e crítica na preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido.

Para tal, as comissões concelhias e as organizações devem ter apresentado já o plano de realização de assembleias plenárias e outras iniciativas.

Aos comunistas de Beja, particularmente aos que participam na actividade autárquica, no movimento sindical, nas organizações de agricultores, na Associação de Defesa do Alqueva e noutras estruturas unitárias, cabe um papel de relevo na acção pelo desenvolvimento integrado e participado do distrito. A CD do PCP manifesta o seu apoio aos esforços para elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento Local e à participação na elaboração, revisão, execução e gestão do PDR, em especial no que respeita às subvenções globais de Entre Mira e Guadiana, do Litoral Alentejano e ao Projecto de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças, bem como à criação da Região de Turismo «Planície Dourada».

A partir do dia 6 de Março (69.º aniversário do Partido), a Distrital terá de funcionar no Gabinete do Eleitor e do Muniçipe (Rua Dr. Pereira Coelho, 1, telefone 262 00), por meio do qual será possível contactar os deputados do PCP na AR e os eleitos nos órgãos autárquicos.

Congresso

A Comissão Distrital elegeu o Executivo Político (23 camaradas) e o Secretariado (7), e decidiu criar condições para que todas as organizações e todos os militantes possam participar de forma



Pioneiros em campanha por crianças de Angola

Os Pioneiros de Portugal querem informar que a campanha de solidariedade «Um caderno, um lápis e uma borçacha para cada criança de Angola» foi um sucesso e está pronta a partir. Por isso no passado dia 26 de Fevereiro os Pioneiros de Portugal encontraram-se com o seu

Iniciativa e acção em Trás-os-Montes

Debate sobre linhas férreas e Jornadas Legislativas

Um oportuno debate sobre as linhas férreas e o desenvolvimento regional em 18 de Março e as Jornadas Legislativas do PCP entre 30 de Março e 2 de Abril salientam em preparação pelos comunistas transmontanos.

A Direcção Regional do PCP (DORT) fez chegar um telex aos órgãos de Informação onde dá conta destas realizações, «que visam a análise de alguns problemas da região e que serão também motivo de iniciativas do PCP quer nas autarquias locais, quer na Assembleia da República».

O debate do próximo dia 18 (sede do Centro Cultural Regional, em Vila Real, às 14.30 h) e as Jornadas Legislativas merecem desde já um primeiro comentário da DORT do Partido:

De encerramento em encerramento, com medidas administrativas avulsas, o Governo/PSD e o conselho de gerência da CP, vêm dando passos na sua estratégia de encerramento definitivo das linhas férreas transmontanas (Corgo, Tua, Sabor e Tâmega). A recente medida (1.1.90) de encerramento do troço entre Vila Real e Chaves, e Amarante-Arco de Baulhe — isto é nas linhas do Corgo e Tâmega, respectivamente — é um salto qualitativo nesta estratégia.

A DORT do PCP, reafirmando a sua posição, considera as linhas férreas regionais como indispensáveis para o desenvolvimento.

Neste debate participarão diversos técnicos, especialistas, eleitos autárquicos e outros interessados.

Conta-se desde já com a participação de Joaquim Mi-

randa, deputado do PCP no Parlamento Europeu e de Luís Roque, deputado do PCP na Assembleia da República.

Por seu turno, as Jornadas Legislativas do PCP vão reunir diversos deputados da bancada comunista de São Bento. Diz a DORT:

«Com múltiplas visitas, debates e reuniões vai procurar-se fazer a abordagem dos problemas desta região e da sua expressão na Assembleia da República.»

O programa destas Jornadas será divulgado em breve. Entretanto, entidades e cidadãos interessados em colocar questões, ideias e sugestões a propósito de problemas das suas localidades ou de âmbito regional podem desde já contactar os Centros de Trabalho do PCP, designadamente o de Vila Real.

MDM do Porto Flores para as mulheres

Empenhados em ligar estreitamente o 8 de Março à necessária reflexão «sobre as razões porque, já na última década do século XX, e apesar dos enormes progressos, se mantêm tantas e tão graves desigualdades e discriminação sobre mais de 50% dos componentes da sociedade humana», a Direcção Distrital do Porto do Movimento Democrático de Mulheres dirigiu uma carta a várias entidades (associações, sindicatos, etc.) com a sugestão de que, neste Dia Internacional da Mulher, seja entregue a cada mulher uma flor.

Considerando ainda a importância e o especial papel da comunicação social para a alteração das mentalidades, o MDM procurará sensibilizar os órgãos de informação no sentido de que seja aberto um espaço «extraordinário» à problemática feminina.

A Direcção Distrital do MDM, neste Dia Internacio-

nal da Mulher, chama a atenção para «o abismo que existe entre a lei e a vida, no que se refere aos direitos da mulher. Daí que a sua reivindicação fundamental, neste dia, seja a exigência do cumprimento efectivo das leis que salvaguardam os direitos das mulheres portuguesas, cada vez mais confrontadas com desigualdades e discriminações».

A Direcção Distrital do MDM chama também a atenção «para o flagelo da prostituição infantil e juvenil que atinge preocupantes proporções no Distrito de Aveiro, bem como para o recrudescimento da violência física e psicológica exercida sobre mulheres e crianças, frutos da degradação económica, social e cultural de largas camadas da população do Distrito», reclamando por isso medidas imediatas que ponham cobro a estes problemas.

Está informado!

NOS AÇORES, EM OUTUBRO

IV Congresso regional do PCP

Está marcado para Outubro deste ano o I Congresso Regional do PCP nos Açores. A decisão foi tomada num recente plenário da DORAA (Direcção da Organização do Partido neste arquipélago) e entretanto divulgada à opinião pública através de uma conferência de imprensa. Analisar em profundidade o trabalho desenvolvido pelo colectivo comunista na Região, definir a orientação específica da ORAA e eleger a nova Direcção partidária são os objectivos centrais desde já definidos para este Congresso (uma expressão nova no trabalho regional do Partido, uma vez que até agora se realizaram Assembleias).

Na resolução aprovada pela DORAA ao anunciar o Congresso de Outubro, refere-se a dado passo. «A evolução política específica da Região ganhou expressões novas com as eleições regionais de 1988 e autárquicas de 1989.

«Do ponto de vista económico salta à vista a accentuação do carácter periférico e dependente da economia regional, em marcha, sem garantias, para o «mercado único».

Do ponto de vista social sobressai a manutenção de assimetrias muito sérias resultantes da ausência de vontade política de as combater e resolver e o agravamento de inúmeros problemas que afectam a generalidade dos cidadãos.

«Do ponto de vista cultural é de sublinhar a manutenção de uma política oficial que não incentiva o aprofundamento das grandes potencialidades existentes e que não visa a promoção cultural das populações».

Influências os acontecimentos

A evolução em curso, associada aos problemas e situações existentes, exige o rápido e seguro exame pela Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP das realidades existentes e a definição das orientações partidárias próprias, actualizadas e aptas a influenciarem os acontecimentos num sentido favorável aos interesses



Os aspectos fundamentais da vida açoriana, onde a pesca tem papel de destaque, e as propostas dos comunistas vão estar em debate no Congresso regional, marcado para Outubro

dos trabalhadores e da população, sublinhou o plenário da DORAA, que acrescenta:

«Ao PCP coube ao longo dos anos papel de relevo na denúncia e contenção do terrorismo separatista; na afirmação da autonomia constitucional e na denúncia das perversões centralistas e de cariz separatista; na dignificação do papel da Assembleia Regional; na valorização do papel das autarquias locais; na denúncia de gritantes e larguíssimas injustiças sociais; na transformação do descontentamento social em fenómeno com importância

política; na determinação dos estrangulamentos e debilidades da economia regional; na elaboração de propostas para os diversos sectores; na afirmação dos interesses próprios de todos quantos vivem do seu trabalho por conta de outrem ou por conta própria».

Tal papel — sublinha a DORAA — longe de estar enfraquecido, é hoje de multíssima importância, para que as transformações em curso possam ter uma evolução que vise quer a democratização plena do funcionamento do sistema autonómico, quer

a realização de políticas favoráveis à maioria da população.

A DORAA definiu já como objectivos essenciais a atingir com a preparação e realização do IV Congresso Regional:

- Sistematização e actualização das propostas regionais do PCP com vista a ser possível atingir-se a plena democratização do funcionamento dos sistema autonómico e a realização de uma política de desenvolvimento socialmente útil;
- Revitalização do funcionamento e da actividade da Organização Regional do PCP, por forma a ser possível alargar a influência social, política e eleitoral do Partido na Região Autónoma;
- Definição dos pressupostos políticos necessários à realização de uma ampla convergência social e política que vise a obtenção de transformações democráticas profundas no mais curto prazo de tempo possível;
- Criação de condições organizativas, de direcção, informação, angariação de fundos e gestão financeira, que possibilitem uma mais profunda e eficaz acção da Organização Regional.

Sindicatos e CTs

Dirigentes sindicais, eleitos das comissões de trabalhadores e responsáveis de células de empresa reuniram sábado passado no CT da Boavista. Nesta iniciativa, em que participaram também os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Edgar Correia, da Comissão Política e da DORP, foram debatidos os problemas e as tarefas actuais do movimento sindical e das CTs e a actualização do Partido.

Quatro questões mereceram particular atenção, como refere um comunicado do Gabinete de Imprensa da DORP:

1. O reforço da organização sindical e das CTs no contexto da precarização do trabalho que crescentemente caracteriza a situação laboral.
2. O conteúdo das reivindicações e as formas de intervenção dos sindicatos e das CTs, no quadro da intensificação da exploração e da unificação do patronato e da sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.
3. A unidade dos trabalhadores na acção, o relacionamento e a convergência de diferentes estruturas sindicais, inseparáveis da defesa e do reforço da autonomia, da natureza unitária, e da iniciativa da CGTP-IN e de todas as estruturas que engloba.
4. O empenhamento dos comunistas na frente sindical e das CTs, com respeito pela autonomia e democraticidade interna das estruturas em que estão inseridos, e o reforço das células de empresa do PCP, como questões fundamentais para o desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores na situação actual.

Na reunião foi debatida a realização do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP. Foi considerada, em particular, a importância da participação dos militantes no debate preparatório.

Poder Local

Nova Câmara de Lisboa mostra trabalho

Uma campanha de prevenção contra a droga a lançar pelo município de Lisboa foi debatida numa reunião, a semana passada, entre os presidentes das 53 juntas de freguesia da capital, técnicos de saúde, responsáveis camarários e o presidente da Câmara Municipal, Jorge Sampaio, que informou ir a edilidade canalizar algumas dezenas de milhares de contos do seu orçamento para esta campanha de prevenção, a ser coordenada pelo psiquiatra José Gameiro, que agirá com o contributo das juntas de freguesia, que vão entregar à Câmara um levantamento dos problemas relacionados com a droga e a toxicod dependência nas áreas que admnistram. Os objectivos desta iniciativa visam também possibilitar a reinserção social dos jovens toxicod dependentes.

Durante a reunião, cada um dos presidentes de juntas de freguesia lisboetas fez uma breve exposição sobre a situação nas suas áreas no que diz respeito a este tema, que afecta cerca de vinte mil jovens da cidade, sendo unânime a constatação de que a situação é grave e que a falta de vigilância policial nas escolas e a inoperacionalidade de muitas instituições oficiais.

Algumas juntas aproveitaram a ocasião para darem conta da sua própria experiência nesta área, como foi o caso das juntas de Marvila e Carnide, onde existem grupos de trabalho de carácter multidisciplinar a funcionar neste sector, bem como centros de ocupação dos tempos livres para jovens.

Jorge Sampaio classificou de «séria» e «dramática» a situação provocada pelo flagelo da droga em Lisboa: «todos são responsáveis pe-

las acções que devem ser postas em prática, a fim de preencher o vazio interior provocado pela vida urbana e moderna dos jovens toxicod dependentes» salientou o presidente da Câmara.

Entretanto a equipa do arquitecto paisagista Carlos Manuel Correia Dias ganhou esta semana o primeiro prémio do Concurso de Ideias para a Recuperação Urbanística do Largo da Rosa, dirigido pelo vereador Rui Godinho.

Assembleia Municipal aprova valores de empreitadas

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a semana passada, por maioria, uma proposta do executivo que atribui o valor máximo de 100 mil contos para adjudicação de empreitadas dispensadas de concurso público, tendo igualmente sido aprovado o valor de 40 mil contos em relação à quantia máxima de atribuição sem concurso de fornecimentos.

Simultaneamente este parlamento autárquico deliberou que a Câmara terá de fornecer à Assembleia Municipal uma informação detalhada sobre as empreitadas e fornecimentos que se realizem sem concurso público, ao abrigo da decisão agora aprovada.

Outra notícia proveniente da Câmara Municipal de Lisboa dá conta de que os serviços de Imprensa Municipal, dependentes do vereador Anselmo Aníbal, passaram a publicar o «Diário Municipal» no próprio dia, situação agora possível, segundo afirmações deste vereador aquando de uma visita às modernas instalações onde este «Diário Municipal» é impresso, pelo «esforço empreendido na aquisição de novos meios técnicos e empenhamento dos trabalhadores da Imprensa Municipal».

A anterior gestão da edilidade tinha o «Diário» atrasado em cerca de um mês, com relevantes prejuízos para os serviços camarários e para o público em geral. Com a nova situação, a celeridade na entrada em vigor de despachos e outros actos da Câmara, proporcionará uma maior transparência no exercício das competências municipais e uma maior eficiência na tomada de medidas urgentes que a cidade necessita.

Freguesia de Alcântara quer Junta a tempo inteiro

A Junta de Freguesia de Alcântara aprovou uma mo-

ção, entretanto enviada à Assembleia da República, onde reclama «a imediata discussão e aprovação do regime de Permanência para Titulares das Juntas de Freguesia», exigindo igualmente «que o regime a aprovar consagre soluções amplas quanto ao número de freguesias abrangidas e à titularidade da permanência».

Nos considerandos desta moção, o executivo desta freguesia lisboeta afirma ser a consagração do regime de permanência para os eleitos das juntas de freguesia «indispensável a um exercício mais pleno e eficaz no desempenho das atribuições e competências das freguesias», dizendo também que «nada justifica a insistência no proteramento que se tem verificado» na aprovação dos projectos sobre a matéria «que desde há dois anos» estão na Assembleia da República.

Junta da Pontinha distribui pelouros

Na primeira reunião da Junta de Freguesia da Pontinha (Loures), foram atribuídos os cargos e os pelouros aos novos membros desta autarquia, sendo a presidência da Junta entregue a Manuel João Saraiva, da CDU. Para além do presidente, o executivo desta Junta de Freguesia é constituído por três elementos da CDU e três do Partido Socialista.

A mesa da Assembleia de Freguesia é presidida pelo Dr. Graça Gonçalves (PS) e tem como secretários dois eleitos da CDU.



Praça da Liberdade

Bons resultados no Porto

As negociações que decorreram em Janeiro e Fevereiro na cidade do Porto para a distribuição de funções e composição dos órgãos autárquicos terminaram com resultados globalmente muito positivos.

Esses resultados traduzem em primeiro lugar a capacidade da CDU dialogar com os eleitos de outras áreas políticas, quando estes mostram estar interessados em trabalhar para resolver os graves problemas que afectam o velho Burgo Tripeiro.

Mas traduzem sobretudo o reconhecimento do trabalho realizado em anteriores mandatos pelos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos da cidade do Porto e o prestígio que a sua acção grangeou em largas camadas da população.

Mas deixemos falar os factos.

A nível municipal, a CDU celebrou, como se sabe, um acordo com o PS. Na Câmara do Porto a CDU continua a dispor de um vereador a tempo inteiro e estão à responsabilidade da CDU a Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais, a Divisão de Higiene Urbana, a importante Divisão dos Transportes, Oficinas, Armazéns Gerais e Afilamentos, a Divisão de Mercados e Inspecção Sanitária, e todos os Parques Infantís e Ringues Polidesportivos da cidade. Na Assembleia Municipal do Porto, além de um elemento da CDU ter sido eleito para a Mesa, foram também aprovados elementos da CDU para a representação da Assembleia Municipal em várias importantes funções — Assembleia Distrital, Conselho Geral do Hospital de St.º António e Conselho Geral do Hospital Maria Pia.

A nível das freguesias da cidade do Porto é significativo que a CDU vá presidir neste mandato a seis das quinze Assembleias de Freguesia e que esteja representada em nove das quinze Juntas de Freguesia (Aldoar, Bonfim, Campanhã, Foz, Lordelo, Massarelos, Miragaia — através do presidente eleito, São Nicolau, Vitória). E não tivesse o PS lamentavelmente privilegiado os acordos com o PSD em várias freguesias (como em Miragaia, onde houve o reprovável propósito de isolar o presidente da Junta da CDU eleito pela população, em Paranhos, em Ramalde e na Sé), a contribuição da CDU para a resolução dos problemas da cidade poderia ainda ser maior.

Cinquenta e nove eleitos da CDU no Porto têm agora na sua frente quatro anos de mandato, sempre com os trabalhadores e o povo, e pela sua cidade.

O trabalho continua.

■ Helena Medina

Municípios do Litoral Alentejano organizam SARROZ/90

O Segundo Salão Nacional do Arroz (SARROZ/90) vai decorrer entre dez e doze de Março em Grândola, numa iniciativa da Associação dos Municípios do Litoral Alentejano (AMLA), que reúne as Câmaras de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. A edição deste ano do Salão Nacional do Arroz conta com a presença de expositores que se dedicam a esta actividade, tanto em termos de produção como em termos de comercialização e industrialização. Também a sofisticada maquinaria envolvida na produção deste cereal, bem como os adubos e pesticidas que asseguram o ciclo da vida da planta do arroz estarão no Parque de Exposições da Câmara Municipal de Grândola, onde também se realizarão colóquios com a finalidade de proporcionar aos produtores, comerciantes e industriais o contacto com os novos conhecimentos adquiridos recentemente em tudo o que se relaciona com esta actividade.

Assegurada está a presença no certame do «Rice Council», importante associação de agricultores e de outros sectores da agro-indústria do arroz nos Estados Unidos da América.

Dizem os organizadores desta iniciativa, terem como objectivo ajudar a «promover o desenvolvimento da cultura do arroz», bem como a sua industrialização e comercialização, «de molde a satisfazer uma necessidade em que a

Europa Comunitária é deficitária, recorrendo às importações, nomeadamente dos Estados Unidos, para seu consumo interno».

As autarquias que promovem este certame, procuram, por outro lado, «dar resposta aos anseios dos produtores, industriais e comerciantes que pretendem ver promovido o seu produto, tanto a nível interno como externo, nomeadamente a nível comunitário».

Este «Salão Do Arroz» encontra pois um local privilegiado em Grândola, centro da maior área de produção de arroz do País. Portugal conta com quatro grandes zonas produtoras deste cereal, localizadas no Vale do Mondego, Vale do Tejo e Sorraia, Perímetro de Rega do Caia e Vale do Sado, abrangendo esta última toda a região que vai de Alcácer do Sal até Odemira.

Consumo do arroz aumenta anualmente

Dados de 1988 dizem que o consumo médio de arroz por pessoa no nosso país foi de 22 quilos, longe dos níveis de consumo de outros países. De resto, o nível médio do consumo do arroz em todo o mundo é de 62 quilos, sendo de 116 na China, 97 no Japão ou 50 quilos no Brasil. Em contrapartida países como a Grã-Bretanha só consomem três quilos e meio de arroz «per capita» num ano, e outros países há onde o consumo é menor.

«Não se pense que o consumo do arroz é característico dos países subdesenvolvidos» dizem os organizadores do SARROZ/90 segundo os quais sucede antes que certos países têm um baixo consumo deste cereal porque ele «não entrou ainda completamente nos hábitos alimentares de países desenvolvidos, muito embora o aumento de consumo se verifique de ano para ano», a que não será alheio o facto de a recente selecção de novos tipos de arroz permitir um consumo «mais requintado e saboroso».

As Câmaras envolvidas na organização deste certame procederam a alguns melhoramentos no Parque de Exposições onde irá decorrer este SARROZ/90, remodelando a iluminação do interior dos modernos Pavilhões que o compõem, de área total aproximada a três mil metros quadrados. Todo o terreno anexo ao Pavilhão foi devidamente pavimentado, melhorando-se também a sua iluminação, estando assegurada uma sala para colóquios, bem como dois restaurantes e um bar.

Junta de Freguesia de Ermesinde em situação ilegal

A Junta de Freguesia de Ermesinde, no concelho de Valongo, encontra-se numa situação ilegal há quase dois meses, o que mereceu já a apresentação de um protesto, por parte da Coligação Democrática Unitária local, ao Governo Civil e ao Ministério do Planeamento e Administração do Território.

A história começa em 4 de Janeiro, quando reuniu a Assembleia de Freguesia para eleger a nova Junta. Feita a votação verificou-se que ganhou a lista que dá maioria ao Partido Socialista, com três elementos, dois do PSD e dois da CDU. Não satisfeito com o resultado, o presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Jorge Videira, do Partido Socialista, decidiu,

num autêntico malabarismo político, recusar a votação legalmente feita por voto secreto e dar por constituída a junta segundo o método de Hondt!

Considera a CDU, em comunicado distribuído à população da freguesia, que tal atitude não prestigia o Poder Local e põe em causa a gestão de Ermesinde (cuja Junta ainda não tomou posse) e a solução dos prementes problemas que urge resolver, responsabilizando Jorge Videira e o Partido Socialista pela situação criada. «Se um presidente socialista, eleito pela população, não respeita o resultado de uma votação democrática, mal vai a nossa freguesia, mal vai a democracia», lamenta a Coordenadora da CDU de Ermesinde.

Parlamento Europeu

Parlamento toma posição sobre programas de educação

O Parlamento Europeu aprovou na sua sessão de Fevereiro uma proposta de resolução apresentada por diversos grupos, incluindo a Coligação de Esquerda - através do deputado Carlos Carvalhas - sobre os programas comunitários de educação e de formação, cujo objectivo é a criação de condições que permitam elaborar programas que permitam avaliar, em concertação com os organismos e sectores de jovens interessados, a eficácia dos programas comunitários e as prioridades dominantes.

A proposta conjunta manifesta a opinião geral de que o bom resultado dos esforços para a construção de uma Europa mais integrada depende em grande medida do entusiasmo dos jovens face a este projecto, o que implica naturalmente a necessidade de o mercado comum de 1992 lhes oferecer «um espaço educativo propício à mobilidade e ao intercâmbio» de experiências e de oportunidades.

Para a maioria dos deputados do PE, a competitividade da Comunidade nos mercados internacionais mundiais depende sobretudo da sua capacidade para assegurar níveis de formação tão elevados quanto possível, designadamente no âmbito dos objectivos definidos pelos Ministros da Educação em Outubro último: uma Europa pluricultural, uma Europa da mobilidade, uma Europa da formação para todos e uma Europa da competência.

Nesse contexto, e tendo em conta que os programas experimentais da Comuni-

dade (Erasmus, Comett, Língua, Juventude para a Europa) ocupam actualmente um lugar especial na estratégia global de desenvolvimento dos recursos humanos da Comunidade, os deputados manifestaram a sua preocupação com o facto de tais programas, devido à insuficiência das dotações e às disparidades sociais, educativas e geográficas, abrangerem apenas uma parte proporcionalmente muito reduzida de jovens e professores.

O PE alerta ainda para o facto de não ser possível avaliar quais as categorias de jovens que beneficiam daqueles programas, o que resulta da ausência ou insuficiências de elementos estatísticos qualificativos, e lamenta que aos jovens não sejam oferecidas oportunidades iguais neste domínio, na medida em que os actuais programas comunitários abrangem essencialmente estudantes universitários, descurando os alunos mais jovens e os jovens em forma-

ção profissional que, no entanto, constituem a maioria.

Face a esta situação, o Parlamento Europeu decidiu convidar a Comissão a «apresentar soluções que permitam ultrapassar os obstáculos socio-geográficos, financeiros, jurídicos e administrativos que constituem a base das principais discriminações, bem como elaborar propostas que permitam avaliar, em concertação com os organismos e sectores de jovens interessados, a eficácia dos programas comunitários e as prioridades dominantes».

Nesse sentido, a Comissão é convidada a examinar as propostas e os compromissos, incluindo os de carácter financeiro, destinados a apoiar e promover o papel das associações de jovens a nível europeu e os organismos de participação e representação dos jovens, tais como o Fórum da Juventude da Comunidade Europeia. O Parlamento Europeu manifesta ainda a sua esperança de que sejam «intensificados os projectos de parceria entre escolas, Universidades, Institutos de formação e empresas dos Estados-membros, de modo a abranger um amplo leque de jovens e favorecer a sua mobilidade», o que exige um aumento considerável dos meios financeiros concedidos a esses programas.

Por outro lado, o Parla-

mento Europeu decidiu pedir ao Conselho que «confira especial atenção ao reajustamento financeiro do programa de intercâmbio de jovens trabalhadores, cujas dotações têm vindo a ser consideravelmente retardadas, bem como ao alargamento do programa *Juventude para a Europa*, uma vez que estes dois programas apresentam, designadamente, a vantagem de abranger todas as categorias de jovens». O PE solicitou igualmente à Comissão que defina «os critérios e as dotações que permitam o acesso efectivo a estes programas comunitários de jovens, estudantes, docentes e trabalhadores de países periféricos, tendo em conta a distância dos respectivos países de origem e as diferenças de custo de vida entre os Estados-membros».

Esperando que, no âmbito das reformas institucionais seja alargado o campo de aplicação do artigo 128º do Tratado da CEE respeitante à formação profissional (observando o princípio da subsidiariedade), o Parlamento Europeu convidou a Comissão a apresentar, até ao final do presente ano lectivo, um balanço qualitativo que permita determinar, por Estado-membro e por região, a idade, o sexo, o nível de ensino e a categoria social dos beneficiários dos programas comunitários em questão.

Dimensão europeia da educação debatida em Setúbal

A Escola Superior de Educação de Setúbal promoveu na passada sexta-feira um seminário subordinado ao tema «Dimensão europeia da educação», em que participaram os deputados ao Parlamento Europeu, Barros Moura (PCP), Maria Belo (PS) e o candidato do PSR às eleições europeias, Francisco Louçã; embora convidados, não compareceram os deputados Carlos Pimenta (PSD) e Lucas Pires (CDS).

Na opinião dos deputados presentes, os jovens diplomados portugueses estão numa situação de inferioridade em relação aos jovens dos restantes países da CEE, dada a grande dificuldade em verem os seus diplomas reconhecidos no espaço comunitário, resultante da reconhecida baixa qualidade do ensino em Portugal.

Segundo Barros Moura, o Governo português deveria tomar a iniciativa de renegociar os fundos comunitários para a reforma do sistema educativo em Portugal, a exemplo do que fez a Irlanda, que conseguiu obter cerca de 50 por cento dos fundos da CEE disponíveis para a reestruturação dos sistemas do ensino.

Como disse Barros Moura, «a equivalência dos diplomas é reconhecida, mas a baixa qualidade do ensino em Portugal é também reconhecida, o que coloca os diplomados portugueses em inferioridade».

Idêntica foi a posição defendida por Maria Belo, que fez notar que a livre circulação de pessoas «não depende do reconhecimento dos diplomas, mas sim da sua qualidade», sublinhando que «nos países da CEE ninguém vai dar emprego a um jovem português que se apresente com um diploma do 12º ano que não serve para nada».

Gás natural e poluição marítima

O «elevado custo» do projecto de construção da rede de gás natural no nosso país e a crescente poluição causada por transportes marítimos são temas de duas perguntas dirigidas recentemente à Comissão das Comunidades pelo deputado do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas.

Em relação ao primeiro caso, o deputado comunista refere que «a eventual ligação à rede europeia de gás de Lacq e, mais tarde, ao gás siberiano é um projecto de interesse comunitário que pressupõe, por um lado, a ligação da rede espanhola à francesa (ultrapassando os Pireneus) e, por outro lado, o prolongamento do gasoduto de Valladolid até à fronteira portuguesa (cerca de 600 km), cujo custeamento não é de interesse para a Espanha».

Invocando «o quadro da concretização do princípio da coesão económica e social», Carlos Carvalhas pergunta se a Comissão «pensa financiar e apoiar tecnicamente tais projectos, bem assim como o livre trânsito do gás, à semelhança do que se passa com a electricidade».

Em relação à segunda questão, o deputado do PCP sublinha que «a poluição dos transportes marítimos está longe de ser acidental» e lembra, a propósito, «as vergonhosas desgasificações no alto mar, cuja multa é relativamente insignificante».

Salientando, por outro lado, que «os acidentes marítimos são numerosos», Carlos Carvalhas faz notar que «o actual sistema de legislação marítima é insuficiente e beneficia muitas vezes os prevaricadores».

Neste contexto, o deputado comunista pede à Comissão informações sobre «se todos os Estados-membros (da CEE) ratificaram a convenção de Bruxelas de 71 (que regulamenta o transporte marítimo de hidrocarbonetos) e se todos são signatários da convenção Marpol, contra a poluição do mar». Carlos Carvalhas pergunta ainda àquele organismo comunitário «se pensa tomar alguma iniciativa no sentido de reforçar a legislação internacional, nomeadamente sobre os pavilhões de conveniência, qualificação das tripulações, segurança dos supertanques, maquinaria de socorro, penalizações, etc.».

Redução das ajudas à construção naval

Também a redução das ajudas à construção naval preocupa alguns eurodeputados portugueses. Carlos Carvalhas e Barros Moura, bem como deputados socialistas no Parlamento Europeu, subscreveram uma pergunta à Comissão das Comunidades sobre as razões que «a levaram em Dezembro de 1989 a reduzir drasticamente as taxas máximas de ajuda do Estado à construção naval quando, segundo os seus relatórios, as discussões exploratórias iniciadas com o Japão e a República da Coreia do Sul, com o objectivo de reintegrar a construção naval na lógica das relações do GATT e de eliminar as práticas que falseiam a concorrência, prosseguiram sem resultados».

Os deputados portugueses interrogam a Comissão «se pensa reconsiderar a decisão de redução» das ajudas, solicitando ao mesmo tempo informações respeitantes «ao decorrer e conteúdo das negociações em curso com o Japão e a Coreia», bem como sobre «as orientações da sua política em matéria de construção naval».

Comunicação Social preocupa eurodeputados

O Parlamento Europeu considera que um processo de concentração de empresas sem limites ou controlo, no sector dos meios de comunicação social, constitui uma ameaça ao direito à informação, à autonomia das redacções e à liberdade dos jornalistas, pelo que decidiu solicitar à Comissão e ao Conselho que, no âmbito das suas competências, colaborem em todas as iniciativas e propostas que tornem a Comunidade activa na defesa dos direitos fundamentais, como o pluralismo informativo e a liberdade de expressão.

Numa proposta de resolução aprovada na última sessão, o PE pronunciou-se contra a concentração nos sectores de comunicação social, recordando que a completa integração do mercado interno da Comunidade deve ser

acompanhada por um reforço dos controlos e da legislação «anti-trust», a fim de manter o exercício da livre concorrência em todos os sectores da vida económica europeia.

O documento, subscrito por deputados de vários gru-

pos, entre os quais Carlos Carvalhas da Coligação de Esquerda, faz notar que no sector de comunicação social se torna necessária a restrição das concentrações, quer por motivos económicos quer, sobretudo, para garantir o pluralismo da informação e a liberdade de imprensa, e alerta para o facto de «o controlo dos meios de comunicação social, por parte de grupos restritos, tal como se tem vindo a configurar na Europa, representar uma ameaça muito séria ao pluralismo de informação e à liberdade de expressão».

A posição do PE teve em consideração o facto de se verificar uma ausência de regulamentação na legislação comunitária relativa à conclusão do Mercado Interno, no que respeita à protecção do direito de informação e a concentração de meios de comunicação social, bem como a oposição activa de jornalistas e outros profissionais de comunicação social, em diversos países comunitários, «contra os abusos ligados a certas concentrações de empresas» neste sector, que implicam «uma grave ameaça ao pluralismo informativo».

Assim, o PE decidiu solicitar à Comissão que «apresente propostas visando criar um conjunto específico de disposições legais sobre as concentrações e aquisições de empresas do sector dos meios de comunicação social, bem como uma legislação *anti-trust* a fim de que sejam garantidas as normas profissionais mínimas, seja protegida a deontologia do jornalista, seja eliminado o perigo de subordinação das pequenas empresas e garantida a liberdade de expressão de todos os trabalhadores da informação». A proposta aprovada pelo PE insta ainda os Estados-membros que não dispõem de qualquer meio de controlo sobre as concentrações neste sector a promulgarem, tão rapidamente quanto possível, disposições legais que rejam esta matéria, tendo em conta simultaneamente a comunicação impressa e audiovisual.

Deputados do PCP defendem estudo sobre indústria têxtil

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu divulgaram na passada segunda-feira uma nota de imprensa a propósito da polémica criada entre o Governo e o PS sobre a modernização e reestruturação da indústria têxtil, defendendo que a questão não está em trocar o sector têxtil por certas contrapartidas financeiras mas em modernizá-lo e garantir o seu futuro tendo em conta o emprego, o desenvolvimento regional e nacional.

O comunicado começa por salientar que a «não renovação do Acordo Multifibras terá como consequência uma concorrência acrescida na Comunidade, estimando-se um fluxo de exportações para a CEE superior a 80 por cento,

nomeadamente de vestuário, o que criará novas e mais sérias dificuldades à indústria têxtil portuguesa». Por outro lado, os deputados comunistas consideram que a proposta do engº João Cravinho e do PS não se afigura a mais aconselhável, já que se trata de «um programa que será alimentado pelo FEDER, que já está sobrecarregado e que limitará verbas para outros fins» e que «terá de ser partilhado com outros países».

Recordando que já anteriormente os deputados do PCP no PE haviam proposto um programa específico para a indústria têxtil em Portugal, do tipo PEDAP ou PEDIP, dado o peso e importância desta indústria para o país, o comunicado faz notar que a

reação do Governo não pode fazer esquecer as suas responsabilidades nesta matéria. Assim, aqueles deputados acusam o Governo de nunca ter explicitado a sua estratégia negocial aos deputados que iam tomar posição sobre o assunto, apesar de saber que o Acordo Multifibras deve expirar no fim do ano e que o PE tinha o assunto em agenda. Com a agravante de que «só agora o Governo se deu conta que a Comissão da CEE está disposta a financiar e a apoiar tecnicamente um «inventário-estudo» sobre os pontos fracos e fortes da indústria têxtil portuguesa, quando tal proposta já foi feita pela Comissão em Outubro em resposta a uma questão colocada por um deputado do PCP».

Internacional

A reunificação não diz respeito só aos alemães

A reunificação das duas Alemanhas tem sido motivo de inquietações várias, tanto a Leste como a Oeste, que fazem dela uma das mais importantes questões internacionais da actualidade. Sendo um direito do povo alemão, a criação de uma Alemanha unida terá que passar por negociações globais que tenham em conta os interesses de todas as partes envolvidas, nomeadamente a URSS. Esta temática foi recentemente abordada por Mikhail Gorbachov numa entrevista concedida ao jornal *Pravda*, da qual apresentamos alguns dos aspectos que considerámos mais significativos.

O dirigente soviético começa por recordar que a URSS nunca negou o direito dos alemães à unidade e que «logo após a guerra, (...) a União Soviética manifestou-se contra a divisão da Alemanha. Não foi nossa ideia do desmembramento da Alemanha e não somos nós os responsáveis pelo modo como evoluiu o acontecimento depois, no contexto da guerra fria».

O chefe de Estado soviético acrescenta neste sentido que, «mesmo após o apare-

cimento dos dois Estados alemães, o governo soviético, juntamente com o governo da RDA, continuou a defender o princípio da unidade da Alemanha. Em 1950, a URSS apoiou a proposta da RDA de restabelecer a estrutura estatal alemã única. Em 10 de Março de 1952, o governo soviético apresentou um plano de unificação da Alemanha, formando um Estado único, democrático e neutro». A resposta do Ocidente a estas e outras iniciativas posteriores, foi sempre negativa.

Esta questão não é desta forma nova para a União Soviética que hoje confirma que devem ser os próprios alemães a «decidir como, em que prazo e sob que forma deve decorrer a sua unificação».

Contudo, Gorbachov salienta que este é apenas um dos aspectos do problema, e afirma que «a reunificação da Alemanha não diz só respeito aos alemães. Por mais que respeitemos este seu direito nacional, é inconcebível que os alemães cheguem a um acordo entre si e depois proponham a todos os demais que apenas aprovelem as decisões por eles tomadas. Existem problemas fundamentais que a comunidade internacional tem direito de saber e nos quais não deve haver lugar para ambiguidades».

Concretamente, Gorbachov diz na entrevista que «deve ficar claro que nem o próprio processo de aproximação entre a RFA e a RDA, nem a Alemanha unificada

devem representar ameaça ou prejuízo aos interesses nacionais dos países vizinhos» (...) e acrescenta que «obviamente, são excluídas todas as hipóteses de atentado contra as fronteiras de outros Estados».

Mais à frente, o presidente da URSS acentua o facto de que «ninguém exonerou as quatro potências da sua responsabilidade e só elas o podem fazer. Por enquanto, não existe um tratado de paz com a Alemanha. E só com ele se pode definir definitivamente, do ponto de vista de direito internacional, o status da Alemanha na estrutura da Europa».

Depois de analisar o problema das alianças político-militares neste contexto, em que sustém «a inadmissibilidade da violação do equilíbrio estratégico-militar das duas organizações internacionais», a OTV e a NATO, Gorbachov considerou que «a tarefa consiste em debater de forma multilateral e por

etapas, todos os aspectos externos da reunificação, preparar o tema para a inclusão no processo pan-europeu e para o exame das bases do futuro tratado de paz com a Alemanha». No entanto, o estadista faz depender a eficácia destas consultas do «grau de confiança e abertura entre todos os participantes». Sem negar o direito dos países soberanos manterem contactos inclusivamente sobre a questão alemã Gorbachov exclui «o caso em que três ou quatro participantes das consultas acertem primeiro as posições entre si e depois apresentem aos restantes participantes uma posição já acordada».

Para Mikhail Gorbachov o povo soviético «tem o direito» de procurar que a URSS «não seja prejudicada pela reunificação alemã do ponto de vista moral, político e económico» e tentar que se estabeleçam contactos entre os dois povos no sentido de uma cooperação.

Nicarágua mais perto dos EUA

A União Nacional de Oposição (UNO) ganhou as eleições na Nicarágua, domingo passado, com 55,2 por cento dos votos, contra 40,9 por cento da Frente Sandinista.

A inesperada votação alcançada pela coligação de catorze partidos, chefiada por Violeta Chamorro, representa uma inequívoca vitória da administração norte-americana que durante os últimos dez anos tentou por todos os meios, dos militares aos económicos, derrubar o governo sandinista.

Com a ajuda directa dos Estados Unidos, da Igreja e das profundas dificuldades económicas provocadas pela guerra e pelo boicote norte-americano, Violeta Chamorro conquistou nas urnas um voto que representa antes do mais o desejo de paz e estabilidade até agora impossível pela pressão constante dos EUA.

Para a UNO, a vitória nas urnas terá sido por ventura a menos difícil das batalhas, já que a partir de agora terá que se haver, por um lado, com as diferentes opções dos partidos que a integram - desde

maoístas à extrema-direita - e, por outro, com a forte oposição sandinista que detará no parlamento eleito um grupo numérico e politicamente forte.

Não menos importante será a batalha pela deposição das armas pelos contras, condição necessária para a transferência de poderes em 25 de Abril próximo, como o ainda presidente Daniel Ortega salientou ontem. A prontidão com que Violeta Chamorro apelou aos «contras» para que depusessem as armas e

as pressões norte-americanas no mesmo sentido, são bem reveladoras da forma artificial como tem sido mantida a guerra na Nicarágua ao longo da última década e a confirmação de que sem o apoio norte-americano há muito que ela teria sido liquidada.

Curioso é também assinalar que os EUA saudam hoje Daniel Ortega e a Frente Sandinista pelo cumprimento do plano de paz para a América Central acordado entre os países da região, quando não

só não o tinham reconhecido até à data como fizeram todos os esforços para o boicotar.

Esta vitória da UNO na Nicarágua poderá vir a ter, entretanto, consequências mais a sul, em Cuba. Um porta-voz da Casa Branca não perdeu tempo para vir a público dizer que «Cuba é agora a única ditadura sobrevivente no hemisfério ocidental», pelo que deve «reavaliar a sua posição e constatar que ela já não é sustentável». A ameaça implícita nestas palavras dispensa comentários.

Faleceu Sandro Pertini

O secretariado do Partido Comunista Português endereçou, por motivo do falecimento, no passado domingo, de Sandro Pertini um telegrama de «sentidas condolências» ao Partido Socialista e à família enlutada do «destacado combatente antifascista e democrata consequente».

«Solidariedade» divide-se

Numa entrevista concedida ao jornal *Zycie Warszawy*, o dirigente histórico do «Solidariedade», Marian Jurczyk, anunciou a ruptura definitiva com a organização de Lech Walesa e a constituição de uma nova central sindical, que terá por base o primeiro estatuto do «Solidariedade».

Jurczyk apontou que a nova central sindical irá lutar por melhores regalias sociais e laborais dos trabalhadores e não pelo poder político como Lech Walesa.

As divergências terão começado quando o dirigente da nova central enviou um pedido à direcção do «Solidariedade» no sentido de se restabelecer a democracia e abandonar a política, centrando a sua actividade na defesa dos direitos dos trabalhadores. Como esta proposta não vingou, «decidimos criar a nossa própria estrutura sindical», afirmou Jurczyk.

A importância da nova central, que será registada com o nome de «Solidariedade 80» com um estatuto

independente, poderá ser avaliada pelo facto de na sua fundação terem participado representantes de 500 empresas de toda a Polónia.

De acrescentar que a criação desta nova central, em oposição ao poder, parece estar em consonância com a vaga de protestos populares contra a política económica do governo de Mazowiecki. Recentemente, centenas de jovens manifestaram-se em Varsóvia exigindo a proibição da entrada de capital estrangeiro no país e a venda das empresas aos trabalhadores bem como a demissão do presidente Jaruzelski e do primeiro-ministro Mazowiecki.

Afinal Modrow é o candidato do PSD

Depois de muita hesitação e do surpreendente anúncio feito numa reunião do CC do PSD (ex-PSUA), de que Hans Modrow não seria o cabeça de lista daquele partido nas próximas eleições legislativas de 18 de Março, o primeiro-ministro da RDA mudou de ideias e confirmou, no sábado, durante o congresso que será afinal o candidato do PSD.

Ao mesmo tempo Modrow foi eleito presidente honorário do partido, quando pouco antes se avançava a hipótese de vir mesmo a abandonar a vida política. Segundo declarou, perante os cerca de 600 delegados reunidos em Berlim, «não foi uma decisão fácil».

Com 62 anos, o actual primeiro-ministro, que é considerado o político mais popular do seu país, explicou que «não quis decepcionar as centenas de

milhares de pessoas que querem construir um verdadeiro partido de esquerda», acrescentando ainda que não podia furtar-se «às solicitações do seu partido».

Entretanto, no decorrer dos trabalhos do congresso do PSD, Willy Brandt foi eleito pela unanimidade dos 600 delegados presidente honorário daquele partido, como homenagem à sua política de aproximação com o Leste. Refira-se que Brandt é também presidente honorário do SPD da Alemanha Federal.

«Worker's Party» da Irlanda debate estratégia para a paz

A Segunda Conferência Anual do «Worker's Party» da Irlanda, realizada no mês passado em Belfast, contou com a presença de mais de 250 participantes, incluindo cerca de 30 vindos do Eire.

A conferência foi dedicada ao tema «Estratégia para a Paz», tendo sido aberta pelo presidente daquele partido, Proinsias de Rossa, que é simultaneamente deputado do Parlamento Europeu, onde integra o Grupo da Coligação de Esquerda conjuntamente com os deputados do Partido Comunista Português, Partido Comunista Francês e Partido Comunista Grego.

Martins Coelho, membro do Comité Central do PCP, assistiu como convidado aos trabalhos desta Conferência.



Revolução e contra-revolução na Alemanha

edições **Avante!**

Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado. O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios táticos da luta revolucionária do proletariado.

«Instalado no poder com a ajuda de Hitler, de Mussolini e de Salazar, o regime de Franco arruinou a Espanha, arrastou-a para o pacto militar ianque-franquista de 1935 que transformou o país numa base militar norte-americana, explora e oprime o povo espanhol e assassina os seus melhores filhos.

O terror franquista não pôde, no entanto, quebrar o espírito de luta do povo espanhol que, em pequenas e grandes lutas, entre as quais se destacam as greves de Barcelona de 1951 e a recente luta dos estudantes de Madrid, tem resistido e protestado contra a política antinacional e belicista do franquismo.

Tal como aconteceu com o regime salazarista, o regime de Franco debate-se numa profunda crise, abandonado por sectores que até hoje o têm apoiado, e corroido pelas contradições de interesses entre os seus partidários. Sectores dos monárquicos, dos católicos, do exército, da burguesia não monopolista e da própria falange afastam-se de Franco e exigem abertamente uma mudança de regime.

Esta crise está a acelerar-se nos últimos tempos devido à intensificação das lutas da classe operária e camponesa, dos estudantes, dos intelectuais e das classes médias. Os operários espanhóis lutam cada vez mais organizadamente por três reivindicações fundamentais: salário mínimo que acompanhe a subida dos preços, salário igual para trabalho igual e subsídio de desemprego. Em certos casos, a classe operária e o pequeno comércio e indústria apresentam juntos estas reivindicações, ligadas à exigência da redução dos impostos.

A situação em Espanha é tal, está de tal maneira generalizado o sentimento antifranquista, que hoje se discute abertamente na rua os actos do governo e se exige uma mudança de regime.»

«A luta do povo espanhol tornará a Espanha um país livre e independente» - «Avante!», VI série, n.º 211, Fev.º-Março de 1956)

Avante!
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Há muito que o SEU-Sindicato dos Estudantes Universitários, criado pelo franquismo, era combatido pelos estudantes espanhóis. Tão firme foi esse combate, e tão unânime, que o franquismo, ao ver o SEU desmascarado, corrompido, sem qualquer autoridade, se viu na obrigação de o dissolver. Porém, como fascista que é, Franco não aceitou as reivindicações dos estudantes e deixou nas mãos dos reitores por si designados as sedes, os meios financeiros, etc., da antiga organização, quando os estudantes justamente reclamavam uma nova organização sindical por eles livremente criada e dirigida.

Em Barcelona, cerca de 500 estudantes realizaram a sua assembleia livre no Convento dos Capuchos. Logo o fascismo enviou os seus verdugos a expulsá-los. Proibida de entrar pelo Superior do Convento, a polícia cercou-o. As famílias dos estudantes, os intelectuais e o povo imediatamente manifestaram o seu apoio. Perante um movimento que ameaçava transformar-se em vigoroso golpe contra o fascismo, Franco ordenou a invasão do Convento e a prisão de muitas dezenas de estudantes. Mas enganou-se. Nem os estudantes nem o povo se atemorizaram (...) as manifestações de rua sucederam-se em Barcelona (...). Nas outras universidades, com destaque para Madrid, realizaram-se assembleias livres com a presença de jornalistas estrangeiros e das mais representativas figuras da intelectualidade madrilenha.

Em resultado de toda esta acção, os estudantes presos foram libertados e a unidade do movimento antifascista alimentada por novas forças: 150 padres de Barcelona protestaram contra a invasão do Convento, organizações da juventude católica, da juventude carlista e outras igualmente protestaram. A unidade entre comunistas, católicos, socialistas e outras correntes reforçou-se.»

«Os estudantes espanhóis lutam valentemente contra o franquismo» - «Avante!», VI série, Março de 1966)

Em Foco

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 844

1 de Março de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Reforma Agrária

realização histórica do Portugal democrático



■ Carlos Amaro

REFORMA AGRÁRIA



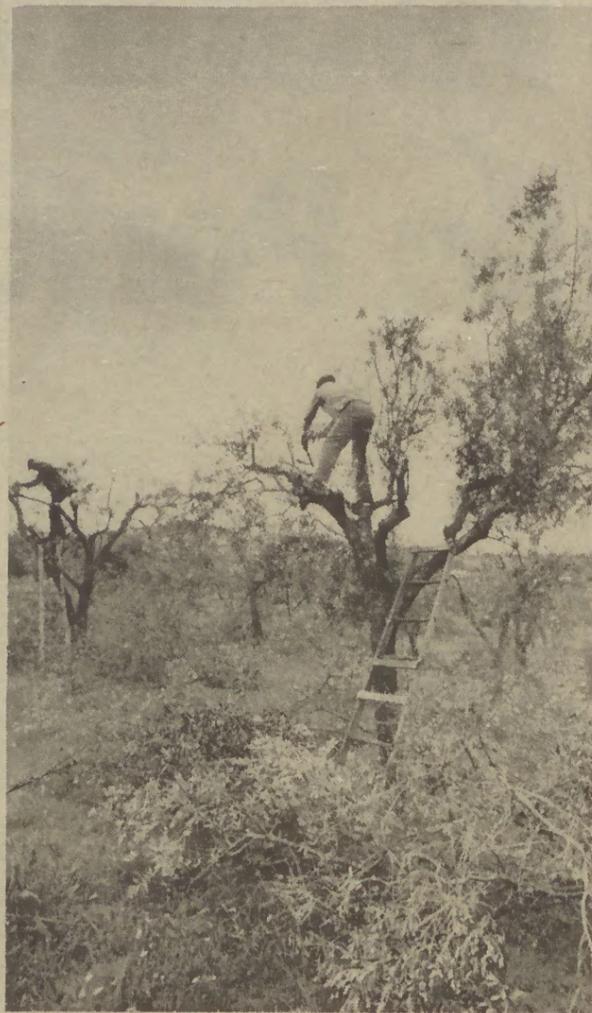
1. A Reforma Agrária — Realização histórica do Portugal democrático

• A Reforma Agrária no Sul do País foi uma realização histórica dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos na construção do Portugal democrático, nos planos político, económico e social.

• A Reforma Agrária foi um factor determinante da consolidação do regime democrático. Com a sua realização foi dado um passo decisivo na destruição do poder económico dos agrários que durante décadas foram parte integrante da base social do fascismo e que, logo após a Revolução de Abril, procuraram travar e inverter o processo democrático.

• A Reforma Agrária correspondeu objectivamente às exigências de uma estrutura fundiária caracterizada por uma gigantesca concentração latifundiária da terra e da estrutura da população activa agrícola por ela originada, onde os assalariados agrícolas constituíam a esmagadora maioria e para quem a sua realização constituiu um passo decisivo nos caminhos da sua emancipação social.

• A Reforma Agrária constituiu um imperativo da libertação das forças produtivas, e conseqüente aumento da produção, do quadro de relações sociais de produção responsáveis por uma das agriculturas mais atrasadas da Europa, geradoras da fome, miséria, desemprego e repressão de dezenas de milhares de trabalhadores.



2. A contra Reforma Agrária — 16 anos de uma política constante contra os trabalhadores, de calúnias e falsificações

• A ofensiva contra a Reforma Agrária foi uma constante desde 1976, teve gradações diferentes, revestiu-se de diversificados pretextos, apresentou-se com diversas pseudo-razões, recorreu a diversas formas, teve várias vertentes. Um traço comum caracterizou objectivamente, ao longo dos últimos 16 anos, a política agrícola para o Sul do País de diversos governos — a hostilidade aos trabalhadores e à Reforma Agrária; as calúnias, deturpações e falsificações; a manipulação da opinião pública e a intoxicação ideológica.

• A História registará o iníquo espólio da contra-Reforma Agrária, dos seus autores e agentes, com todo o seu cortejo de mortes, repressão violenta dos trabalhadores, roubos de terra, gados e máquinas, políticas de estrangulamento financeiro, de discriminação no acesso a meios de investimento e a apoio técnico, de violação da legalidade e desrespeito do Poder Judicial, de desemprego e do êxodo de homens e mulhe-

res, de novo expulsos da sua terra, em busca de condições dignas de vida.

- A contra-Reforma Agrária assumiu também, e com não menos violência, uma vertente ideológica assente nas mais grosseiras calúnias, deturpações e falsificações da realidade, tendo como objectivo justificá-la e, através do condicionamento e manipulação da opinião pública, isolar e atacar os trabalhadores e o PCP.

- Na sua vertente ideológica, a ofensiva contra a Reforma Agrária visa também atingir o PCP e os ataques ao PCP dirigem-se igualmente contra a Reforma Agrária.

Foi assim há 14 anos quando um alto responsável do governo afirmou que não se podia «admitir que a Reforma Agrária possa servir para que o PCP possa dominar numa extensa região do nosso país», enquanto outro afirmava que a Reforma Agrária era a «dominação superlatifundiária e terrorista»



imposta pelos comunistas.

Foi assim recentemente quando um ministro da Agricultura responsável pela recente lei do latifúndio — verdadeiro paradigma da modernidade da direita — enaltecia o diploma porque a sua aplicação iria varrer os comunistas do Alentejo. E posteriormente — na ânsia incontida da direita e surpreendentemente também de outros sectores de quem tal não se esperaria, de tentarem arrastar e integrar o PCP no vendaval que varre os países socialistas — procura justificar a liquidação de UCP/Cooperativas, invocando despidoradamente a política de descolectivização da Polónia em nome de um suposto desenvolvimento da agricultura, quando neste país a área agrícola ocupada por unidades colectivas nunca chegou a atingir 15% do total.

- É certo que a continuada e persistente convergência do ataque ao PCP e à Reforma Agrária, acaba por, indirectamente, evidenciar e confirmar, à revelia do desejo e vontade dos seus autores, a presença forte e determinante no Sul do País do PCP, a sua firmeza ideológica e política, a sua natureza de classe, a sua ligação à vida e luta do proletariado rural.

- Mas traz também no bojo a tentativa de fazer crer que a Reforma Agrária, nas características revolucionárias que assumiu, no tipo e orgânica das estruturas produtivas criadas, foi uma construção ideológica do PCP, fruto do seu voluntarismo político e assente num modelo importado e imposto, procurando-se assim iludir a realidade objectiva, económica e social, da região e deturpar e falsificar a realidade que a Reforma Agrária constituiu.

3. A Reforma Agrária — expressão da realidade social dos campos do Sul e da vida e luta do proletariado rural

- O proletariado rural teve na realização da Reforma Agrária uma intervenção simultaneamente de dinamização, direcção e realização, embora procurando sempre interessar na sua concretização os pequenos e médios agricultores. Esta realidade reflectiu-se necessariamente no carácter profundamente revolucionário que a Reforma Agrária teve em Portugal.

- Na história das lutas sociais do Alentejo, desde meados do século XVIII até aos anos de 60 deste século, passando pela chamada insurreição alentejana nos primeiros anos da República de 1910, nunca os conflitos sociais assumiram as características das revoltas camponesas, nas quais o reparto da terra sempre constituiu a reivindicação determinante e a grande bandeira de luta.

- As motivações, formas de luta, reivindicações e objectivos



que ao longo dos tempos caracterizaram os conflitos sociais nos campos do Sul, inscreveram-se sempre no quadro típico da luta operária: greves, marchas, paralisações e concentrações pelo aumento de salários, melhoria das condições de trabalho, garantia de emprego, horário de trabalho, pagamentos em natureza, conquista das oito horas de trabalho.

- É ainda neste âmbito que não só se encontra um dos motivos determinantes do avanço dos trabalhadores para a ocupação dos latifúndios, ao constatarem que havia milhares de hectares de terra abandonada e milhares de braços sem trabalho, como ainda se insere a forma de exploração colectiva da terra adoptada. É que, como liminarmente afirmou um operário agrícola em 1979, «os trabalhadores alentejanos e ribatejanos nunca pensaram na terra para si, nunca foram gananciosos por ter um bocadinho de terra. Não queremos um

bocadinho de terra cada um. A terra é do nosso país (...)».

- A Reforma Agrária só foi possível pelo elevado grau de organização demonstrado pelo proletariado rural e pela sua vanguarda política, o PCP, cuja influência e condição de vanguarda não resulta de uma qualquer autodefinição abstracta e de sentido impositivo, mas sim porque se forjou e cimentou na presença constante em dezenas de anos na direcção, organização e participação, com os trabalhadores e ao lado dos trabalhadores, nas lutas e conflitos sociais dos campos do Sul.

- A Reforma Agrária correspondeu aos anseios, aspirações e vontade das massas populares do Sul do Ribatejo e do Alentejo, e hoje como ontem tem sido persistentemente sufra-



REFORMA AGRÁRIA

gada em sucessivos actos eleitorais através do voto sempre maioritário nas forças políticas que mais se têm empenhado na sua defesa, consolidação e prosseguimento, com destaque, impar, iniludível e inquestionável, para o PCP.

4. A Reforma Agrária — realidade nacional que não resultou da importação de modelos exteriores nem obedeceu a figurinos pré-concebidos

- A Reforma Agrária não foi comandada pelo poder político nem se processou no quadro de medidas administrativas e legais por cujos carris se ambicionasse ou pretendesse fazer seguir linearmente uma reforma agrária concebida, dirigida e imposta pela Administração Central.

- A Reforma Agrária não foi dádiva de ninguém nem imposta do exterior por ninguém. Não se realizou em referência a modelos nem obedeceu a figurinos pré-concebidos. Foi obra dos trabalhadores, conduzida fundamentalmente pelo proletariado rural do Sul, produto da sua luta heróica cujas raízes mergulham fundo no tempo e cuja história está viva na sua memória colectiva.

As estruturas produtivas saídas da Reforma Agrária nada têm a ver na sua orgânica e funcionamento com as cooperativas existentes, quer em países capitalistas quer em países socialistas. Tão pouco podem comparar-se com herdades do Estado existentes em países socialistas.

- As UCP/Cooperativas da Reforma Agrária não são cooperativas de agricultores porque nelas predomina o proletariado rural, ainda que também nelas se integrem pequenos agricultores; porque a terra é propriedade estatal enquanto nas cooperativas de agricultores é normalmente propriedade social da cooperativa ou é até propriedade privada, como sucede em cooperativas de rendeiros nos países capitalistas, ou nelas convergem mesmo os dois últimos tipos de propriedade; porque a distribuição do excedente não constitui uma repartição de lucros nem assume a forma de retorno, mas assenta sim numa remuneração salarial do trabalho.

- As UCP/Cooperativas não se confundem com herdades do Estado existentes em países socialistas porque sendo em ambas estas estruturas a propriedade da terra estatal, os meios de produção que constituem o chamado capital de exploração fixo, vivo e inanimado, são propriedade social das UCP/Cooperativas e não do Estado; porque nas UCP/Cooperativas os órgãos de administração e gestão são eleitos pelos trabalhadores e não designados pelo Estado; porque a planificação da produção e a organização do processo produtivo resultam da participação e decisão democráticas do colectivo de trabalhadores e não de um plano e fixação de metas e objectivos de nível estatal ou regional; porque a remuneração salarial não é rígida, assenta em salários fixos de acordo com as funções e tarefas desempenhadas pelos trabalhadores, admitindo ajustamentos e benefícios sociais em função dos resultados económicos obtidos.

5. A Reforma Agrária — factor determinante do desenvolvimento económico do País e da região, do progresso técnico-económico da agricultura e do progresso social e melhoramento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores

- A Reforma Agrária, realizada e conduzida por homens e mulheres sem experiência de gestão, nem de direcção da produção, mas a quem sempre sobrou uma elevada consciência política, uma aguda inteligibilidade da vida e um profundo sentido do interesse nacional, constituiu uma realidade de que muito se podem orgulhar os trabalhadores, apesar da constante e permanente hostilidade a que foi sujeita por sucessivos governos.

- Em condições económicas e políticas adversas, os trabalhadores conseguiram, com os seus sacrifícios, talento, determinação e capacidade de resistência e luta, organizar a produção em novos moldes, dirigir o processo produtivo e transformar radicalmente, no domínio económico e social, a agricultura do Sul do País. Aumentou a produção e o efectivo pecuário; aumentou a produtividade da terra e do trabalho; cresceu o investimento em benfeitorias fundiárias, em máquinas e outros equipamentos, mesmo à custa de legítimas aspirações de aumentos salariais; alargou-se a área regada; melhorou a tecnologia da produção; foram introduzidas novas culturas; começou a ser corrigido o sistema de produção da monocultura cerealífera através do incremento da produção pecuária para carne e



leite. Desapareceu a mancha negra do desemprego e criaram-se dezenas de milhar de postos de trabalho; aumentou o emprego permanente; melhoraram as condições de trabalho; os trabalhadores rurais do Sul tiveram pela primeira vez direito a férias. O abastecimento alimentar da população melhorou com a criação de cooperativas de consumo; as crianças beneficiaram com a construção de creches; velhos trabalhadores e reformados puderam usufruir de centros de apoio e convívio.

- Com a Reforma Agrária foram criadas condições de reanimação da economia da região e no Sul do País, no Alentejo, sangrado por uma constante emigração e um acentuado envelhecimento da sua população, em resultado do regime do latifúndio, verificou-se pela primeira vez, entre 1974-78, depois de longos anos de êxodo, uma tendência de inversão da crescente rarefacção demográfica da região.

- A Reforma Agrária está hoje mutilada e quase destruída em resultado de uma dura ofensiva conduzida por sucessivos

governos, e mesmo as UCP/Cooperativas ainda existentes não têm já as características das estruturas produtivas nascidas da Reforma Agrária.

- Mas tal como ontem, hoje, no quadro da CEE, a Reforma Agrária continua a ser um sector necessário e indispensável, quer no plano nacional, tendo em vista o crescimento da produção e a redução do défice agro-alimentar, nomeadamente em produtos estratégicos, quer no plano regional, como factor de dinamização da economia da região, de criação de postos de trabalho e de fixação das populações.

- A alternativa que a direita apresenta na sequência da destruição da Reforma Agrária e da reconstituição da grande propriedade latifundiária, é o crescimento de um défice alimentar asfixiante da economia nacional, a expansão indiscriminada da floresta de eucalipto perturbadora de equilíbrios ecológicos, geradora de desemprego e desertificação social, factor de agravamento da rarefacção democrática do Sul do País. ■



■ Daniel Branco

O VI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Na sequência das eleições autárquicas do passado dia 17 de Dezembro de 1989 e nos termos estatutários, a Associação Nacional de Municípios Portugueses irá realizar o seu VI Congresso nos próximos dias 29 e 30 e 31 de Março e 1 de Abril, em Cascais.

Este Congresso, para além da análise do Relatório Geral de Actividades da ANMP e da aprovação de orientações para o futuro da sua intervenção, assume ainda a relevância particular de eleger os novos órgãos dirigentes nacionais da Associação.

Caminho de convergência na acção

Os Congressos têm sido momentos importantes na curta vida da ANMP.

No I Congresso, constitutivo da Associação, realizado em 1984 na Figueira da Foz, foram patentes significativas divergências entre duas concepções de funcionamento e de acção da futura ANMP.

Por um lado, os eleitos do PSD e do CDS, maioritariamente, mas contando com a complacência da maioria dos eleitos do PS, defenderam a tese de que a ANMP deveria ter no seu órgão Executivo uma composição homogénea marcada pela força partidária que a cada momento tivesse expressão maioritária nos Municípios Portugueses; por outro lado, os então eleitos da APU, a que se juntaram também eleitos das outras forças políticas, mas não em número suficiente para fazerem vencer as suas propostas, defenderam que a composição e o próprio funcionamento dos órgãos da Associação deveriam reflectir a realidade existente em todo o panorama autárquico nacional, sem marginalizar ninguém e procurando estimular o entendimento muito alargado dos eleitos em torno da defesa do Poder Local. Isto implicava a representação de todas as principais forças políticas com posições nos Municípios em todos os órgãos da ANMP.

Fez vencimento a primeira tese, pelo que a representação proporcional ficou apenas restrita ao órgão deliberativo — Conselho Geral — com o Conselho Directivo eleito por lista única com maioria simples.

Como corolário desta decisão do I Congresso, durante os primeiros dois anos de vida da ANMP, os comunistas e seus aliados no âmbito da então APU ficaram fora do Conselho Directivo, tendo contudo desenvolvido uma dinâmica em procura da unidade no Conselho Geral.

Esta acção contribuiu decisivamente para demonstrar na prática a imperiosa necessidade de todos os eleitos locais se empenharem solidariamente no permanente esforço

de salvaguarda da autonomia das autarquias e do seu aprofundamento, perante sucessivos Governos centralizadores e com tendências cada vez mais claras de ingerência e de cerceamento das competências do Poder Local.

O II Congresso realizado em 1985 em Viana do Castelo, em que não estava em causa a eleição dos órgãos, mas o debate de questões concretas de interesse para o Poder Local, permitiu já uma maior aproximação nas orientações aprovadas. Mas foi sobretudo o III Congresso (Extraordinário) em 1986 em Lisboa, de frontal contestação à política orçamental do Governo do «Bloco Central» gravosamente lesiva das autarquias locais, que ficou bem patente e foi compreendido pela generalidade dos delegados a força do Poder Local unido na luta pelo progresso e pelo desenvolvimento do nosso país.

No IV Congresso, electivo, realizado em 1986 em Montechoro, tendo-se embora mantido a diferenciação estatutária entre o método de eleição do Conselho Geral e do Conselho Directivo e restantes órgãos, foi acordado elaborar as listas de modo consensual, fazendo com que a sua composição exprimissem a distribuição existente no panorama nacional em termos de Câmaras dadas por cada força política.

Foi ainda aceite que a Presidência do Conselho Directivo fosse atri-

buído à primeira força política a nível dos Municípios do país, a Presidência do Conselho Geral à segunda e a Presidência do Conselho Fiscal à terceira.

A ANMP funcionou nos últimos 4 anos na base deste acordo, sendo globalmente positiva a sua acção e as posições assumidas em múltiplas oportunidades, pese embora o desrespeito e subalternização que os últimos Governos sempre manifestaram pela ANMP.

No V Congresso, realizado no Porto em 1988, a Associação surgiu unida e forte, tendo o mesmo constituído uma grande manifestação do espaço de entendimento conseguido pelos eleitos locais de todas as forças políticas em torno de um dos alicerces fundamentais da nossa democracia — um Poder Local democrático, autónomo, actuante e profundamente ligado às populações.

O VI Congresso da ANMP, Cascais 1990

Em véspera da realização do VI Congresso, merecem referência

duas notas sobre as sua preparação:

- a primeira sobre os aspectos centrais do Regulamento do Congresso, aprovados pelo Conselho Geral da ANMP em Coimbra, em 26 de Janeiro último definidores do seu funcionamento;

- a segunda sobre as perspectivas da futura composição dos órgãos.

Quanto ao Regulamento do Congresso destacamos:

- **delegados** — nos termos estatutários serão delegados ao VI Congresso os Presidentes das Câmaras ou seus substitutos, os Presidentes das Assembleias Municipais ou seus substitutos e um Presidente de Junta de Freguesia por Município ou seu substituto, eleitos ambos em Assembleia Municipal e todos os membros dos actuais órgãos dirigentes nacionais, sendo esperada uma participação da ordem dos 800 delegados.

- **ordem de trabalhos** — será apreciado o Relatório Geral de Actividades da ANMP, aprovadas eventuais alterações aos Estatutos, aprovadas linhas de orientação sobre as matérias em debate nas 3 secções de trabalhos e eleitos os novos órgãos dirigentes nacionais;

- **Secções** — funcionarão durante todo o dia 31 de Março 3 secções subordinadas aos seguintes temas:

Secção A — **Atribuições, poderes e recursos das Autarquias**

Secção B — **Gestão Municipal, Planeamento e Ordenamento do Território na perspectiva do Desenvolvimento**

Secção C — **Potencialidades do associativismo Municipal**

Os órgãos dirigentes nacionais da ANMP têm a composição e são eleitos como segue:

- **Mesa do Congresso** (que é também a Mesa do Conselho Geral)

- **Conselho Directivo**

- **Conselho Fiscal**

13 membros cada, eleitos por lista maioritária.

- **Conselho Fiscal.**

61 membros eleitos de entre as várias listas concorrentes, proporcionalmente pelo método de Hondt.

Tanto quanto é possível avançar no momento em que estas linhas são escritas, é previsível que os futuros órgãos dirigentes possam ser de novo formados consensualmente, o que implicaria a apresentação de apenas uma lista para cada órgão, com a seguinte composição de princípio:

- **Conselho Directivo** — Presidência de um eleito do PS, mais 4 do PS, 5 do PSD, 2 da CDU e 1 do CDS.

- **Mesa do Congresso e do Conselho Geral** — Presidência de um eleito do PSD, mais 4 do PSD, 5 do PS, 2 da CDU e 1 do CDS.

- **Conselho Fiscal** — Presidência de um eleito da CDU, mais 1 CDU, 5 PS, 5 PSD e 1 CDS.

- **Conselho Geral** — 24 membros eleitos do PS, 23 do PSD, 10 da CDU e 4 do CDS.

Como alterações mais significativas em relação à situação anterior registar-se-ão:

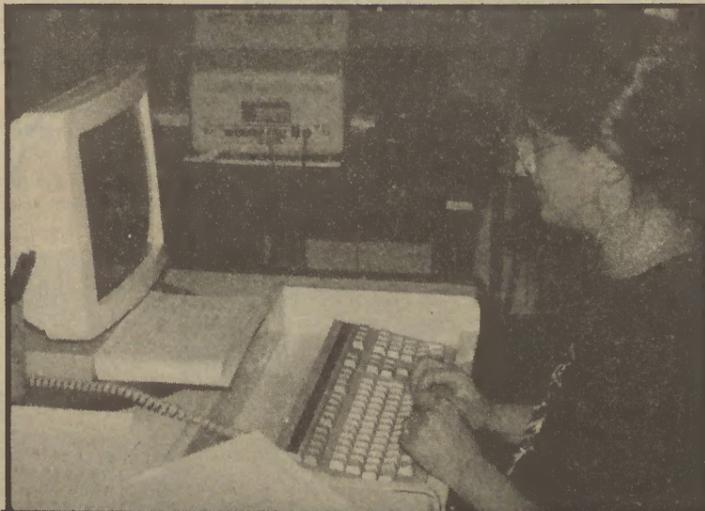
- a passagem da Presidência do Conselho Directivo do PSD para o PS, por ser hoje o PS que detém o maior número de presidências de Câmara no País;

- a passagem, em todos os órgãos, de uma anterior maioria aritmética do PSD + CDS para uma nova maioria, também aritmética, do PS + CDU.

Se para a prática de intervenção da ANMP este arranjo de maioria, tendo embora significado político, não irão alterar, tanto quanto supomos e defendemos, a via da discussão aberta e da decisão sempre na busca do entendimento que a caracterizaram no anterior mandato, o mesmo já não se pode dizer quanto à posição do Governo nas relações com a ANMP.

Por mais que procure fazer acreditar na cosmética dialogante da sua «versão 90», o Governo PSD/Cavaco Silva sabe por experiência própria que, tendo-se mostrado totalmente incapaz de dialogar com uma ANMP em que os seus apoiantes eram maioritários, ser-lhe-á agora muito mais difícil, mesmo doloroso, ter de ser forçar ao diálogo com uma ANMP em que a maioria é de esquerda e onde, ainda por cima, quase todos os eleitos do PSD culpam de modo inequívoco este mesmo Governo pela derrota que sofreram nas autárquicas.

Prefigura-se pois, num quadro optimista que gostaríamos de ver confirmado, uma Associação Nacional de Municípios forte e unida, com condições e provas dadas no esforço democrático de fazer participar todos nas tarefas do desenvolvimento local e no aprofundamento da democracia participada, a exigir a mudança da política que, de modo evidente, está ao alcance dos democratas e da esquerda em Portugal. ■



Campanha de Assinaturas

válida até
31 de Março

6 meses (26 semanas) — 2000\$00
12 meses (52 semanas) — 3800\$00



Prémios

- Assinatura semestral — 1 livro
- Assinatura anual — 2 livros

BOLETIM DE ASSINATURA

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____
Assinatura 6 meses 12 meses (assinalar com um X) Envio a quantia de Esc. 2000\$00 • Esc. 3800\$00
(riscar o que não interessa) em cheque n.º _____ s/º Banco _____

Livros (assinalar com uma cruz o número ou números acima indicados)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----

Angariador (1)
Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Prémio especial para os angariadores

10 novos assinantes semestrais ou 5 novos assinantes anuais

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e do Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador



Dias sangrentos na Roménia

— Uma grande mistificação televisiva?

Há muito tempo que se admite que a política «faz-se na televisão». Devemos resignar-nos também a que a diplomacia e a guerra passem a ser decididas a partir de uma ilusão de óptica?

A pergunta é de Guy Sitbon, jornalista do semanário francês *Le Nouvel Observateur*, que em meados de Janeiro escreveu um artigo sobre a forma como a televisão francesa noticiou os acontecimentos sangrentos ocorridos na Roménia em Dezembro passado. Um artigo significativamente intitulado «A televisão mentiu-me».

Uma conclusão que assenta que nem uma luva à nossa própria televisão, como a seguir se verá.

Quem não se lembra das dramáticas imagens da revolução romena? Em vésperas de Natal, e mesmo muitos dias depois, as cadeias de televisão levaram a todo o mundo imagens de morte e destruição, falaram dos milhares de mortos, apontaram um grande dedo acusador à Securitate e apelaram à solidariedade internacional com o povo romeno.

Foi assim em Portugal, foi assim em França.

Conta o jornalista Guy Sitbon que um ministro francês foi ao ponto de incentivar os seus compatriotas à formação de «brigadas de voluntários» para combater em Bucareste pela democracia, apesar de nunca os próprios romenos terem levantado a voz a pedir ajuda.

Mas conta mais. Conta como chegou à Roménia no terceiro dia da propalada guerra civil, para confirmar *in loco* que afinal a revolução já havia triunfado. Surpreendentemente.

Sim, surpreendentemente porque durante três dias, especialistas e comentadores haviam explicado detalhadamente ao público francês, com números e análises, que a Securitate era uma poderosa força, um Estado dentro do Estado romeno, com meios humanos e bélicos muito superiores aos das forças armadas, pelo que os que se batiam pela democracia estavam numa situação desesperada.

Guy Sitbon não encontrou a guerra civil, mas falou com os romenos, esteve nos locais de confrontação, viu com os próprios olhos uma realidade bem diferente da que julgara ter apercebido pela televisão.

Com excepção de cinco praças públicas onde se travaram os combates transmitidos pela televisão - escreve - a cidade está intacta.

Na praça do Palácio, onde ocorreu a mais séria batalha, o que é que se vê? Os quatro prédios ocupados pela Securitate estão terrivelmente desfigurados, crivados de balas ou calcinados. Em frente, o edifício do Comité Central, ocupado desde a primeira hora pelos revoltosos, e que era suposto ser o alvo da Securitate, não foi afectado, não apresenta sinais de balas nas paredes, apenas uns azulejos partidos.

Uma situação tanto mais incongruente quanto, como faz notar, durante três dias (22, 23 e 24 de Dezembro) milhares de balas foram disparadas naquela praça por tanques, soldados, milícias.

O que o leva naturalmente a pôr, uma questão: *porque é que a sede dos democratas foi poupada e as da polícia secreta foram carbonizadas? Porque é que, noutra lado da cidade, o estado-maior não apresenta estragos enquanto, à sua volta, os locais dos ceausesquianos estão carbonizados?*

O jornalista de *Le Nouvel Observateur* (insuspeito de simpatias com o regime de Ceausescu) procurou a resposta junto dos próprios romenos: *os agentes da Securitate atiraram muito pouco. Não eram nem suficientemente numerosos,*

nem estavam suficientemente armados, nem motivados. Nunca estiveram, em nenhum momento, numa posição de força.

Uma enorme mistificação

Mas afinal, o que foi que a televisão mostrou ao público?

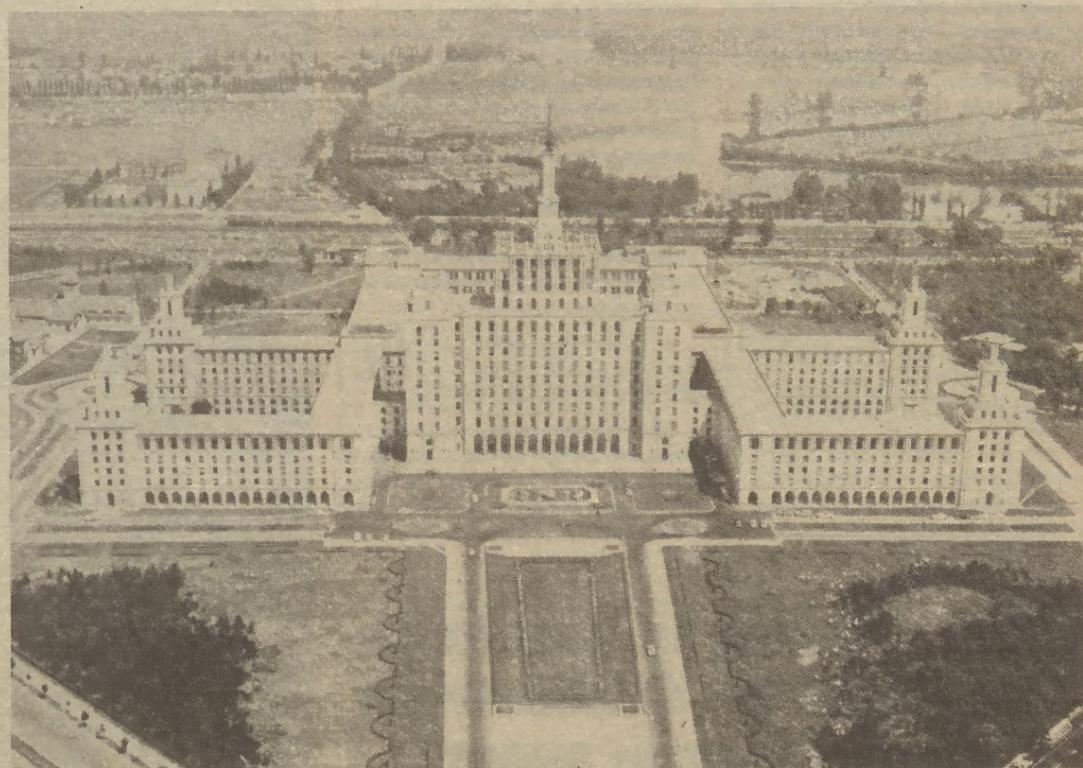
Para Guy Sitbon, tudo o que se viu e que tanto indignou a opinião pública não passou afinal da resistência de uns quantos elementos da Securitate, desesperados, desprovidos de todo o armamento pesado (que não podia ter de reserva nos seus cubículos de espionagem) e que se limitavam a disparar de tempos a tempos.

O tiroteio infernal que ouvíamos na televisão, na rádio, era provocado pelo exército, não pelos maus da fita - afirma o jornalista francês.

Mas a Securitate não tinha helicópteros? Foi dito que sim, mas é mais do que legítimo duvidar. Porque então como é que se justificaria que Ceausesco não tivesse fugido num deles, em vez de procurar fazê-lo num Dauphin da força aérea, cujo piloto o traiu?

Guy Sitbon lembra que os generais traíram em bloco o *Grande Condutor*, que os generais que de 16 a 21 de Dezembro mandaram metralhar a população foram os mesmos que, a 22, abraçaram a causa do povo e fizeram triunfar a revolução democrática; que os generais que passaram para o lado bom estavam antes do lado mau.

Foi o exército - afirma aquele jornalista - quem provocou as centenas ou milhares de mortos, vá-se lá sa-



Ao contrário do que foi feito crer à opinião pública, Bucareste está absolutamente intacta, à excepção de cinco praças públicas onde se registaram confrontos

ber ao certo quantos foram, daqueles conturbados dias.

No momento de se juntarem à revolução - escreve - os generais não sabiam como iriam ser acolhidos pelos seus novos amigos. O povo iria linchá-los ou aclamá-los? Na dúvida, o exército lançou a cidade num inferno. Para se limparem do crime imperdoável que tinham cometido, os generais encarniçaram-se contra os providenciais imbecis que não viraram a casaca a tempo.

Por outro lado, como faz ainda notar, a carnificina tinha ainda outra vantagem: aterrorizava a cidade. Os civis mobilizados durante alguns dias fecharam-se em casa. Os novos ministros e os velhos generais respiraram de alívio. Sem multidões na rua, podia ser proclamada a vitória da democracia e meter mãos à obra.

O que está em causa, para o jornalista francês, não é o facto - bizarro - da nova democracia romena ser apoiada pelos generais que, sob as

ordens de Ceausesco, cometeram uma carnificina.

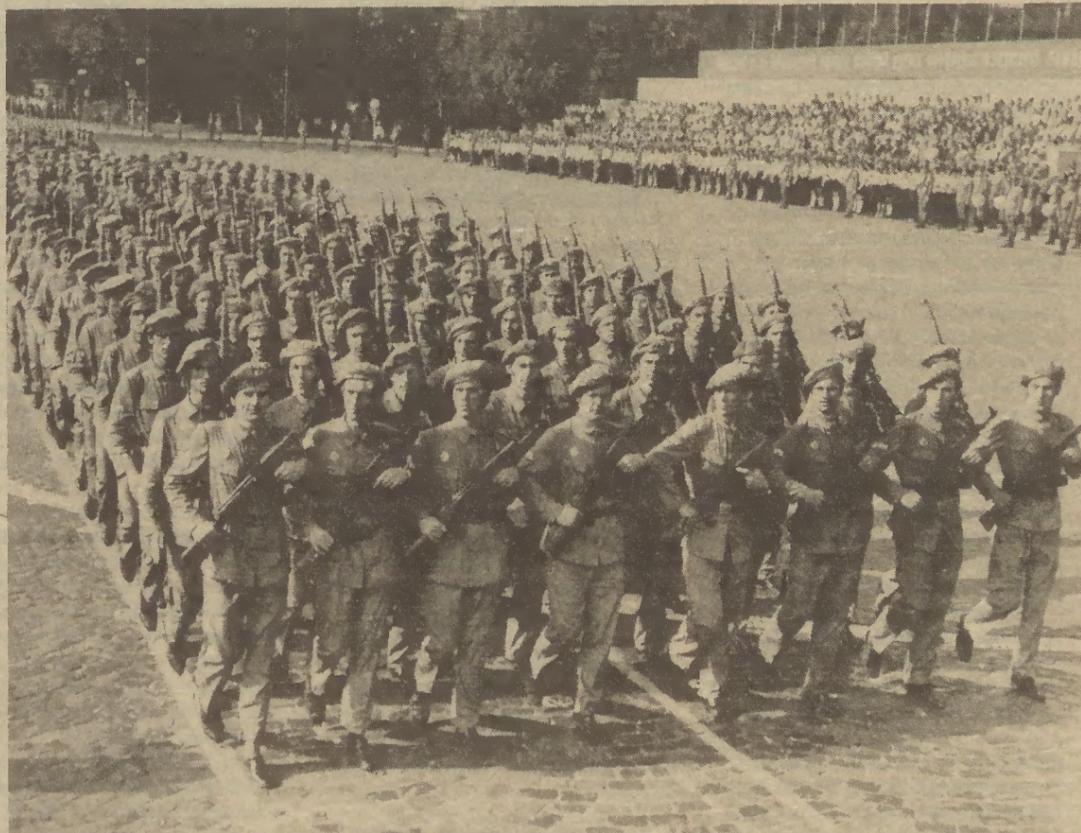
O que está em causa é que a opinião pública foi vítima de uma enorme mistificação.

Fornecedores e consumidores da informação, todos nós nos deixámos levar e o pior parecia o mais verdadeiro. De tal forma que acabámos por ver o princípio de uma guerra civil onde felizmente não havia mais do que combates de retaguarda - escreve Guy Sitbon, que alerta:

Se não começamos a ver com um olhar mais crítico a informação televisiva, caminhamos para erros colossais. Galvanizados por um espectáculo em directo comentado de modo tão errado que vimos o contrário do que se passava no terreno, pusemo-nos em movimento. Por um processo ainda por explicar, passámos de Médicos sem fronteiras a Soldados sem fronteiras quando afinal não eramos mais do que cidadãos sem informações.

As palavras do jornalista francês merecem uma reflexão. Também em Portugal os acontecimentos da Roménia foram tratados mistificando o público. As imagens reais colhidas no terreno foram acompanhadas de comentários que subverteram por completo o significado do que estava a acontecer. Podia pensar-se num engano. Mas passada a perturbação natural, nem uma palavra foi dita para a reposição da verdade. Pelo contrário, na televisão portuguesa, as mesmas imagens foram repetidas dias a fio, a ilustrar uma realidade que afinal nem sequer existiu. Pelo que o erro, se o houve, se transformou de facto numa mentira deliberada.

O que justifica a pergunta que Guy Sitbon deixou em aberto: *Devemos resignar-nos também a que a diplomacia e a guerra se decidam a partir de uma ilusão de óptica?* ■



Afinal, escreve Guy Sitbon, foram as forças armadas romenas e não a «Securitate» quem provocou assassinatos de rua

PARA UM SOCIALISMO HUMANO E DEMOCRÁTICO

Plataforma do CC do PCUS para o 28.º Congresso do Partido

Projecto aprovado pelo Plenário do CC do PCUS de 5-7 de Fevereiro de 1990

O tempo decorrido desde o momento em que o Partido apelou ao país para a *perestroika* pôs à prova esta política. O resultado principal do período de transição é a emancipação moral e política da sociedade. Graças ao clima de liberdade, democratização e abertura, as pessoas ganharam a dignidade cívica e nacional e passaram a assumir a direcção dos negócios do Estado.

Sabíamos que a realização de uma viragem verdadeiramente histórica na vida de um enorme país, com quase 300 milhões de habitantes, não seria fácil nem simples.

Com efeito, a *perestroika* é acompanhada de dificuldades consideráveis. Emergiram muitos problemas que se vinham acumulando ao longo das décadas nos domínios da economia, das relações sociais e étnicas e da vida espiritual da sociedade. A sua gravidade e amplitude e a profundidade das mudanças a realizar revelaram-se muito maiores do que era possível prever. A isso vieram juntar-se os erros e as falhas cometidas no decurso das próprias reformas.

Esta é a realidade. Toda a experiência acumulada nos últimos anos, tanto positiva como negativa, convence inelutavelmente que a *perestroika* não tem alternativa sensata. É

o único caminho justo, embora difícil e dramático, que permite dignificar a vida humana e valorizar as potencialidades do nosso grande país. Devemos segui-lo firme e corajosamente, resistindo às forças que pretendem fazer voltar a nossa sociedade para trás ou lançá-la numa confrontação civil.

A questão central neste momento prende-se com a necessidade de dinamizar as mudanças em curso e acelerar a resolução dos graves problemas socioeconómicos e políticos. Estamos numa situação em que o velho sistema de gestão e administração já deixou de funcionar em larga parte, enquanto as novas estruturas ainda não começaram a funcionar a cem por cento. Essa situação transitória gera indícios de instabilidade, enfraquece a direcção e desorienta as pessoas. A sua persistência pode acarretar consequências fortemente negativas para o povo.

A única solução passa por uma acção mais decidida e por uma aplicação mais enérgica das reformas.

Esta plataforma, depois de aprovada pelo Congresso até à elaboração de um novo programa do Partido, destina-se a orientar a actividade política dos comunistas no período de transição.

1. Qual o sentido da *perestroika*, que abandonar decididamente e que conservar no arsenal político-ideológico do Partido

Antes de mais, rompemos com o sistema burocrático-autoritário, incompatível com os princípios do socialismo. O nosso ideal é um socialismo humano e democrático.

Tendo enveredado por mudanças revolucionárias devemos sacudir sem apelo as velas do passado, que travam o nosso avanço rumo àquele objectivo.

Ao confirmar a nossa fidelidade ao espírito criador da filosofia materialista e da metodologia dialéctica de Marx, Engels e Lênine e guiando-nos pela mesma, repudiamos decididamente o sectarismo ideológico, o dogmatismo e a intolerância em relação às opiniões e ideias diferentes.

Fielis às posições de defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, renunciamos à atitude de classe simplista que se contrapõe aos valores de todo o povo e de toda a humanidade. Renunciamos à estatização total da vida social, a tudo o que contribua para a prática de arbitrariedades e ilegalidades e permita abusar impunemente do poder e gozar de privilégios imerecidos.

Abandonamos a visão primitiva da propriedade socialista e o desprezo pelas relações de mercado e quaisquer formas e métodos de direcção e gestão que provoquem a alienação das pessoas e não lhes permite realizar as suas possibilidades e aptidões naturais.

Repudiamos a visão da natureza como objecto de exploração ilimitada, herdada da época de industrialização inicial.

Condenamos a negligência pelos valores histórico-culturais dos povos e pelo potencial intelectual acumulado pelo país.

Rejeitamos a aplicação de estereótipos dogmáticos negativos para com outros partidos de trabalhado-

res, nomeadamente os partidos sociais-democratas, que contribuem para o desenvolvimento progressista dos países e povos.

Entendemos que a época actual tem como traço essencial o crescimento objectivo da interdependência dos países e da integridade do mundo em que interactivam diversas sociedades que salvaguardam a liberdade de opção.

O PCUS considera fundamental a necessidade de, na apreciação do nosso passado, fazer uma clara distinção entre as consequências do estalinismo e da violação dos princípios socialistas e as contribuições reais do Partido e do povo para o progresso do seu país e da humanidade.

São igualmente perigosas tanto a idealização do passado e a recusa em saber toda a verdade sobre os aspectos trágicos da nossa história, como as tentativas de negar tudo o que de nobre e valioso há na nossa herança histórica. Não se deve cortar a continuidade das tradições de trabalho e luta dos soviéticos.

O socialismo não pode desenvolver-se sem ideal. Por sua vez, o ideal perde fundamento quando as pessoas esquecem ou desprezam a sua história. A consciência histórica, o amor à pátria, o patriotismo que, nas nossas condições, é indissociável do internacionalismo, são indícios de saúde e vitalidade de um povo.

É impossível fazer uma previsão concreta, com todos os pormenores, do futuro, mesmo do que sucederá dentro de poucos decénios. Uma coisa é certa: será uma sociedade completamente diferente, criada em resultado de um processo democrático, de um poderoso progresso cultural e científico-técnico, e assente nos valores humanitários dos povos do nosso país e de toda a humanidade. Uma sociedade consciente da integridade



da civilização e da natureza em que o homem é um objectivo independente da evolução histórica. Estas características da futura organização social reflectem a essência do conceito original de socialismo, que se traduziu no trabalho e na luta dos povos pela sua emancipação social.

Mantemos uma adesão inabalável à opção socialista e às ideias da Revolução de Outubro: poder aos soviéticos, fábricas aos operários, terra aos camponeses, paz aos povos, livre autodeterminação para as nações. Não deixamos de prestar homenagem à força moral e à audácia das anteriores gerações, à sua abnegação patriótica e aos sacrifícios por elas consentidas na hora das duras provas.

Somos fiéis à ideia da justiça social que ergueu dezenas de milhões de pessoas do nada histórico e as encorajou para os actos que transformaram o nosso Estado numa grande potência mundial. A União Soviética desempenhou um papel decisivo na salvação da humanidade da escravidão nazi-fascista e apoiou muitos povos na sua luta de libertação nacional e deu um contributo único e insubstituível para a ciência, a técnica e a cultura universais.

Os direitos ao trabalho, à assistência na velhice e na doença, ao ensino e assistência médica gratuitos e outros benefícios sociais, nascidos pela primeira vez no solo soviético, tornaram-se apanágio de qualquer sociedade civilizada. Esquecê-lo seria desprestigiar a verdade e aqueles que deram um exemplo exaltante de heroísmo e abnegação na sua luta pela concretização do ideal socialista.

São estes os elementos básicos do pensamento e da moral da *perestroika*.

2. O homem é o principal objectivo do Partido

O Partido considera como o seu objectivo fundamental colocar o homem no centro do progresso social, assegurar-lhe condições dignas de vida e de trabalho, a liberdade política e possibilidades para o desenvolvimento multifacetado e o florescimento espiritual. Isso deve determinar o progresso da sociedade.

O PCUS apoia a formação, o mais rápido possível, das **garantias jurídicas do exercício dos direitos e das liberdades cívicas**. O reconhecimento do facto de a liberdade individual constituir o principal valor da vida e uma viragem radical para condições que garantam todo o conjunto dos direitos dos cidadãos são as conquistas mais importantes da *perestroika*. Actualmente é necessário consolidar esses direitos com base em sólido fundamento material, jurídico e político.

O Partido tem por objectivo:

- assegurar a protecção jurídica da **personalidade e da dignidade dos cidadãos**, a inviolabilidade do domicílio e dos bens, o segredo da correspondência e das conversas telefónicas;

- aumentar as garantias da realização do **direito ao trabalho**, inclusive o pagamento segundo a sua quantidade, qualidade e resultados finais; criar um mecanismo para combater o desemprego, de formação e reorientação profissional dos trabalhadores, e de apoio material àqueles que são obrigados a mudar de profissão ou lugar de trabalho;

- desenvolver e reforçar os **direitos políticos dos cidadãos**: a participação na administração dos assuntos da sociedade e do Estado, a liberdade de expressão, imprensa, comícios, manifestações e constitui-

ção de organizações sociais. É necessário, contudo, que sejam observadas a ordem pública e as leis soviéticas;

- contribuir para a **liberdade de criação** e encargar o talento como património nacional. Estimulando diversas formas da cultura, o Partido defenderá os critérios humanitários e protegerá a sociedade da pseudo-cultura. É inadmissível para o socialismo uma atitude comercial para com a cultura;

- auxiliar a livre determinação da personalidade na esfera espiritual e a obtenção da **liberdade de consciência**. Sem negar os seus postulados ideológicos, o PCUS ampliará o diálogo entre os ateus e os crentes e continuará a proceder de modo a que as igrejas consigam actuar livremente no âmbito das leis e a dar um contributo para o aumento da compreensão entre as pessoas;

- elevar o papel dos **tribunais** na defesa dos direitos cívicos, criar comissões de Estado e da sociedade para defenderem os direitos do homem.

O PCUS dá muita importância à aprovação nos tempos mais próximos das **leis** sobre a imprensa e outros órgãos de comunicação social, a liberdade de consciência e congregações religiosas, associações de cidadãos, a ordem de entrada e saída da URSS, a cidadania soviética, as línguas das etnias da União Soviética e de outros actos legislativos que visam assegurar os direitos políticos e individuais dos cidadãos.

O Partido lutará persistentemente pelo reforço e a consolidação dos **direitos socioeconómicos dos soviéticos**. Não poupará esforços para:

acções filantrópicas no interesse do desenvolvimento da educação e da cultura; contribuir para uma troca ampla e livre de valores culturais com outros países.

A estratégia da *perestroika* baseia-se na compreensão do papel da



as férias de gravidez e pós-parto e das férias custeadas pelas empresas às mães solteiras e de prole numerosa; pelo desenvolvimento prioritário da produção de artigos e serviços de alta qualidade para as mulheres e a proibição da utilização das mesmas em trabalhos pesados e nocivos para o organismo feminino. No âmbito da reforma política, o Partido lutará pela colocação de mais mulheres nos cargos dirigentes;

- pelo melhoramento radical do desvelo pelas **crianças**, pela canalização de mais verbas para a construção de estabelecimentos infantis pré-escolares e a melhoria do seu trabalho, assim como para o aumento da produção de artigos para crianças e por medidas urgentes voltadas para baixar a mortalidade infantil;

- pela elaboração e concretização duma política eficaz orientada para a juventude, pela criação de amplas possibilidades para a realização das capacidades e satisfação das necessidades dos **jovens**. O PCUS contribuirá para a participação igual em direitos da juventude na vida política, económica e cultural da sociedade, para a renovação do movimento juvenil, do «Komsomol» e das organizações estudantis e outras, apoiando as suas iniciativas e crescente autonomia;

- pela melhoria da situação dos **inválidos e veteranos da guerra e do trabalho**; pela aprovação duma nova lei sobre as pensões na URSS e a elaboração dum programa

especial com vista a dar apartamentos individuais, nos próximos cinco anos, a todos os inválidos, veteranos da guerra e do trabalho e às famílias de militares falecidos em combates; pelo cumprimento dos programas de melhoramento da assistência médica dos veteranos e inválidos e o aumento da produção de artigos destinados a esses grupos da população; pelo aumento das pensões e subsídios, levando em conta os índices de aumento dos preços; pela concessão do direito a receber salários completos independentemente das dimensões das pensões.

Os comunistas estão convencidos de que os **direitos e as liberdades dos cidadãos são inseparáveis dos seus deveres**. O Partido trabalhará persistentemente no sentido de aumentar na sociedade o respeito pelo trabalho, a legalidade e a ordem pública, de educar a prontidão para defender a pátria socialista e de introduzir garantias legais e morais de valores humanitários como a honestidade, a generosidade, a solidariedade, o autocontrolo moral, a consciência, a dignidade humana e a liberdade de opção.

O PCUS pronuncia-se **contra quaisquer regalias e privilégios** e pela transparência total nesse assunto. O cartão de militante do PCUS ou um cargo dirigente não proporcionam quaisquer regalias no acesso aos bens. É preciso acabar com os abusos de poder.

3. Por uma economia de mercado planificada eficaz

O Partido considera inadivável tornar eficaz o trabalho dos órgãos legislativos e executivos a todos os níveis, a fim de sanear a situação económica no país, o PCUS contribuirá para aplicar o sistema de medidas, elaborado pelo Conselho de Ministros e aprovado pelo Congresso dos Deputados do Povo da URSS, voltado para a estabilização do mercado de consumo e, sobretudo, a superação do abismo entre a massa de dinheiro e a cobertura em mercadorias. É necessário que as medidas tomadas tenham uma orientação social bem definida, melhorando, em primeiro lugar, a situação económica das camadas populacionais pouco abastadas.

O abastecimento da população em géneros alimentares continua a ser o problema mais grave. O PCUS considera que o **sector agrícola da economia** deve ter um desenvolvimento prioritário, para acelerar a produção de carne, leite, legumes e outros artigos de agricultura e pecuária.

O problema alimentar deve ser resolvido através da aplicação de todas as formas de gestão na terra — as empresas estatais, as cooperativas, as economias individuais, de empreitada e arrendamento, familiares e outras devem estar em condições iguais. O reforço das infra-estruturas na agricultura, o melhoramento do tratamento e armazenamento e a diminuição das perdas dos artigos, durante o seu transporte do campo para as lojas, continuam a ser de importância primordial.

Uma das tarefas de princípio da *perestroika* consiste no estabelecimento de um equilíbrio social entre a cidade e o campo. Será necessário, em prazos reduzidos, criar novas condições no campo para abastecer

os agricultores com moradias confortáveis, elevar o nível de urbanização e ampliar a rede de estradas.

O crescimento do volume de produção dos artigos de consumo generalizado continua a estar no centro da nossa atenção. O PCUS contribuirá para levar à prática as medidas que permitem alcançar o progresso na saturação do mercado.

O Partido defende a política de saneamento financeiro eficaz, incluindo medidas como o incentivo aos investimentos nas caixas económicas, através de juros elevados e o desenvolvimento do sistema de seguros, a colocação de obrigações dos empréstimos estatais em condições vantajosas, a venda de moradias, o pagamento adiantado de artigos de uso duradouro, a venda de acções e outros valores. Será preciso criar instrumentos e normas económicas mais flexíveis que impeçam a obtenção de lucros não justificados e a emissão de dinheiro sem a devida cobertura em mercadorias.

O PCUS considera que a resolução dos problemas socioeconómicos de hoje e amanhã está ligada indissolavelmente à **reforma económica radical**, em resultado da qual, o sistema arbitrário de distribuição centralizada, que se caracteriza pelo monopolismo, a falta de iniciativa, os gastos injustificados, a incúria económica e o desprezo pelos direitos dos consumidores, será substituído pela economia de mercado planificada, que se baseia na variedade das formas de propriedade, na competição entre produtores independentes e num sistema financeiro desenvolvido, criando fortes estímulos aos interesses pessoais e colectivos.

A via da reforma económica é mais difícil do que parecia no início.



- elaborar e consagrar legislativamente uma **política demográfica** nacional que garanta a reprodução da população e regularize os processos migratórios;

- cumprir o **programa habitacional** formulado pelo 27.º Congresso do PCUS que coloca o objectivo de dar a cada família soviética um apartamento ou uma casa individual até ao ano 2000. Para alcançar tal objectivo será necessário elevar os ritmos de construção civil e melhorar consideravelmente a qualidade das habitações construídas por conta do Estado, empresas, cooperativas, economias individuais e créditos bonificados; aumentar o controlo sobre a distribuição dos apartamentos e concorrer para a urbanização e humanização dos aglomerados populacionais;

- assegurar o direito à protecção da saúde graças ao aperfeiçoamento da **assistência médica**, aumentar as despesas do Estado com a

saúde pública e mobilizar para esse fim o máximo de recursos das empresas, sectores económicos, repúblicas e soviets locais;

- aumentar as garantias de protecção do **meio ambiente** e aproveitamento eficaz dos recursos naturais; aprovar um programa ecológico estatal a longo prazo da URSS, das repúblicas federadas e autónomas e também leis sobre a protecção do meio ambiente; aperfeiçoar a estrutura e a actividade dos órgãos de protecção ambiental;

- desenvolver a **educação pública e a cultura**, aumentar os investimentos nesse sector; melhorar radicalmente a qualidade da educação e a formação dos quadros, elevar o prestígio do professor; estimular a concorrência das ideias e dos talentos; ultrapassar o sistema de comando na cultura e o monopólio de interesses de grupo; proteger a herança cultural e espiritual e os monumentos históricos; apoiar iniciativas sociais e

ciência e do aproveitamento dos seus resultados como factor poderoso que permite alcançar um estado qualitativamente novo da nossa sociedade. O desenvolvimento e a utilização das potencialidades criadoras da União Soviética deve apoiar-se numa base legislativa sólida. Importa garantir a protecção eficaz da propriedade intelectual. O Partido pronuncia-se pela independência dos estabelecimentos de ensino superior, dos institutos anexos à Academia das Ciências e sectoriais e pela diversidade das suas estruturas.

O **desvelo pelas camadas sociais mais desprotegidas** ocupa um lugar especial na política económica do PCUS.

O PCUS manifesta-se:

- pela realização de medidas importantes com vista a melhorar as condições de vida e trabalho das **mulheres**; conceder-lhes o direito a trabalhar uma jornada reduzida e segundo um horário cómodo, aumentar

Plataforma do CC do PCUS

para o 28.º Congresso do Partido

No entanto, estamos plenamente decididos a não admitir o regresso às formas de gestão económica descredenciadas, que levaram o país à estagnação e ao atraso em relação aos países desenvolvidos.

A reforma económica é inconcebível sem uma reestruturação profunda das relações de **propriedade**, que, na opinião do PCUS, devem ser diversificadas. Uma concorrência sã e justa entre elas constitui a base económica da liberdade dos cidadãos, da possibilidade dos trabalhadores escolherem realmente entre as formas e métodos de aplicação das suas capacidades, assim como das garantias dos interesses e direitos dos consumidores.

É importante transformar a propriedade estatal em propriedade administrada democraticamente pelos trabalhadores, através da aplicação de regimes de arrendamento, autogestão, empreitada, por acções e outras formas de gestão contemporâneas, levando em conta o volume de produção, as características regionais e o grau de desenvolvimento das relações de integração.

O Partido contribuirá, na medida do possível, para desenvolver o movimento cooperativista, reforçando em primeiro lugar as cooperativas de produção, incluindo os *kolkhozes*, e ampliando as esferas de actividade de diferentes formas de propriedade laboral colectiva, inclusive de participação por quotas e em comandita por acções.

O PCUS considera que a propriedade laboral individual, inclusive sobre os meios de produção, não contradiz os objectivos da etapa actual de desenvolvimento económico.

A utilização de quaisquer formas de propriedade deve excluir a alienação do trabalhador dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem.

O problema mais complexo da reforma económica consiste em encontrar uma correlação orgânica entre o **mercado e o plano** na regulação de actividade económica.

A produção contemporânea é impossível sem uma influência centralizada no seu desenvolvimento. Este princípio de gestão económica, socialista por natureza, foi aplicado em muitos países. É muito importante, porém, determinar exactamente o grau e os métodos dessa influência. Diferentemente do passado, quando se empreendiam as tentativas de entender o plano a todos os processos de produção e distribuição, precisamos hoje de uma ordem em que a gestão económica centralizada e planificada seja materializada, principalmente, através de preços, impostos, juros, pagamentos, etc., sem sair do quadro de resolução das tarefas estratégicas. Isso diz respeito sobretudo à concretização de grandes programas científico-técnicos e estruturais, ao desenvolvimento da infra-estrutura, às medidas integrais de protecção do habitat humano e de renovação dos recursos naturais, à política de crédito e impostos e à estabilização da circulação monetária. Os problemas ligados à protecção social das pessoas devem ser resolvidos também centralizadamente.

O PCUS parte do princípio de que o país precisa de um mercado nacional, eficaz e regulado, que se torne um mecanismo de acção permanente, destinado a garantir e manter o equilíbrio entre as capacidades produtivas e as necessidades e entre a procura solvente e a oferta. Isso também é indispensável para incluir a economia soviética no sistema de re-

lações económicas internacionais e para reforçar o rublo.

Para organizar uma economia de mercado eficaz, precisamos criar os mercados de artigos de consumo generalizado, meios de produção, valores, investimentos, divisas e projectos científicos e acelerar as reformas dos sistemas financeiro, monetário e de crédito.

A reforma de preços é uma condição indispensável para aplicar os princípios de mercado planificado na economia. Os níveis e proporções de preços criados artificialmente, o ónus de dotações ineficazes para uns e as requisições devastadoras para outros criam metas falsas na gestão económica, confundem as avaliações do seu efeito conservam o atraso científico-técnico e impedem o aproveitamento das vantagens da divisão internacional do trabalho.

A concorrência entre os produtores, incluindo firmas estrangeiras, deve tornar-se um regulador importante e um factor impeditivo da subida dos preços. Para isso, devemos declarar juridicamente a não monopolização da produção, do comércio e dos sistemas de concessão de crédito e de seguro social.

O Partido considera que é necessário promover **uma reestruturação na economia**, de modo a que esta esteja mais voltada para o sector de produção de artigos de consumo generalizado, reduzir a construção de empresas pouco eficazes e com capitais intensivos e concentrar as forças e os meios na reconstrução das empresas existentes. É necessário intensificar a concretização de programas de utilização racional e poupança de recursos naturais, de economia de matérias-primas e materiais, de redução dos custos de produção e de luta contra a incúria económica. A reestruturação económica deve envolver a conversão dos ramos defensivos da produção, cujo alto potencial científico-técnico per-



mitirá intensificar bruscamente o fabrico de meios de produção modernos e artigos de amplo consumo. Ao mesmo tempo, é necessário prever recursos para a reprodução ampliada, indispensável para o desenvolvimento económico.

O Partido apoiará os esforços voltados para a **aceleração do progresso científico-técnico** levando em conta a sua eficiência económica, ecológica e social, assim como contribuirá para a aplicação rápida das últimas realizações da ciência e da técnica em todas as esferas da vida social. Uma das preocupações importantes do Estado consiste em dotar as investigações fundamentais e aplicadas com tudo o necessário para o seu desenvolvimento impetuoso. Devemos diversificar as formas de organização da ciência e de divulgação de conhecimentos.

A protecção da natureza e a

protecção do homem. No fim do século XX a salvação da natureza tornou-se uma das condições imperiosas para a protecção da vida na Terra. Devemos aplicar os padrões internacionais, participando activamente na cooperação ecológica internacional. O desenvolvimento industrial impetuoso do país e o desprezo pelas medidas de protecção do meio ambiente levaram a graves consequências ecológicas. Para corrigir a situação, precisamos de acções urgentes e grandes meios. O Partido considera necessário fixar juridicamente o sistema de peritagem científica rigorosa e de consideração da opinião pública durante a resolução de problemas ligados à implantação de novas empresas industriais.

Ao mesmo tempo, é inaceitável semear o pânico, exigindo, infundadamente, que sejam encerradas as empresas de importância vital, sem as quais é impossível satisfazer as ne-

cessidades elementares das pessoas. Não se pode resolver os problemas ecológicos e salvar a natureza recusando o desenvolvimento científico-técnico e industrial contemporâneo.

A ampliação da participação do país na **divisão e cooperação industrial do trabalho** é indispensável para o desenvolvimento económico eficaz. Devemos elevar a competitividade dos artigos e serviços soviéticos, reforçar a autonomia das empresas, inclusive nas relações económicas exteriores, reestruturar as exportações e as importações. Fazendo os possíveis para a materialização de todas essas medidas, o PCUS velará incansavelmente pelos interesses dos trabalhadores e lutará pela construção de barreiras jurídicas à economia paralela, elementos corrompidos, especuladores e novos pretendentes ao monopólio.

4. Para uma democracia socialista desenvolvida e o autogoverno do povo

A democracia é o objectivo e o meio de resolução das tarefas da *perestroika*. A formação de um Estado de direito e a criação de uma sociedade socialista que funcione com base nos princípios do autogoverno são a principal condição do êxito de todo o processo de renovação e garantia do respeito pelos direitos do homem.

Na sua política, o Partido parte do reconhecimento da vontade soberana do povo como a única fonte do poder. O Estado de direito de todo o povo exclui a ditadura de qualquer classe, e ainda mais o poder da burocracia governante, sendo uma República dos Sovietes que garante a todos os cidadãos o direito de participar na resolução dos problemas de importância nacional e de ocupar quaisquer cargos administrativos.

Já demos os primeiros passos para a passagem do sistema autoritário para o democrático. Estão formados os órgãos do poder superior em novos princípios. Agora, temos que acabar a reestruturação de todos os órgãos do poder estatal, a transferência do poder para os Sovietes e a transformação fundamental da Federação soviética.

Sistema eleitoral. Havemos de fazê-lo corresponder na íntegra aos princípios do sufrágio universal, directo e igual. Somos a favor de que as eleições sejam um campo de competição honesta dos representantes de todas as camadas sociais, personalidades e ideias apresentadas ao juízo dos eleitores pelo PCUS, organizações e movimentos sociais e candidatos. O Partido vai procurar a devida representação no corpo de deputados e nos órgãos estatais dos operários e camponeses, mulheres, juventude, veteranos e outras camadas e grupos sociais que não estão devidamente envolvidos na política e que necessitam do apoio na protecção dos seus interesses.

Democracia e pluralismo político. A democratização da nossa sociedade é acompanhada pelo aparecimento de novas associações político-sociais de cidadãos. O desenvolvimento da sociedade não exclui a possibilidade de criação de novos partidos. As regras da sua formação serão definidas pela lei e reflectidas na Constituição da URSS. A lei deverá proibir, entretanto, a criação e a actividade de organizações e movimentos que persigam o fomento da





violência, a discórdia inter-étnica, assim como visem objectivos extremistas e anticonstitucionais.

O PCUS não pretende o monopólio e está pronto a entabular um diálogo político e a cooperar com todos aqueles que se manifestem pela renovação socialista da sociedade. A nossa posição de princípio consiste em que tem uma importância decisiva o nível de democracia na sociedade, o carácter democrático de formação e funcionamento das instituições estatais e sociais, o envolvimento dos cidadãos na política e o desenvolvimento contínuo do processo da *perestroika*. Actualmente, o PCUS é a força política que, contribuindo para a democratização da sociedade, desempenha o papel de aglutinador no âmbito do nosso grande país multifaetado.

Soviets de deputados do povo. Fazer com que os soviets se tornem órgãos do poder que realmente tenham plenos direitos, traduzam consequentemente a vontade do povo e concentrem nas suas mãos os fios de gestão estatal. Para tal fim, os soviets devem gozar dos respectivos direitos, ter independência económica e apoiar-se num corpo de deputados forte e altamente profissional.

À medida do aprofundamento da reforma política e da descentralização da gestão, o PCUS contribuirá para a criação e desenvolvimento das comunidades sociais que funcionam à base do autogoverno. Isto permitirá às estruturas superiores libertar-se de muitas das funções económicas que hoje têm, a fim de poderem concentrar-se na resolução das tarefas integrais, que respeitam às Repúblicas federadas e autónomas, às regiões e à URSS em geral.

Poder estatal. O PCUS considera que o principal significado na elevação da eficácia da gestão adquire a divisão das funções entre o poder legislativo, executivo e judicial. No dizer de Lênine, devemos combinar as vantagens do sistema soviético com as do parlamentarismo. Já demos os primeiros passos neste sentido. Mas a experiência da *perestroika* exige uma demarcação mais nítida das responsabilidades e competências dos órgãos estatais.

Com o papel determinante, em última instância, do Congresso de Deputados do Povo e do Soviete Supremo da URSS, precisamos de um mecanismo eficaz e seguro de realização da política da *perestroika* e de materialização das leis aprovadas. A experiência do funcionamento dos novos órgãos do poder superior demonstra que esse mecanismo está, por enquanto, na fase de formação. Os círculos sociais colocam cada vez mais persistentemente a questão da criação do posto do chefe de Estado, na pessoa do presidente, que preste contas ao Congresso de Deputados do Povo e tenha todos os poderes necessários. A necessidade de adoptar a forma de governo presidencial é motivada pela necessidade de assegurar um desenvolvimento estável do país, dinamizar a *perestroika* e reforçar as garantias da sua irreversibilidade, assegurar o funcionamento normal e eficaz de todas as estruturas estatais e sociais no processo de democratização da sociedade, garantir o respeito pela lei e a segurança dos cidadãos, defender os interesses da URSS e representar o nosso Estado no cenário internacional.

Devemos reforçar as posições e prerrogativas do Conselho de Ministros da URSS.

Os comunistas, que são membros do Soviete Supremo da URSS e do

governo, devem agir mais energeticamente e com maior responsabilidade, procurando medidas para estabilizar a situação no país e superar a crise económica.

Aparelho estatal e económico. Temos de fazer um grande trabalho neste campo. A reorganização do aparelho estatal e económico deve assentar no controlo obrigatório da sua actividade por parte dos órgãos representativos e da opinião pública, a suficiência razoável do seu pessoal e o seu elevado profissionalismo, a transparência dos seus procedimentos principais e a limitação nas esferas que se consideram secretas. Seria racional a renovação do aparelho depois da eleição da nova composição dos soviets.

Justiça e ordem pública. Afigura-se urgente a adopção de medidas para reforçar a lei e a ordem pública. A observância da lei, sem quaisquer excepções, deve ser norma inalienável da actividade dos órgãos do poder, organizações sociais, administradores e cidadãos. O Partido defende o aumento da independência dos tribunais e da procuradoria como garantias do respeito pela lei e pela ordem pública.

Temos de realizar um grande trabalho para levar a cabo uma reforma judicial e criar uma justiça altamente eficaz, em primeiro lugar para inverter a tendência de crescimento da violação da ordem e assegurar a inevitabilidade da punição dos criminosos, ladrões, assassinos, concussionários, os que roubam o Estado, extorsionistas, figuras da economia paralela, especuladores, violadores e desordeiros.

Consideramos importante elevar significativamente a preparação profissional, prestígio e situação material dos funcionários dos órgãos da justiça: tribunais, procuradoria, instrução prévia e milícia. A situação exige que, na luta contra a delinquência, sejam aplicados todos os meios previstos pela lei com o rigoroso respeito pelo princípio de presunção da inocência, o direito à defesa e normas judiciais.

A passagem para as novas formas económicas, designadamente a ampla utilização das relações contratuais, exige o aperfeiçoamento do serviço de arbitragem, o reforço da economia nacional com juristas e a actualização decidida da instrução jurídica da população.

Defesa. A nossa nova mentalidade, alargou consideravelmente a possibilidade de garantir a segurança nacional com meios políticos. No entanto, necessitaremos de um potencial defensivo suficiente, enquanto o

mundo continuar militarizado e existir o perigo de eclosão de conflitos armados.

O Partido considera que deve fazer com que o exército e a armada, que têm grandes méritos perante a pátria, sejam capazes de resolver as tarefas que lhe cabem na situação actual. Com este fim, precisamos de adoptar uma reforma militar, baseada na nova doutrina de defesa e no princípio de suficiência razoável. Dado que a edificação das forças armadas está orientada para os índices qualitativos, é preciso elevar o profissionalismo do pessoal e elevar o código de honra dos militares profissionais ao nível das gloriosas tradições das nossas forças armadas. O Partido procurará o aumento do prestígio do serviço militar, a melhoria da protecção social e das condições habitacionais dos militares e das suas famílias.

O Estado de direito subentende uma direcção política eficaz da esfera da defesa e a submissão do departamento militar ao controlo dos órgãos do poder superior, com a máxima transparência das suas actividades, levando em consideração o nível de confiança alcançado entre os Estados.

O PCUS apoia o programa de conversão da indústria de guerra com a manutenção e multiplicação do potencial tecnológico que acumulou para a utilização na produção civil, não admitindo, ao mesmo tempo, a diminuição da qualidade do material produzido para as forças armadas.

Segurança interna. A defesa das fronteiras estatais, a resistência aos serviços secretos estrangeiros e a protecção do regime constitucional soviético e dos direitos dos cidadãos obrigam-nos a zelar pelas tropas de guardas-fronteira e do interior, que cumprem uma missão complexa e, às vezes, perigosa. Sendo a manutenção da ordem pública, na situação actual, um elemento vitalmente importante, os órgãos do interior e de segurança de Estado devem agir respeitando rigorosamente a lei e sob o controlo dos órgãos de poder representativos.

O Estado de direito e a sociedade em autogoverno. O Partido considera que a formação de um Estado de direito é um processo duradouro, em que se vão criando com a devida estrutura dos órgãos do poder, um sistema de leis integral, assim como vão aumentando as tradições que possam garantir a democracia e impedir as tentativas de regressar ao arbítrio. Na formação de um Estado de direito, grande papel é

reservado ao desenvolvimento da cultura política.

A materialização dos princípios do socialismo e da democracia poderá ser mais certa e segura, se todos os processos sociais forem mais regulados por meios económicos e jurídicos e se for menor a necessidade de aplicação dos meios de imposição estatal. A formação de uma sociedade que funcione nos princípios do auto-

governo permitirá realizar o potente potencial criador do povo.

Sobre a nova lei fundamental da URSS. A renovação radical da nossa sociedade colocou na ordem do dia a questão da criação de uma nova lei fundamental do Estado soviético. Consideramos necessário intensificar os esforços voltados para a aprovação de uma nova Constituição da URSS.

5. Rumo a uma nova Federação

A política étnica do PCUS na etapa actual. O destino da *perestroika* e o futuro do país dependem, em grande medida, da evolução das relações entre as etnias soviéticas.

Repudiamos firmemente as tentativas de negar as transformações grandiosas e nobres que a Revolução de Outubro produziu na vida do nosso país: unificação das etnias e criação por muitos povos, reduzidos à condição de periferias coloniais do império russo, de Estado próprio, superação do seu atraso, novas formas de comunicação interétnica, sentimento de pertencer, em condições de igualdade, a uma grande potência mundial. Em contrapartida, as deturpações da política étnica leninista causaram muitos sofrimentos e perdas aos povos do nosso Estado multinacional. Os processos demográficos e migratórios objectivos também criaram problemas graves.

O Partido entende que a superação das dificuldades surgidas nesse domínio passa pela aplicação consequente das reformas económica e política, no abandono decidido do modelo de organização do Estado estalinista e unitário por essência e pela concretização plena e consequente do princípio do federalismo.

A nossa atitude em relação ao desenvolvimento das nações e das relações interétnicas está exposta na plataforma do PCUS «Política Étnica do Partido nas Condições Actuais». Ela baseia-se nos seguintes princípios básicos: respeito incondicional dos direitos dos cidadãos de qualquer origem étnica em todo o território nacional; garantia real da soberania das Repúblicas federadas e a elevação a um novo nível da auto-suficiência de todos os tipos de autonomia nacional; manutenção da integridade do país como Federação de Repúblicas livres e iguais em direitos que voluntariamente delegam no poder federal parte dos seus direitos com vista à concretização dos objectivos comuns.

Autodeterminação das nações. O princípio da autodeterminação das nações na renovada Federação soviética implica a liberdade das estruturas estaduais étnicas de escolher as formas de organização da sua vida, as instituições e os símbolos nacionais. O nosso ideal é a unidade na diversidade e não a uniformidade.

O Partido reitera a sua fidelidade ao princípio leninista do direito das nações à autodeterminação até à sua separação e pronuncia-se pela aprovação de uma lei sobre garantias de exercício desse direito. Estamos convencidos entretanto de que o enriquecimento e sobretudo a ruptura das múltiplas ligações existentes entre as etnias acarretariam consequências fortemente negativas para todos os povos para já não falar das pessoas. Por isso opomo-nos decididamente aos lemas e movimentos separatistas que conduzem à destrui-

ção de um grande Estado democrático multinacional.

União e Repúblicas federadas. A reforma da Federação soviética deve ser orientada tendo em vista a harmonia das relações interétnicas e o estabelecimento de contactos óptimos entre as Repúblicas federadas e a União como instância federal comum.

O PCUS considera necessário desenvolver o princípio contratual da organização da União. Tal princípio permitiria consagrar as mudanças notáveis operadas e aplicar as novas opções relativamente a todo o conjunto de problemas referentes ao progresso das etnias e relações interétnicas. A entrega voluntária de funções claramente determinadas à competência da União reforçará o estatuto das Repúblicas federadas como Estados soberanos e as garantias constitucionais da sua aplicação.

As Repúblicas não podem alcançar uma soberania efectiva sem obter a independência económica. Porém, na nossa época, nenhuma estrutura económica pode passar sem contactos com o poder central que funciona com âmbito geral. O poder central não tem interesses próprios distintos dos interesses fundamentais das Repúblicas e dos povos integrantes da Federação.

Torna-se necessário, aliás, delimitar claramente as competências da União e das Repúblicas federadas nomeadamente em matérias de planificação, política orçamental, fiscal, de créditos e de preços. A integração económica das Repúblicas, a renovação e a consolidação da nossa Federação devem basear-se no estabelecimento de ligações directas, sob a forma de contratos, entre empresas de todas as Repúblicas e regiões e na formação de um mercado federal único.

As relações das Repúblicas com o poder central e entre si, devem ter em conta as condições específicas de cada uma delas, nomeadamente a sua situação geográfica, as particularidades de desenvolvimento histórico e da organização estadual, o papel na estrutura existente de distribuição das forças produtivas no país, o carácter da economia e o seu nível de desenvolvimento, a mentalidade e os costumes dos respectivos povos.

O desenvolvimento das estruturas autónomas, o aperfeiçoamento da Federação soviética implica o reforço da soberania e a ampliação dos direitos das Repúblicas autónomas, regiões autónomas e circunscrições autónomas e das suas possibilidades de resolver independentemente grandes problemas relativos à sua vida económica, social e cultural. O Partido dedicará especial atenção a essas questões.

Direito das nações e direito da personalidade. As migrações e as formações verificadas no anterior período de desenvolvimento fizeram pairar sobre vários povos o peri-

Plataforma do CC do PCUS para o 28.º Congresso do Partido

go de perda de identidade nacional na sua pátria histórica. São por isso justificadas as medidas tomadas para preservar as línguas nacionais, as particularidades étnico-culturais e os valores espirituais nacionais, os costumes e as tradições e a estrutura demográfica das diversas Repúblicas.

No entanto, a adopção de tais medidas não deve prejudicar os interesses e os direitos dos cidadãos doutras etnias que residam nas Repúblicas. O racismo, o chauvinismo e o nacionalismo são incompatíveis com os princípios do socialismo, as leis nacionais e as normas internacionais. Nenhum povo, por pouco numeroso que seja, deve perder a sua cultura, a sua língua, o seu rosto e carácter únicos formados ao longo de séculos. Somos a favor da concessão aos grupos étnicos que vivem em colectividades concentradas da possibilidade de criarem associações sociais, educativas, religiosas e outras, possuir órgãos de divulgação cultural e informação, escolas e estabelecimentos de carácter cultural.

O Estado deve prestar especial atenção à garantia das condições de existência e desenvolvimento autónomos dos povos pouco numerosos.

O PCUS é pela garantia incondicional do direito de todos os povos à livre utilização da língua materna e à sua declaração como língua oficial, dentro da estrutura estadual étnica em questão. A língua russa assegura as necessidades federais, nomeadamente as da política externa da União Soviética e funciona como meio de comunicação interétnica pelo que se afigura conveniente conferir-lhe o estatuto de língua oficial em todo o território federal.

Os comunistas fiéis aos princípios do internacionalismo dão valor igual aos interesses de todos os povos do país. A situação do Partido que unifica as pessoas de todas as etnias permite e obriga a utilizar tais potencialidades políticas para regularizar os diferendos e conflitos étnicos. É neste sentido que estamos determinados a agir.

tes regiões do mundo. Só agindo em conjunto, poderemos prevenir a catástrofe ecológica cuja ameaça está a pairar sobre todos os continentes. Só depois de remover os obstáculos que impedem as trocas na esfera científico-técnica e superar a divisão da economia mundial, surgirão bases materiais para o desenvolvimento pacífico da civilização. O avanço para esses objectivos da nova época exige um novo nível de cooperação mundial, onde a ONU desempenha um papel insubstituível. Apoiamos também a cooperação com todas as organizações progressistas locais, continentais, regionais e internacionais.

A vitalidade da comunidade mundial consiste na multiplicidade de variantes de desenvolvimento e na sua diversidade nacional, espiritual, social, política, geográfica e cultural. Estamos certos que as ideias socialistas ressuscitarão e ganharão cada vez maior influência no decurso do progresso da civilização. Os acontecimentos dramáticos ocorridos na Europa oriental — embora sejam diferentes de país para país — são um processo de superação dolorosa da

experiência negativa que se formou na luta pelo socialismo nas condições (extremamente desagradáveis) de guerra fria e devido à falta de atenção ao factor étnico.

As mudanças em curso nos Estados da Europa oriental não alteram de modo algum a nossa atitude amiga para com os seus povos. O PCUS espera que as reformas iniciadas nesses países, tal como a *perestroika* na URSS, permitam criar bases mais estáveis para contactos voluntários e mutuamente vantajosos.

O PCUS está atento à cooperação com os partidos comunistas, operários, socialistas, sociais-democratas, liberais e nacionais-democratas, com todas as organizações e movimentos que defendem os ideais de paz, democracia e o progresso social.

A *perestroika* permitiu superar a divisão histórica do movimento socialista que pode ressurgir nas novas condições como movimento mundial. Está a delinear-se — e o PCUS aprova-o — a perspectiva de união das forças de esquerda na busca de caminhos que conduzam a um novo mundo e ao progresso social.

não são próprias, o PCUS obterá a possibilidade de concentrar os seus esforços na elaboração da teoria, do programa de acção, no trabalho organizativo e educativo, na política de quadros do Partido, na consolidação da sociedade na via da renovação revolucionária. Eis o principal sentido do papel de vanguarda do PCUS. Nisto se basearão as suas novas relações com todas as organizações sociopolíticas autorizadas pela Constituição da URSS, relações de diálogo, debates, cooperação e parcelarismo.

Para o Partido, os sindicatos são uma organização social independente à qual presta o seu apoio, no desejo de trabalhar activamente no interesse dos trabalhadores, na defesa dos seus direitos laborais e socioeconómicos.

O PCUS baseará as suas relações com o «Konsomol» nos princípios da unidade ideológica, cooperação e interacção de camaradas; o Partido está interessado em que o Konsomol participe directamente na elaboração e realização da sua política.

O Partido foi o promotor da *glasnost* no país. Também no futuro tudo fará para que a *glasnost* se transforme num meio natural de formação da opinião pública, um meio poderoso de influência directa do povo sobre a política e da participação dos cidadãos em todos os assuntos do Estado e da sociedade, um factor de irreversibilidade e dinamização da *perestroika*. Considerando o importante papel dos meios de comunicação social na vida da sociedade, em primeiro lugar, na realização da *glasnost*, o Partido contribuirá por todos os meios para o desenvolvimento das suas actividades, exercendo a sua influência ideológica sobre os mesmos por via democrática. O PCUS combaterá a desinformação, o aproveitamento dos *mass media* no interesse egoísta de particulares e de grupo, a instigação de discórdias nacionais, a propaganda de ideias alheias ao socialismo humano e democrático.

Tal é a nossa visão do novo papel do Partido na sociedade. Isso não significa que tudo está claro quanto ao futuro. Mas podemos dizer que o desenvolvimento de novas reformas há-de ajudar-nos a encontrar respostas para muitas questões concretas.

A democratização do Partido. O que é preciso fazer, como é necessário alterar a estrutura do PCUS e o carácter do seu trabalho a fim de poder cumprir com eficácia o seu papel nas novas condições, considerando a sua nova posição na sociedade?

É preciso uma democratização muito profunda do Partido, que deverá basear-se no poder dos membros simples do PCUS.

É sob este ângulo que será necessário rever o princípio do centralismo democrático, de modo a não mais poder ser usado para a implantação de uma disciplina hierárquica de caserna. Se assim não fizermos, não neutralizaremos o descontentamento dos comunistas quanto ao seu papel na política e nas actividades do Partido, nem devolveremos a cada um deles o sentido de dignidade própria e da liberdade interna.

O PCUS precisa de implantar um regime verdadeiramente democrático de debates e de tomada de decisões no espírito de uma verdadeira camaradagem. É preciso estipular nos estatutos o princípio colectivo de funcionamento de todos os órgãos do Partido, o pluralismo de opinião, a liberdade de crítica, multiplicidade de posições e plataformas, referendos em casos excepcionais, o direito da mi-

6. Para o desenvolvimento pacífico da humanidade

Nova mentalidade, nova política externa. Ao iniciarmos a *perestroika*, que provocou grandes mudanças na situação mundial em geral, e ao tentarmos determinar como será a nossa potência depois da renovação, assumimos enorme responsabilidade perante a humanidade. Do êxito da *perestroika* na URSS dependerá a forma que terá o mundo no limiar do século XXI. Por outro lado, o saneamento radical das relações internacionais e a entrada numa época pacífica de desenvolvimento mundial correspondem aos interesses vitais do povo soviético e contribuem para o avanço da *perestroika*.

A política externa baseada numa nova mentalidade política já deu resultados positivos. O mundo está a libertar-se das peias da confrontação. Tornou-se mais evidente o carácter integral da civilização contemporânea que precisa de uma nova política mundial. Foi travada a guerra fria. Recuou o perigo de conflito militar mundial. Criaram-se condições favoráveis ao desenvolvimento de novas relações entre a URSS e os EUA. Foram dados os primeiros passos no caminho do desarmamento prático. O diálogo e as negociações tornam-se forma principal das relações internacionais. É dada a prioridade aos métodos políticos na regularização de conflitos regionais.

A nova mentalidade política e a nova política externa colocaram a União Soviética na vanguarda da luta pela criação de uma ordem mundial segura e civilizada. Defendemos a liberdade da opção sociopolítica. Esse princípio e o princípio de equilíbrio de interesses devem ser universais para a época futura, libertando-a da política de força e da mentalidade militarizada. A nossa linha política, a longo prazo, na esfera das relações externas prevê os mais variados contactos e ligações, em pé de igualdade e mutuamente vantajosas, com outros países; a inovação e o desenvolvimento da cooperação com os Estados aliados e países membros do CAME; a participação activa no processo europeu, a criação da «Casa Europeia»; a actividade na região asiática do Pacífico com vista a transformá-la numa zona de paz e coope-

ração; o apoio multilateral à organização das Nações Unidas na utilização das suas novas possibilidades; a prestação dos «bons ofícios» na regularização política de conflitos regionais; a solidariedade com os povos e Estados que lutam pela independência contra qualquer ingerência externa.

Para desmilitarizar a comunidade internacional consideramos indispensável: proibir completamente as armas nucleares e eliminá-las por etapas, cessar por todo o lado os seus ensaios; proibir e liquidar as armas químicas e a sua produção; reduzir de modo radical, os armamentos convencionais e as forças armadas tendo em vista a supressão da possibilidade material de guerras ofensivas; retirar todas as tropas estrangeiras do território de outros Estados e liquidar todas as bases militares; prevenir a militarização do espaço; transformar as alianças militares (até à sua dissolução) em estruturas políticas defensivas que estejam ao serviço dos interesses da segurança global e estabilidade internacional; reduzir substancialmente os orçamentos militares e converter a indústria bélica para as necessidades do sector; evoluir progressivamente para a abertura recíproca em terra, no ar e no espaço; controlar de forma eficaz a actividade militar e a observância de acordos.

O Partido está convencido que essa política, que conduz a um período pacífico (historicamente irreversível) de desenvolvimento da humanidade, é o único caminho que corresponde aos interesses do Estado soviético no presente e no futuro.

Para uma nova qualidade de cooperação internacional. Os destinos dos povos de Estados soberanos estão entrelaçados mais do que nunca, o que impõe outras exigências à política mundial. Hoje o principal é unir os esforços de toda a comunidade internacional na resolução de problemas globais da humanidade.

Só unindo os esforços dos Estados, poderemos acabar com a fome, a miséria, as epidemias, a toxicomania e o terrorismo internacional e parar o aumento de desproporções críticas no desenvolvimento de diferen-

7. Renovação do Partido

Nesta viragem brusca, o Partido precisa de reformar-se radicalmente para preservar as suas posições de vanguarda e continuar a obra por si iniciada e apoiada pelo povo.

O regime autoritário exerceu uma influência extremamente negativa sobre o Partido, o seu papel na sociedade e os seus métodos de trabalho. A estrutura do poder assim formada pode ser caracterizada como partidário-estatal. Dentro do Partido, deformaram-se as relações entre as organizações de base e os órgãos dirigentes; os comunistas ficaram impossibilitados de participar na formação da política do Partido e de exercer uma influência mais ou menos apreciável sobre os comités superiores do Partido. Foi grande o prejuízo causado pela supercentralização, pela supressão do livre pensamento e pelas repressões. A degenerescência ideológica e moral prejudicaram ao extremo o prestígio do Partido.

Apesar de tudo, vastas camadas dos membros do Partido mantiveram-se fiéis aos ideais leninistas e aos princípios de serviço desinteressado e abnegado ao povo. O PCUS nunca perdeu as forças vivificantes que o ajudaram, exactamente, a superar a inércia do estalinismo e da estagnação, a colocar-se à cabeça da viragem revolucionária para assim tornar a provar a sua capacidade de ser a vanguarda do povo.

A grandeza e a novidade dos objectivos actuais tornaram imprescindível a revisão radical da posição do PCUS na sociedade, nem sempre irrepreensível, devendo abdicar do monopólio político. Tanto mais, que o dinamismo das transformações que estão a ter lugar na sociedade, impõe ao Partido transformações rápidas, para um dia não se ver à margem da vida política. Vastas camadas de membros do Partido têm uma noção muito clara desta situação grave: por isso, é com crescente insistência que se coloca a questão sobre a reforma do Partido e a sua profunda reestruturação.

O Partido Comunista da União Soviética é uma organização sociopolítica autónoma, uma união voluntária de comunistas correligionários. O PCUS renovado, como o idealizaremos, será um Partido de opção so-

cialista, representativo dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, baseado, na sua política, na análise científica das novas realidades, no desenvolvimento criativo das ideias de Marx, Engels e Lenine dentro do contexto geral do pensamento social e experiência histórica do século XX.

Na sua teoria e prática, o PCUS apoia-se nas tradições democráticas e humanistas de todos os povos da União Soviética. Organicamente nacional e internacional, o Partido é intransigente face ao chauvinismo, nacionalismo e racismo e todas as manifestações de ideologia reaccionária e obscurantista. O Partido liberta-se de quem não apoia as suas orientações ideológico-políticas e organizativas e de querer participar em organizações e acções anti-socialistas, nacionalistas e anti-soviéticas.

O lugar e o papel do PCUS na sociedade em vias de renovação. O PCUS realizará a sua política e lutará pela preservação da sua posição de partido governante nos moldes do processo democrático, conquistando os votos dos eleitores para obter o mandato do povo para a formação dos órgãos dirigentes no centro, nas Repúblicas e na província.

Como outras organizações sociopolíticas e movimentos de massas, o PCUS participará na gestão dos assuntos estatais e sociais, apresentando os seus candidatos para sovietes de deputados do povo e outros órgãos estatais. O Partido não assumirá as funções de poder estatal. O Partido deverá desempenhar o papel de líder político democraticamente reconhecido através dos comunistas; o Partido não pretenderá que a Constituição lhe consagre vantagens nem um lugar especial; a este propósito, o Partido considera necessário introduzir no Congresso dos Deputados do Povo da URSS, como iniciativa legislativa, a respectiva proposta sobre o artigo 6.º da lei fundamental do país.

Baseado nos princípios do marxismo-leninismo, o PCUS trabalhará com as massas no sentido ideológico-político fazendo propaganda da sua política e objectivos programáticos, dos valores humanistas do socialismo e objectivos da *perestroika*. Libertando-se das funções que lhe



norria a defender as suas ideias com o cumprimento obrigatório das decisões tomadas pela maioria.

A revisão do princípio do centralismo democrático pretende garantir a unidade democrática das fileiras do Partido, representando um meio preventivo da formação de facções com uma organização e disciplina internas próprias.

O crescimento do papel dos comunistas dentro do Partido pressupõe a ampliação dos direitos das organizações de base que são o fundamento do Partido. Estas organizações deverão ter a possibilidade de resolver de modo independente, tendo em conta os objectivos correntes e condições concretas, questões referentes à sua estrutura, programa e formas de actividade, prazos e ordem de reuniões, acções políticas, escolhendo as regras e os procedimentos que lhes permitam exercer uma influência real sobre o trabalho e as decisões dos órgãos partidários superiores, conferências e congressos.

Os comunistas exigem com razão que seja ampliada a independência das organizações de base do Partido nas questões concretas da construção partidária. Pretendemos conceder-lhes o direito decisivo na admissão de novos membros no Partido e renunciar ao período de candidato a membro do Partido. Estas e muitas outras questões deverão ser debatidas por vastas camadas de comunistas, cuja opinião deverá ser levada em consideração na elaboração dos novos estatutos do PCUS.

Confirma-se a adesão ao princípio territorial e de produção da organização do Partido, ou seja, a manutenção das organizações do Partido nos colectivos de produção e outros. O PCUS chama os comunistas a participarem activamente nas suas acções e nas actividades das organizações sociais e órgãos de auto-gestão.

Dentro do contexto do reforço do fundamento do Partido, surge-nos sob uma nova luz o importante papel do elo de bairro ou de distrito do Partido, ajudante directo das organizações de base no seu trabalho; este elo, filiado ou não no Partido, encontra-se mais próximo do povo. Impõe-se criar um sistema de ligação viva entre este e os membros do PCUS.

Os delegados às conferências e congressos deverão ser eleitos através da participação directa de todos os comunistas entre, pelo menos, dois candidatos. É de apoiar a proposta de eleger primeiros-secretários dos comités do Partido em reuniões, conferências e congressos entre, pelo menos, dois candidatos, subentendendo-se que esta forma de eleição não os colocará acima dos colégios do Partido, nem à margem de controlo e críticas.

Nos debates que precederão o nosso Congresso, deverá ser debatida a questão da ampliação do papel, dos direitos e do conteúdo das funções dos órgãos eleitos do Partido. Os órgãos eleitos não deverão ser doravante formados com base no princípio de postos, incluindo o Comité Central do PCUS. O único critério que deverá ser levado em consideração são as qualidades políticas e humanas do comunista e a sua competência.

Partidos comunistas das Repúblicas federadas. Dentro do âmbito das transformações que estão a ocorrer na Federação soviética, a questão da independência dos partidos comunistas das Repúblicas federadas adquire um significado político especial. Qualquer tutela por parte dos órgãos centrais do PCUS é inad-

missível. É preciso garantir aos partidos comunistas das Repúblicas federadas a possibilidade da tomada de decisões independentes referentes à organização, quadros e finanças, edições, de participação directa na solução de questões de princípio da vida de todo o Partido, sem violar, porém, o programa e os estatutos do PCUS. Por isso, os estatutos devem estipular que os dirigentes do CC dos partidos comunistas das Repúblicas federadas sejam, obrigatoriamente, membros do órgão dirigente do CC do PCUS. Há que considerar a possibilidade de conceder aos CC dos partidos comunistas das Repúblicas federadas o direito de exigir o debate de questões, de cuja solução discordaram, num plenário do CC do PCUS.

É necessário alargar os direitos dos comités territoriais, regionais e de circunscrição do Partido. Os órgãos do Partido de todos os níveis devem realizar os seus trabalhos no interesse das organizações de base e dos comunistas.

Um desenvolvimento vasto dos princípios democráticos no nosso Partido multinacional contribuirá para o reforço da unidade ideológico-política e organizacional voluntária do PCUS e garantirá a máxima possibilidade ao Partido de cumprir o seu papel de força política consolidadora da nossa sociedade multinacional.

O Comité Central do PCUS. O novo papel do PCUS apresenta novas exigências ao seu CC, enquanto órgão de direcção colectiva, onde se concentrará o potencial teórico e político do Partido. Seria útil se não só os camaradas eleitos para os órgãos dirigentes do CC, mas também alguns outros membros seus, representantes de operários, camponeses e intelectuais, trabalhassem, durante algum tempo, no Comité Central e nas

suas comissões, recebendo o respectivo salário dos fundos do Partido.

Propomos que o Congresso eleja o Presidente do PCUS e seus ajudantes e o Presidium do CC que se encarregará da solução de questões políticas e organizativas entre os plenários do Comité Central.

Para a promoção do trabalho permanente do Comité Central seria útil criar a partir dos membros do CC comissões, nas quais trabalhassem também outros comunistas de prestígio. Estas comissões poderiam ser dirigidas pelos secretários do CC do PCUS, eleitos nos plenários do CC, e trabalhariam sob a direcção do Presidente e dos seus ajudantes.

Seria igualmente bom prever a realização de conferências partidárias regulares para os períodos entre os congressos do PCUS, com o direito de eleição dos órgãos dirigentes.

A democratização do Partido pressupõe a renovação da composição de todos os seus órgãos dirigentes.

O Congresso do PCUS elegerá o órgão central do controlo e revisão do Partido.

Os comunistas e os meios sociais da Federação Russa insistem numa coordenação mais estreita da actividade das organizações do Partido da República e a criação de um órgão dirigente respectivo. Considerando a importância das organizações do Partido da Federação Russa na preservação da integridade e unidade do PCUS, consideramos necessário colocar estas questões à análise das organizações de base, das conferências do Partido de cidade, distrito, circunscrição, região e território da Federação Russa e da conferência do Partido da República antes do 28.º Congresso do PCUS.

O aparelho do Partido. O aparelho é imprescindível no Partido, devendo aperfeiçoar a sua estrutura,

e elevar a sua competência e combater o burocratismo. Há que criar as condições que atraíam para o trabalho no aparelho membros do Partido qualificados, instruídos e capazes. Há que evitar o aumento injustificado do aparelho, devendo este subordinar-se rigorosamente aos órgãos eleitos.

Órgãos de comunicação social do Partido. O PCUS atribui muita importância aos meios de comunicação social próprios, no centro e na província, na realização da sua política e ideologia, no seu trabalho organizativo, ideológico e educativo, e dirige as suas actividades.

A nosso ver, as candidaturas dos directores das edições partidárias devem ser aprovadas pelos plenários dos respectivos comités do Partido; as dos directores e outros dirigentes dos meios de comunicação social centrais do Partido, pelo Presidium do CC do PCUS, e a do director do jornal «Pravda», enquanto órgão central do Partido, pelo plenário do CC do PCUS.

Orçamento do PCUS. Todas as actividades do PCUS, das suas organizações e comités do Partido deverão, como antes, ser garantidas exclusivamente pelos meios monetários e materiais do Partido. O Partido tem propriedade e gere-a. Os meios financeiros deverão ser preenchidos e gastos com o conhecimento dos membros do Partido. É preciso alargar a auto-suficiência das organizações do Partido na utilização dos meios partidários, partindo do pressuposto que os partidos comunistas das Repúblicas federadas, organizações territoriais e regionais do Partido têm liberdade de utilização das suas finanças, que deverão tentar aumentar de modo a assegurar a passagem ao autofinanciamento, resolvendo questões de estrutura e fi-

nanças, definindo os meios a canalizar para o financiamento das organizações de base. Por outro lado, é necessário estabelecer um controlo eficaz e público da utilização dos meios orçamentais do Partido em todos os níveis, desde as organizações de base até ao Comité Central do PCUS.

São estas as ideias que o PCUS vai debater no seu XXVIII Congresso, ciente de que, no actual período, estão a ser lançadas as formas de vida que, possivelmente, irão definir o rosto da sociedade nos próximos anos.

As ideias e concepções, expostas aqui, já apareceram, sob esta ou outra forma, na imprensa, nas intervenções dos comunistas, nas resoluções das reuniões do Partido, nas cartas ao CC do PCUS. Um material rico para reflexões e conclusões foi proporcionado pela 19.ª Conferência Nacional do PCUS, pelos plenários do CC do PCUS, pelos 1.º e 2.º Congressos dos Deputados do Povo da URSS, pelas sessões do Soviete Supremo da URSS, pelos encontros com operários e camponeses e representantes de diferentes círculos da intelectualidade, juventude e veteranos.

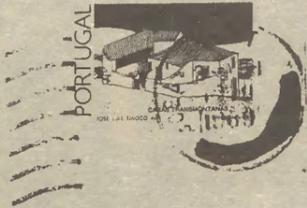
Na opinião do CC do PCUS, os comunistas saberão definir nos debates precedentes ao Congresso, a sua posição quanto aos problemas expostos na presente plataforma; os próprios debates deverão estimular a renovação do trabalho partidário.

Convidamos para este debate também os sem-partido e todos os interessados no papel do Partido na *perestroika*. Além de propostas e observações, estamos, igualmente, abertos a projectos de alternativa. A razão colectiva do Partido e do povo constitui o poderoso motor da *perestroika*.

Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

■ O texto que publicamos segue a versão em português distribuída pela Agência de Imprensa Novosti





Cartas do leitor

● «Barranco de Cegos» ou «cegos no barranco»

Cada um é livre de interpretar o que vê (mesmo no imaginário) mas já não é livre de impor o que interpreta aos outros.

Li há dias no «Diário» um artigo de Barros Moura cujo título era «Barranco de Cegos». Fiquei a pensar no conteúdo do artigo e interroguei-me se era «Barranco de Cegos» ou «Cegos no Barranco» (esta expressão nada tem de pejorativo até porque há cegos que vêem melhor do que os que têm boa vista).

O que me parece é que enquanto uns andam a falar em circuito fechado da esquerda imaginária, os trabalhadores, a classe operária, actuam e lutam para que a unidade e a convergência das forças democráticas seja uma realidade de forma a pôr cobro a 15 anos de contra-revolução na qual o PS («novo e velho») tem responsabilidades.

Há membros do Partido como José Luís Judas que se preocupam muito em debates, colóquios de sala fechada (talvez com os reflexos da luz estejam a ficar cegos) pois não vêm a luta diária dos trabalhadores portugueses (em defesa dos seus direitos, em defesa da democracia e da liberdade, valores estes intrínsecos ao nosso projecto de sociedade como o programa do Partido, uma «Democracia Avançada no limiar do Século XXI» tão bem explica) na qual a classe operária tem desempenhado um papel de primeiro plano.

É para mim claro que o debate que estamos travando não é só para os que se auto-elegeram iluminados e chamam aos operários pessoas estúpidas e sem cultura e em seguida apelam a que estes adiram ao INES (será para lhes dar credibilidade?).

Há dias estive num Encontro de Células de Empresa do Partido em Lisboa. Dava gosto ouvir o que muitos operários, empregados, OTs, ali levaram como experiência da

sua vida e da luta dos trabalhadores e, ao fim e ao cabo, do Partido. Todos foram unânimes em afirmar: «a natureza de classe do Partido tem de se manter, as células de empresa são fundamentais, o Partido tem prestígio e está enraizado nos trabalhadores».

Tratou-se na minha opinião de um debate vivo assente na experiência mas com um alto nível político e ideológico.

Tratou-se para mim de um debate que teve como principal linha de preocupação a procura do reforço do Partido.

Mas o curioso é que não muito longe dali o INES fazia uma iniciativa onde era discutida a esquerda imaginária e onde foram feitos vários ataques ao Partido. Curioso não é: enquanto uns se preocupam em defender e reforçar o Partido, outros trabalham para denegrir a sua imagem e pôr em causa a sua natureza e carácter de classe. Vital Moreira tem dissertado muito sobre marxismo-leninismo para afinal concluir o que há muitas dezenas de anos concluíram muitos dos teóricos da burguesia (o marxismo-leninismo falhou). Afinal parece que não descobriu nada de novo pois os adversários do Partido já disso tinham falado.

(...)
É claro que não meto toda a gente no mesmo saco mas é para mim claro que alguns destes membros do Partido que se colocam à margem do seu normal funcionamento já estão longe da essência da sua existência.

Que eles tenham a sua opinião, que sofram de cegueira e que, estando à beira do Barranco, dele se queiram atirar, tudo bem, mas que queiram arrastar com eles quem lhes quer agarrar na mão para os impedir, isso não. Pela minha parte recuso atirar-me do barranco, fico na planície onde, com outros camaradas e os trabalhadores lutaremos para tomar a serra.

(...)

Dias Coelho — Lisboa

● Os condicionalismos da expressão

Não mesmo, face às «parangonas» dos *mass-media*, é lamentável que membros do partido sejam «levados» por essas mesmas «estrias» do capitalismo informativo.

Por isso mesmo, estejamos atentos ao que se passa neste mundo, sabendo que o socialismo fez e fará história no decorrer da acção turbulenta do ser.

É de lamentar que haja certos membros do partido que queiram transformações megalómanas, com o intuito de destruir um património marxista-leninista, que é o Partido Comunista Português.

Não nos iludamos com certas transformações negativas que se estão a verificar nos países socialistas; porque no fundo surgem de uma imensidão de erros que não têm nada a ver com os princípios comunistas. É necessário que sejamos fiéis aos princípios, por forma a fortalecer o movimento comunista internacional.

Julgo que apesar das modificações e alterações no sistema sociopolítico e económico, o homem será sempre o cerne desse mesmo sistema; para tal apelo a todos os militantes que sejam auto e críticos em qualquer situação no seu quotidiano; mesmo no partido.

Não esquecendo que no «Avante!» é redigido em todas as edições, uma de várias frases: «... se necessário a redacção assegurará igualmente respostas ou comentários...». Pergunto aos camaradas responsáveis pela redacção do «Avante!», se não deviam fazer comentário a certas palavras de uma camarada (Mariana Gomes), quando afirma literalmente isto: «... e ainda querem ter como «individualidades» o mesmo ou maior acesso ao «Avante!» do que os dirigentes do partido.

«Mas então no último congresso quem é que foi eleito? Não haverá aqui, por parte destes camaradas, o reivindicar de um curto privilégio?»

Agora, como membro do partido, cabe-me esclarecer a camarada que no PCP, os deveres e os direitos são iguais para todos os membros (incluindo os da direcção).

Nós, no PCP somos todos responsáveis, mas uns mais que outros, caso contrário seria desconexo a existência de organismos de direcção a nível nacional, regional e local. Mas não esquecer que responsabilidade acarreta um importante papel na actividade partidária.

Quando nos estatutos, no artigo 11.º, relata as situações pelas quais um membro perde a qualidade de o ser. Agora cabe-me perguntar a quem no particular é responsável pelo que é dito «...indevidamente admitidos...» (Gostaria que a redacção assegurasse uma resposta).

Eu conheço situações, e uma delas fiquei perplexo quando soube que um camarada que foi responsável na organização distrital e até mesmo regional, venha ser candidato às autárquicas-89 por outro partido (neste momento ex-militante).

No artigo 44.º dos estatutos refere na alínea g, o seguinte: «conhecer, formar e avaliar cuidadosamente os quadros...»; pergunto aos responsáveis, neste caso aos dos referidos órgãos, se não conheciam as suas qualidades e aptidões, para o proporem para os referidos órgãos.

Camaradas, não nos esqueçamos que um militante da base também conhece o pulsar dos outros militantes, sejam eles militantes, membros de organismo de direcção a nível regional.

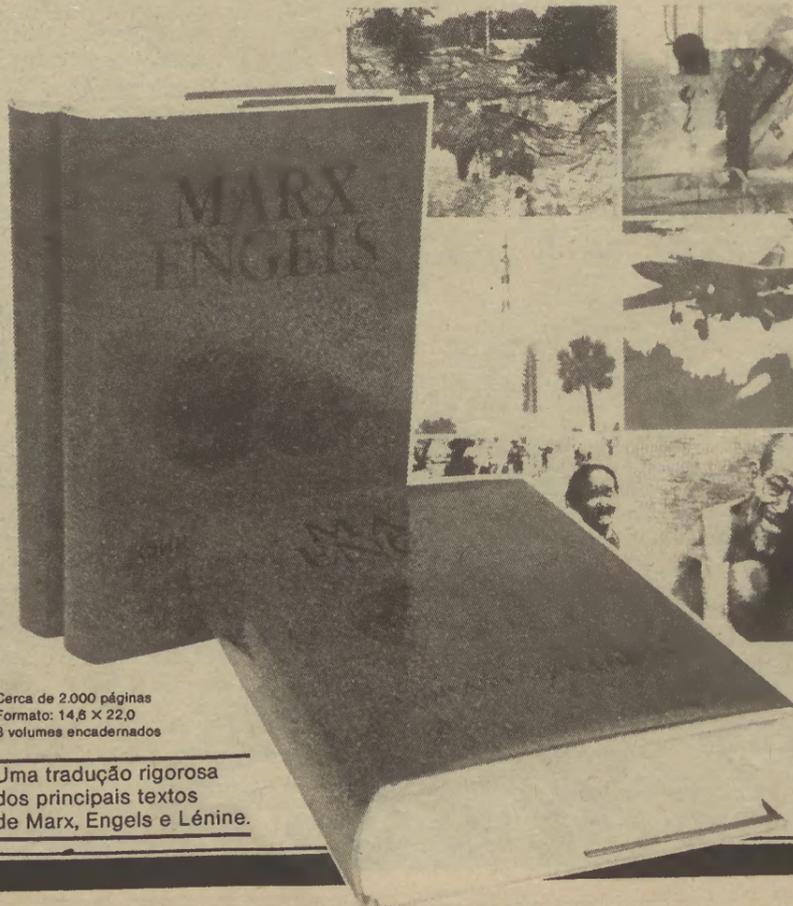
Neste precioso momento, é necessário despertar muitas forças adormecidas para que a nossa causa, como comunistas que somos, vença no Portugal de Abril.

Honorato Gil Robalo-Guarda

Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos

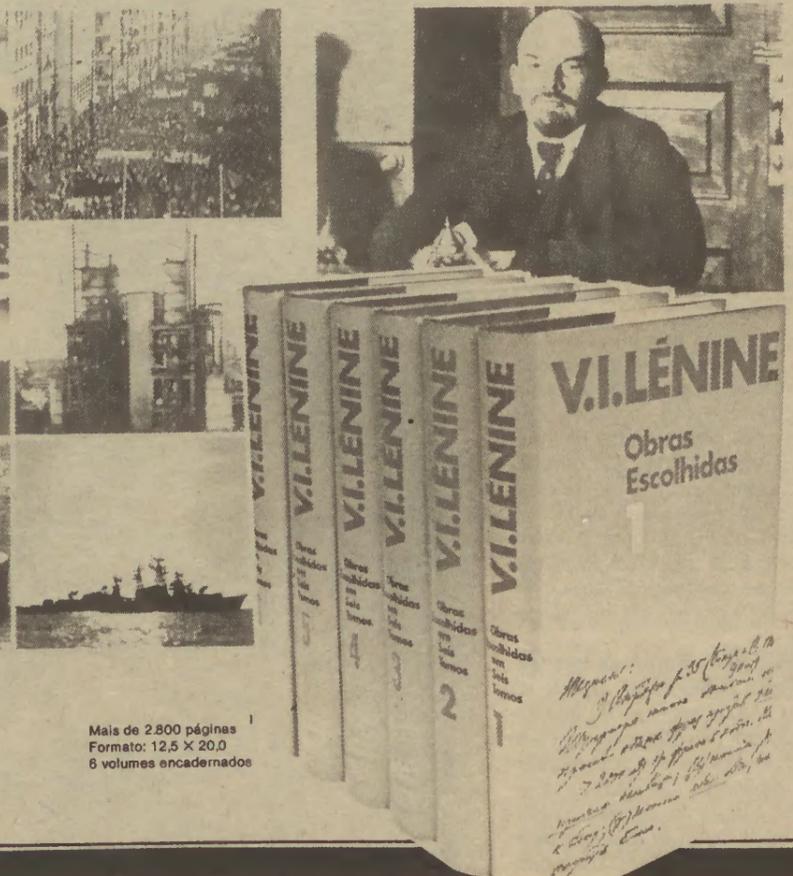


Cerca de 2.000 páginas
Formato: 14,5 X 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

Esta edição das Obras Escolhidas de V. I. Lênine permite ao leitor formar uma ideia do leninismo como teoria integral e harmoniosa da época contemporânea.

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos



Mais de 2.800 páginas
Formato: 12,5 X 20,0
6 volumes encadernados

● **Por um debate de ideias alargado e responsável**

1. No período de preparação do último Congresso, a Direcção do Partido decidiu criar, no «Avante!», um espaço aberto à intervenção directa dos seus leitores. Grande número de camaradas saudou efusivamente essa iniciativa, que constituiu, na opinião do próprio «Avante!», um «significativo e apreciado contributo para o debate das propostas então apresentadas».

Numa carta publicada nessa altura, na Secção de Cartas do Leitor, além de me pronunciar também muito favoravelmente sobre essa decisão, propus designadamente:

a) o alargamento do espaço destinado à participação directa dos leitores, com recurso a outras formas de incentivo, generalização e aprofundamento do debate;

b) a manutenção desta iniciativa para além do XII Congresso, tornando-se uma Secção permanente e desenvolvida do órgão central do Partido, susceptível de contribuir, decisivamente, para o aumento da sua influência, prestígio e procura por parte dos militantes, simpatizantes e democratas em geral.

Muitos outros camaradas manifestaram também, por diversas formas, opiniões semelhantes.

2. Infelizmente, do meu ponto de vista, a Secção de Cartas do Leitor deixou de se publicar logo após o XII Congresso.

No entanto não desapareceram, antes pelo contrário, as razões que me haviam levado a fazer as propostas atrás referidas.

Daí que apoie, com redobrado entusiasmo, a decisão do CC de reabrir o «Avante!» à participação directa dos leitores, bem como o plano de trabalho «mais vasto e ambicioso que o de há um ano» elaborado pela Redacção do «Avante!».

Daí, também, que renove a proposta de que esta iniciativa se mantenha e aprofunde depois do XIII Congresso (Extraordinário).

3. Como é natural, terá de caber à Redacção do «Avante!» a selecção das cartas e artigos a publicar, seja por razões de espaço, seja para evitar sucessivas repetições dos mesmos pontos de vista, seja por outras razões pertinentes.

O fundamental, julgo eu, é que os critérios de selecção tenham por objectivo proporcionar um muito amplo, participado, diversificado e enriquecedor debate de ideias.

4. Os membros do Partido e os leitores do «Avante!», em geral, têm também uma grande responsabilidade no êxito ou fracasso desta iniciativa.

Na realidade, a importância e complexidade dos temas em debate exige uma argumentação fundamentada das nossas próprias opiniões, bem como um grande esforço de reflexão sobre as opiniões dos outros.

Se, por exemplo, nos limitarmos a rotular os camaradas com pontos de vista contrários aos nossos de fraccionistas, capitulacionistas, inimigos do Partido, etc., ou, por outro lado, de estalinistas, carreiristas, conservadores, etc., em vez de debatermos ideias ou rebatermos argumentos políticos e ideológicos com outros argumentos da mesma natureza, só inibimos a discussão, provocamos a cristalização de posições, não reforçamos a unidade do Partido, e não contribuimos positivamente para que se venham a tomar as melhores decisões.

Mário Lino - Lisboa

● **A nossa identidade: de todos ou de alguns?**

Gostaria de questionar aqui o posicionamento de um dos aspectos do 3.º ponto da ordem dos trabalhos do XIII Congresso: «o ideal comunista e a identidade do PCP». É minha opinião que esta parte do ponto 3 deveria figurar de preferência como ponto prévio. Pelo seguinte: existe um conflito interno de identidade que, não impossibilitando o imediato relacionamento entre os militantes, impossibilita, no entanto, a efectiva comunicação.

Esta cisão (emprego aqui um termo técnico da dialéctica que não deve ser confundido com fracção), sendo mais antiga, tem vindo a

assumir, de há dois anos a esta parte, a forma de um mal-entendido público que atravessa materiais do Partido, polémicas em órgãos da comunicação social e a generalidade das «cartas do leitor», no «Avante!». Por vezes, chega a adquirir os contornos de uma história maniqueísta de bons e de maus cuja lógica é a dos vencedores e vencidos; outras vezes, manifesta-se antes como um esforço sério ou impotente de reflexão e de compreensão.

Tem-nos vindo a ser muito difícil assumirmos publicamente a nossa realidade como de crise interna de crescimento e de renovação, como a manifestação da força viva dos princípios, cuja natureza é dialéctica. Tende a parecer que a dificuldade em assumirmos a nossa identidade contraditória nos incapacitará para a efectiva transformação da sociedade, se esta exigir, como parece, o simultâneo movimento consciente de autotransformação. Diremos que parece tartar-se de uma questão de atitude que urge mudar e cuja mudança supõe uma decisão subjectiva de cada um de nós, como correctora do método ou da incongruência metódica do modo como estruturamos, ou deixamos que inconscientemente se estruture, o nosso relacionamento recíproco. Ora, se previamente não superarmos a equívocidade desta situação, como poderemos depois entendermo-nos sobre as situações internacional e nacional e no estabelecimento de orientações para a acção futura?

Precisamos previamente de decidir: as nossas dificuldades radicam na complexidade dialéctica do movimento real da sociedade ou na existência, no Partido, de certos indivíduos confusos ou mal intencionados que precisam de ser «convertidos», ganhos para certas posições tidas como certas?

Se elegermos como responsáveis os indivíduos, então, só nos restará julgá-los. Porém, o que julgaremos nós? Subjectivamente, julgaremos os outros, mas, objectivamente, apenas as nossas próprias projecções imaginárias. Daremos então como suposto que os princípios não são o colectivo vivo e contraditório mas que são representações nossas, garantidas na sua veracidade, logo, por cuja futura pureza nos podemos constituir como atentos guardiões. Perante os outros, supostos exteriores aos princípios, poderemos afirmar sempre: «nós temos princípios!» Acontece, porém, que este nós serem apenas alguns. Daremos como suposto que os princípios não participam da complexidade real da vida, que não se renovam e corrigem na análise crítica da práxis mas que são bem conhecidos. Ora, como diz Hegel, o mais clássico dos clássicos da dialéctica: «o notório em geral, porque é bem conhecido, não é por isso conhecido. A maneira mais comum de se iludir e de iludir os outros é pressupor, no conhecer, algo como notório e contentar-se com isso (...)» (1)

É notório para alguns, por exemplo, que a contradição que terá presidido à formação do INES é uma contradição dos fundadores, e dos militantes que aderiram, com o seu estatuto de membros do Partido. Será? Não poderá ser antes a manifestação (o momento da exteriorização dialéctica) da contradição do nosso modo de funcionamento interno, que supõe formalmente a natureza dialéctica dos princípios mas que não comporta espaços ou estruturas reais que possibilitem a dialectização do novo, o movimento crítico da avaliação da práxis como produção renovada teórica e ideológica? Não nego, antes reconheço, que nas estruturas que temos, vocacionadas apenas para a acção, podemos dizer tudo o que pensamos. Só que, nos termos dos princípios que afirmamos, a democracia não deve colocar-se apenas ao nível da opinião - reivindicamos outra matriz.

Entretanto, reavaliando o problema, podemos - i.e., cada um de nós pode, se quiser - procurar antes a origem das nossas dificuldades na complexidade global do mundo em que nos propomos, transformando-nos, transformá-lo. Esta é uma opção que abdicará da facilidade do juízo para se comprometer com as dificuldades que a compreensão do novo implica necessariamente. Então superaremos a fútil e ingloria disputa pelo título de renovadores, cientes de que a primeira - a única - obrigação do novo é muito simples mas difícil: efectivamente inovar. De resto, esta coisa dos títulos não será apenas a excrescência daquele Mundo a acabar, incómodo na sua lenta putrefacção?

Vamos ter que decidir. Pelo que me toca, supondo que o colectivo somos todos nós e que toda a tentativa para opor acriticamente o colectivo ao indivíduo mais não é do que a subversão, ainda que inconsciente, do colecti-

vo mesmo - muito se tem falado de fracção: dá-se como suposto que o fraccionismo é «bem conhecido». Mas, será?

Precisamos de decidir se somos mesmo uma subjectividade absoluta que pode até conhecer a subjectividade dos outros para a julgar (como consciência em crise, pseudo-renovadores, intelectualóides, etc., ou, o que não é senão o segundo momento dialéctico do mesmo movimento primário, como seguidistas, ortodoxos, etc.), ou se essa é apenas uma nossa fantasia monstruosa, que, privando-nos da possibilidade do reconhecimento do outro, nos impede a assunção despreconceituosa da crise como crise nossa, isto é, do colectivo partidário sem exclusões, agora.

Precisamos de decidir se o que irá reger as nossas relações recíprocas irá ser ou não a lucidez, a razão: é que só essa sabe que a subjectividade é relação e que só nessa relação com um conteúdo que é político e não individual, poderemos começar a compreendermo-nos a nós próprios e uns aos outros. Sem esse saber - dos limites e das condições do nosso conhecimento da subjectividade - continuaremos a debater-nos no vazio das nossas projecções fantásticas sobre a suposta subjectividade dos outros, subjectividade que e, enquanto representação, já Kant o sabia no

século XVIII: «(...) a representação (...) que (...) não pode ser acompanhada por nenhuma outra». (2)

O trágico desta situação é que, se não nos decidirmos bem, permaneceremos na completa incapacidade para a determinação teórica, dialéctica, do conteúdo problemático que nos propomos compreender: as situações internacional e nacional. E, se substituído o rigor dialéctico da compreensão teórica pela unilateralidade da propaganda, poderemos sempre vir a convencer alguns mas não poderemos nunca transformar nada. Ora, como a vida não pede licença para ser dialéctica, se não a transformarmos, conscientemente nos transformando, ela se encarregará de, a curto ou a longo prazo, queiramos ou não, nos transformar a nós.

Só na globalidade da ordem dos trabalhos do XIII Congresso, a questão da nossa identidade se poderá determinar com rigor; porém, sem aquela decisão prévia, que não soubemos tomar na preparação do XIII Congresso, os objectivos deste XIII poderão mesmo ser alcançados?

(1) «Prefácio à Fenomenologia do Espírito»
(2) «Crítica da Razão Pura»

Teresinha Dias - Lisboa

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

**Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX.**



Nota — Os títulos antecedidos de ● são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.





Pontos Cardeais

Pelo menos, estavam ausentes em parte incerta.

Auguros

«Não auguro nada de bom para o Congresso e para o futuro do partido» afirmou recentemente Freitas do Amaral, num expressivo comentário à escassa votação que a sua moção de estratégia está a recolher nas eleições para delegados ao Congresso do CDS. Após ter afirmado que só se manterá à frente dos destinos do CDS se a sua moção recolher uma maioria «clara, expressiva e inequívoca», Freitas do Amaral vê o caso mal parado com os centristas a preferirem guardar-se para o Congresso propriamente dito em vez de se atermem desde já a qualquer uma das dez moções em disputa. O que não se percebe é a razão porque o ainda líder centrista remete para o conclave do CDS o que apenas se afigura, ou perfila,

como uma derrota pessoal. A menos, claro, que Freitas seja dos tais modestos que por aí andam a defender que ou eles... ou o dilúvio.

... e esperanças

Quem anda todo cheio de fé no CDS, esquecidas agruras passadas, é Krus Abecasis. Garante o próprio que se o CDS cumprir o que ele propõe na sua moção será o maior partido nas próximas eleições. É conhecida a megalomania de Abecasis, mas mesmo assim, para quem está num partido com 5 por cento dos votos a nível nacional e tem pela frente umas eleições presidenciais para as quais nem sequer encontrou ainda candidato, há que reconhecer o exagero. A não ser que o homem tenha uma vez mais descoberto a pólvora e esteja decidido a votar num candidato único (tal como o PS e o PSD) reivindicando para si os resultados. Convenhamos que seria originalmente abecasiniano.

Máscaras 1

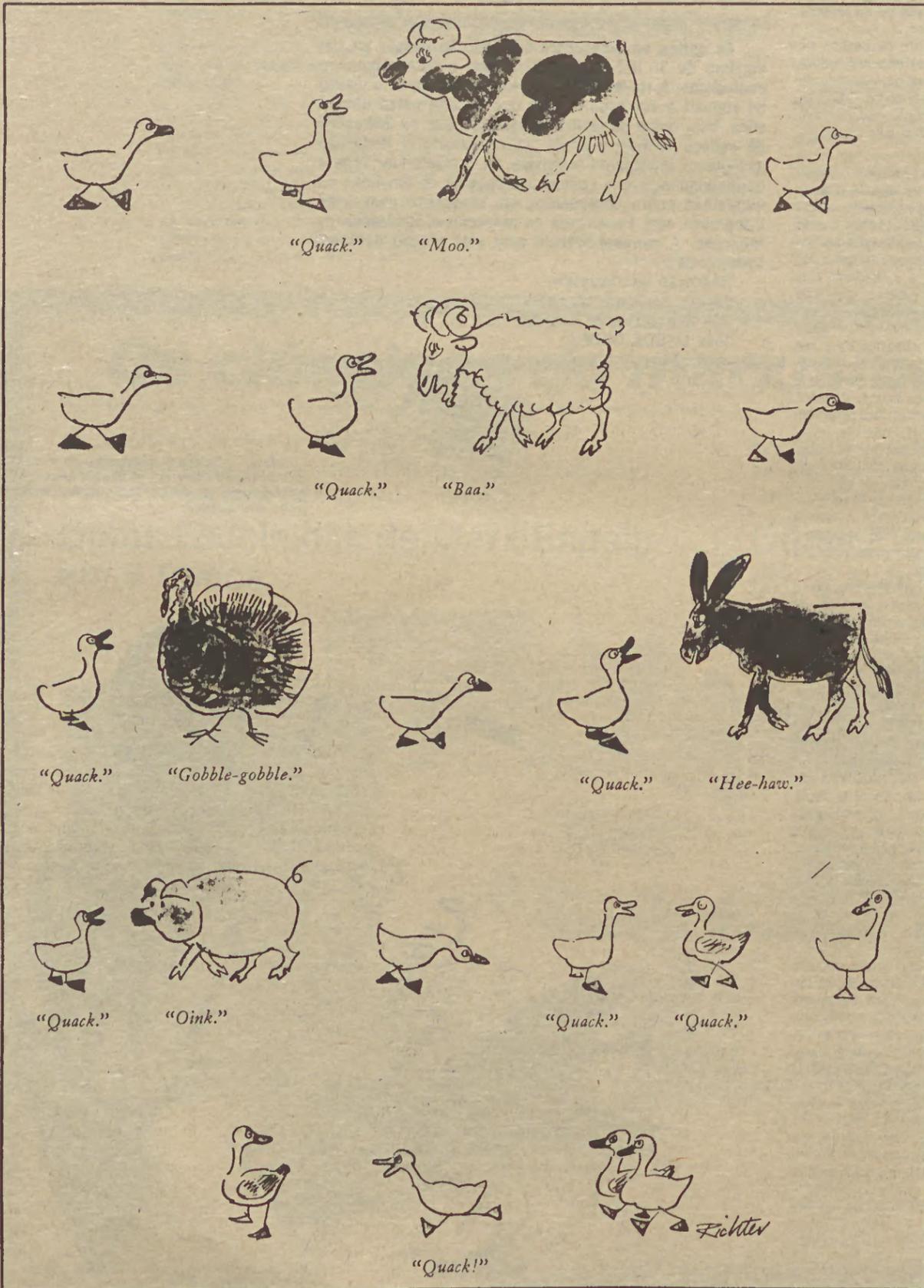
O tempo do Carnaval terminou. Mas apenas no calendário. Com efeito, algumas máscaras perduram para além do tempo regulamentar. Continuam alguns a afivelar as vestimentas com que, ao longo de sempre, se vêm apresentando. Uns de democratas. Mas essa é máscara que cai facilmente. Estão a dar outras máscaras. A de dama-antiga, por exemplo.

Diz-se por aí, entretanto, que uma das que está mais na moda é a de... melancia.

Máscaras 2

«Segue o que eu digo mas

não sigas o que eu faço», poderia ser a máxima deste Governo. E não apenas no Carnaval, mas ao longo do ano. Já que nem a todos é possível fugir com a bolsa à sisa, como o ministro que já foi. No entanto, com a quadra carnavalesca a dar o pleno, o tempo era mesmo de não tomar o Governo a sério. Ou pelo menos de não lhe levar a mal o que faz. Pois era tudo uma brincadeira. Isto a propósito da «ponte» de segunda-feira, proibida pelo Conselho de Ministros para a Função Pública, mas que, no dizer do matutino «o diário», não foi coisa que ralasse alguns ministros, apanhados a fazê-la.



Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Isso faz-se?

Ó Real!
Realmente!
O senhor
um reitor
etc. e tal

alto mestre em retóricas e lógicas
cair assim nas teias ecológicas?

Isso faz-se?

Então
em poluição

não tínhamos nós cá quanto bastasse?...

Máscaras

Ministro sisudo?

Entrudo.

Melhorar o estudo?

Entrudo.

Património com escudo?

Entrudo.

Diálogo chorudo?

Entrudo.

Palavrinhas de veludo?

Entrudo.

Fundo bojudó?

Entrudo.

No governo tudo, tudo
tudo, tudo, entrudo, entrudo...

Mistério!

Em bruto, o Brito é um broto que se brita
no cacho berbicacho.
Freme, fremente, em frio fel se frita
e foi-se abaixo.

Tortuoso, dorido desconforto!
Mal lhe quis quem o quis.
Se o recusou o Porto
como raio servia para o país?...

o Resto...

Do tecto dos Jerónimos caiu
um bom bocado.
El-Rei D. Manuel chorou quando tal viu
quando viu o seu sonho malparado.

Chorou e disse: Foi p'ra isto então
que os caminhos da Índia descobri?
Pobre o país que esmaga o coração
e faz haraquiri...

Santana Lopes, que mil sóis consomem,
ouviu - e com uns ares de infeliz:
- Que raio de língua falará este homem
que não entendo nada do que diz?

Isto é que é um ministro cultural!
O resto, não interessa. E o resto é Portugal...

Roubo? Pior!

O governo a seu gosto
carregou no imposto
e cobrou muito mais do que devia
aos pobres contribuintes em apuros.
E com os tais depósitos fiscais
Cavaco teve à mão
juros tantos e tais
muito mais de um milhão
que aos pobres cidadãos não devolveu.

Isto é roubar? - pergunto eu.

Que ideia tão funesta!
Isto é... perícia,
É mais do que roubar - pois nem nos resta
fazer queixa à polícia...

Ponta e mola

Ao poeta sempre cabe
saber o que a musa aflora
e agora sabe o que sabe
quem sabe o que manda agora
e quem manda vai mandar
e mandando enquanto há vento
que se vá facilitar
já, qualquer despedimento.
Esta notícia consola
pois revela tanto amor:
Cavaco... de ponta e mola
defende o trabalhador...

Agenda

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 844

1 de Março de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

LISBOA

Plenário de militantes da 1ª Zona da OLL sobre a situação política internacional - às 21.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Domingos Lopes.

Sector escritórios da OLL: debate sobre «O Ideal e a Identidade do Partido e o modelo de sociedade que o PCP propõe» - às 19.00, no Centro de Trabalho da Av. Du-

que de Loulé, com participação do camarada Júlio Filipe.

Reunião preparatória do XIII Congresso com camaradas do sector Empresas de Projectos da ORL - às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Sexta

LISBOA

Jantar convívio comemorativo do aniversário do Partido, promovido pelos sec-

tores Escritórios/Comércio, Hotelaria e Gráficos da OLL - às 20.00, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

BELAS

Plenário de militantes, inserido na preparação do XIII Congresso - às 21.30 na sala da Telescola, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

PÓVOA

DE VARZIM
«Socialismo e Democracia - Hoje» - tema do debate que

terá início às 21.30, na Café Enseada, com a participação do prof. Armando Castro e de Domingos Lopes.

Sábado

RIO DE MOURO

Encontro de activistas da CDU do concelho de Sintra - a partir das 15.00 no salão da Junta de Freguesia de Rio de Mouro.

CARCAVELOS

Almoço-convívio,

seguido de debate sobre a situação política internacional, com participação do camarada José Goulão - a partir das 13.00 no Centro de Trabalho.

COVA DA PIEDADE

Plenário para entrega dos cartões do Partido 90/91 - às 15.00, no CT concelhho (Pombal).

MÉRTOLA

Plenário de militantes de Corte de Gafso de Baixo - às 18.30.

Terça

CACÉM

Convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP - às 21.30, no Centro de Trabalho.

Quarta

ALMADA

Plenário da célula dos trabalhadores da Autarquia de Almada, com entrega dos cartões 90/91 - às 18.00, no CT concelhho (Pombal).



«Menina! Oh, menina! Por amor de Deus, pare!»

Darrow, Whitney. In «The New Yorker Album of Drawings - 1925-1975». Penguin Books. New York, 1975

150
mil Contos
para o Terreno
da festa

Avante com a Camp

**TÍTULO
DE
COMPARTICIPAÇÃO**

N.º Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES, com sede na Rua Soeiro
Pereira Gomes, em Lisboa, outorga a

o presente Título pela sua oferta de

Esc. 1000\$00
(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa do «Avante!»

..... de de 19.....

O Secretariado do Comité Central do PCP

Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os Títulos de Participação da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - Fera Radical (52º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (33º epis.)
- 14.15 - Vila Fala (27º e 28º epis.)
- 15.10 - O Mundo Animal (12º epis.)
- 15.45 - Ponto Por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo (84º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo (50º epis.)



21.15 - Winston Churchill (série, 3º epis.)
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (417º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Benji, o Príncipe Extraterrestre (9º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais (6º epis.)
- 17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (46º epis.)
- 18.20 - Os Henderson (11º epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV («Estrada 66», 10º epis.)
- 20.30 - Primeiro Andamento
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (6º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Quinta Dimensão (12º epis.)

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (36º epis.)
- 14.15 - Vila Fala
- 15.15 - O Mundo Animal
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando



- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 21.30 - Gala dos Descobrimientos
- 23.00 - Chefe, Mas Pouco (31º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate
- 00.10 - Pela Noite Dentro - «Um Pequeno Crime», real. Steve Hilliard Stern (EUA/1983, 96 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (23º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais (série, 7º epis.)
- 17.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.20 - Haja Música
- 19.30 - Clássicos da TV
- 21.00 - Jornal das Nove



21.30 - D. Beija (24º epis.)
23.00 - Acerto de Contas
23.30 - Rotações

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Sinfonietta (5º progr.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Olto e Basta (23º epis.)
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela (35º epis.)
- 15.15 - Sessão da Tarde - «Finais Felizes», (EUA)
- 17.20 - Vivamúsica
- 18.05 - Ricardina e Marta (23º epis.)
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Contos de Hollywood (3º epis.)



22.30 - Genesis
23.30 - Cinema da Meia Noite - «Companheiros no Pesadelo», real. Norman Loyd (EUA/1968, 99 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta (Curso de Ciências da Educação)
- 10.20 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
- 12.50 - A Ilha das Crianças (3º epis.)
- 13.15 - Um Solar Alfacinha (4º epis.)
- 14.05 - A História da Mímica (4º e últ. epis.)
- 15.00 - Estádio
- 19.00 - Music Box Especial
- 20.00 - O Meu Irmão Tom (4º e últ. epis.)
- 20.45 - Documentário
- 21.15 - Estádio/Edição da Noite

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.05 - TV Rural

- 10.30 - 70x7
- 11.00 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 12.30 - O Mar e a Terra (13º progr.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Grandes Tormentos (6º epis.)



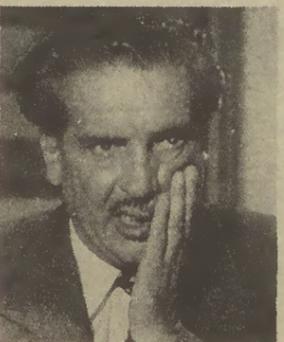
13.35 - Espaço 1999 (6º epis.)
14.20 - O Posto (5º epis.)



- 14.50 - Primeira Matinée - «A Condessa Descalça», real. Joseph L. Mankiewicz (EUA/Itália/1954, 125 min.)
- 17.15 - Concurso 1, 2, 3
- 19.00 - McGyver (23º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Querido John (21º epis.)
- 21.00 - Vencer em Manhattan (série, 5º epis.)
- 22.00 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.55 - Troféu - Atletismo (Campeonato Europeu em Pista Coberta)
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 18.30 - Imagem e Imagens
- 18.50 - Concerto
- 19.35 - Os Trintões (21º e últ. epis.)
- 20.25 - Artes e Letras - «Toulouse Lautrec»



21.20 - Cineclub - Ciclo Luis Buñuel no México: «El» (México/1952, 83 min.)

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (33º epis.)
- 14.15 - Vila Fala
- 15.10 - O Mundo Animal (6º epis.)
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central

- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico



20.15 - Vale Tudo
21.10 - Clube dos Subscritores



- 21.35 - Casino Royal (7º epis.)
- 22.40 - Quase Adultos (7º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Os Cinco (25º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.25 - O Irmão Mais Velho (telefilme)
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.30 - Elogio da Leitura
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Samuel Beckett
- 21.50 - Teatro Estrangeiro
- 22.50 - Larry Carlton

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez



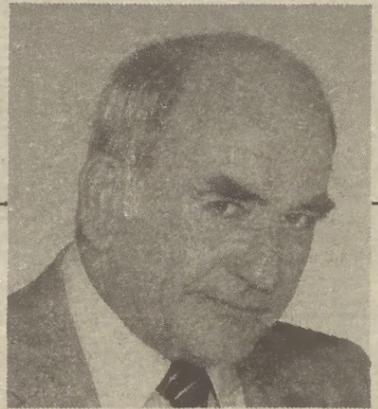
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (74º epis.)
- 13.55 - Vila Fala
- 14.55 - Automobilismo - Rally de Portugal
- 15.45 - Ponto Por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Primeira Página
- 22.10 - Crónica do Crime (25º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.35 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!



- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (14º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima



Filmes

- «Um Pequeno Crime» - 6ª, 00.10, RTP-1
- «Finais Felizes» - sáb., 15.15, RTP-1
- «Companheiros no Pesadelo» - sáb., 23.30, RTP-1
- «A Condessa Descalça» - dom., 14.50, RTP-1
- «El» - dom., 21.35, RTP-2
- «Histórias da América» - 3ª, 22.10, RTP-2
- «Kramer Contra Kramer» - 4ª, 14.10, RTP-1
- «O Ano do Dragão» - 4ª, 23.00, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.30, RTP-2: Primeiro Andamento

- Sexta
- 18.20, RTP-2: Haja Música
- 21.25, RTP-1: «Gala dos Descobrimientos»

- Sábado
- 12.00, RTP-1: Sinfonietta
- 17.20, RTP-1: Vivamúsica
- 19.00, RTP-2: Music Box Especial
- 22.30, RTP-1: Genesis

- Domingo
- 09.00, RTP-2: Music Box

- Quarta
- 21.25, RTP-1: Amália Rodrigues no Coliseu



Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (24.00), 2ª (24.00), 3ª (01.00), 4ª (00.20)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
- Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 13.55
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.00

- 18.50 - Desporto
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Automobilismo - Rally de Portugal
- 21.45 - Cine Magazine
- 22.10 - Cinemadols - «Histórias da América»

- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.25 - Amália Rodrigues no Coliseu

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 11.00 - Missa
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mundo Animal



- 14.10 - Cinema - «Kramer Contra Kramer», Real. Robert Benton, (EUA/1979, 90 min.)
- 15.50 - Carlos do Carmo
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 18.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal



23.00 - Lotação Esgotada - «O Ano do Dragão», real. Michael Cimino (EUA/1985, 128 min.)
23.50 - 24 Horas
00.20 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Campbells (21º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.25 - A Rota Marítima da Seda (2º epis.)
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.20 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Histórias de Potterhouse (4º e últ. epis.)
- 22.30 - Século XX - «A Caminho da Guerra» (série, 1º epis.: Hitler; os anos 30)
- 23.20 - Música n' América

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assassinato sob Custódia	—	★★★	—	★★★
B	Chuva Negra	★★	★★	★	★★
C	O Processo do Rei	★★★	★★★	—	★★★
D	Valmont	★★★	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A—Real. Euzhan Palcy *Alfa/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), *Amoreiras/6* (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), *Mundial/1* (14, 16.30, 19.00, 21.30) Lisboa
- B—Real. Ridley Scott—*Amoreiras/1* (14, 16.30, 19, 21.30, 24), *S. Jorge/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), *Star* (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa
- C—Real. João Mário Grilo *Forum Picoas/2* (14.00, 16.00, 18.00, 22.00) — Lisboa
- D—Real. Milos Forman — *Amoreiras/9* (14, 16.30, 19, 21.30, 24), *Las Vegas/1* (14.15, 18.30, 21.30), *Londres* (14, 16.30, 19, 21.30), *Plaza* (14, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa



Tempo Fim de Semana



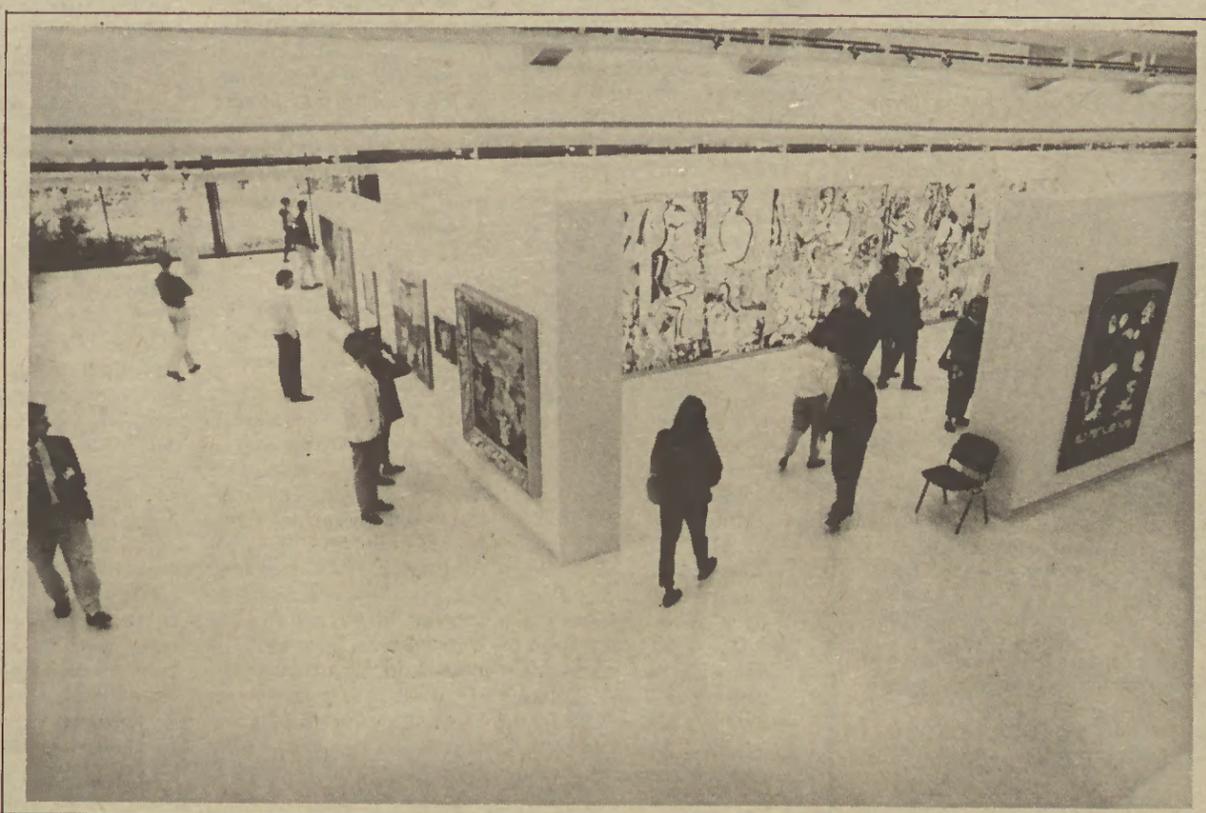
Alguma nebulosidade e vento fraco de Oeste

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições

● LISBOA
Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março).
António Fernando - Pintura e desenho. Galeria Diário de Notícias, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13.
Baltazar Lopes, escultura e **Marta Wengorovius**, desenhos. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 13/3).
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril).
Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
Duarte Belo - Fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 22/3).
Graça Delgado - Arte Têxtil Contemporânea. Galeria Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52. De 2ª a 6ª

das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 10/3).
Graça Morais - Pintura e desenho. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 2/3).
Humor nas páginas de «A Bola» - caricaturas de Stuart Carvalhais, João Martins, José Pargana e Francisco Zambujal publicadas em «A Bola» ao longo de 45 anos. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Campo Grande, 382. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 18 (até 4/3).
Maria João Franco - Pintura. Galeria Alfa Mixta, R. Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 17/3).
Master Drawings - Desenhos italianos, franceses e holandeses (sécs. XVI-XX). Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1ª. De 3ª a sáb. das 17 às 20 (até 14/3).
Nadir Afonso - Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-c. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 3/3).
Pintura, escultura e fotografia contemporâneas da América do Sul (Uruguai, Argentina, Brasil, Chile). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Prémio João Hogan - Trabalhos concorrentes - exposição organizada pela Voz do Operário/Galeria João Hogan na Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (até 3/3).



Presente da Cerâmica Espanhola - 90 peças de 8 ceramistas. Galerias de Exposições do CAM, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Realismo Fantástico Espanhol - colectiva de 6 pintores. Galeria Alfama, Rua das Flores, 109.
Roland Bouvier - Pintura. Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a

sáb. das 14 às 20 (até 9/3).
Rosa Almeida - Desenhos a tinta da china. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 3/3).
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Valente Alves - Pintura. Clube 50, R. S.

Mamede ao Caldas, 9, 1ª. De 2ª a 6ª das 17 às 20 (até 14/3).
Vitor Belém - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. da Esc. Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 17/3).
Xana - Pintura e escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15

às 19, sáb. das 15 às 19.
 ● PORTO
Ana Moreira e Domingos - Pintura. Galeria da Praça, Praça da Liberdade, 66. De 2ª a 6ª das 10 às 12 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 20/3).
Emerenciano - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa

Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.
Henrique Ruivo e Fátima Vaz - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3).
Isabel Pavão - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 10.30 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 8/3).

Manuel Botelho - Pintura. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/3).
Rui Coutinho - Pintura. Galeria Trindade, R. Ricardo Jorge, 55, 1ª. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19.30.
 ● OUTRAS LOCALIDADES
Albino Moura - Pintura («Inéditos»). Nova Galeria de Arte.

De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 4/3) BARREIRO
Kira - Pintura. Galeria Alamadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Sáb. e dom. das 15 às 23 (até 2/3) COSTA DA CAPARICA
Artes Plásticas Amadora/90 - colectiva. Sala D. João V. Diariamente das 15 às 23 DAMAIA
José Augusto - Pintura. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 16/3) ESPINHO
Nuno Félix da Costa - Aguarelas. Galeria Arcada, Arcadas do Parque. De 4ª a 2ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/3) ESTORIL
«Objectos do dia-a-dia salão». Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 - LOURES
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ
Mário Vinte e Um - Pintura. Galeria «O Patamar», Rua da Ferraria, 13. De 2ª a 6ª das 10 às 19 (até 3/3) SINTRA
Curado Matos - Fotografia. Galeria Municipal, R. Almirante Cândido dos Reis. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 4/3) VILA FRANCA DE XIRA.

Teatro O Cartaz

● LISBOA
Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 22. **E O Zé que Zé**, enc. José Carretes.
Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.
Comuna, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. Sala 2 - 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo O Bando. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Car-

los Paulo.
Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc. Mário Viegas
Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaleiro**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.
Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Salada**, encenação colectiva da Cornucópia
Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.6ª e sáb. às

20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner
Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.
Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate... Batman'so** (revista)
Para crianças
 ● LISBOA
Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João

Brites, pelo Grupo o Bando.
Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas, 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.
Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Botto.
Teatro da Malaposta, R. Angola, Oliv. Rua Leão de Oliveira, 1. Dias 24, 25 e 26 às 16, dia 27 às 15 e às 17. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes.

...e ainda

Música, debates, etc.

Excursão
 A 4ª Zona da Organização Local de Lisboa promove mais uma vez este ano uma excursão de autocarro à zona das amendoeiras em flor. É já no próximo fim-de-semana - sábado e domingo -, com saída de Lisboa, paragens em Alcácer, Grândola, Porto Covo, Milfontes, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Sagres e dormida em hotel de 3 estrelas em Portimão.
 Informações e inscrições no Centro de Trabalho de Arroios (tel. 561672).
Concertos
Victoria de Los Angeles está hoje em Lisboa para um recital único no Teatro Nacional de S. Carlos. As 21.30.

No Grande Auditório Gulbenkian tem também hoje lugar, às 18.30, um concerto integralmente preenchido com sonatas para violino e piano de Beethoven. São intérpretes Pinchas Zukerman e Marc Nelkrug.
 Amanhã, à mesma hora e na mesma sala, recital do violoncelista Janos Starker, que interpreta obras de Bach, Cassadó e Kodály. Bilhetes de 1.000\$00 a 1.500\$00.
Vozes do México
 O grupo Los Leones de La Sierra, mexicano, dá hoje início na Sala Polivalente do CAM a uma nova série de concertos promovidos pelo ACARTE sob a designação de «Vo-

zes do Mundo». São oito instrumentistas e cantores, que fazem música «rural» de intervenção social.
 Os espectáculos realizam-se nos dias 1, 2, 3 e 4, com bilhetes a 600\$00.
 Em continuação desta série estará de 9 a 11 de Março no CAM um duo do Mali conduzido por Ali Farka Toure, guitarrista e cantor.
Bailado
 No próximo dia 7 o Ballet Gulbenkian estreia no Grande Auditório o seu 3º programa da temporada, constituído por «Idmen B» (Olga Roriz/Xenakis) e «Jardim Cerrado», do coreógrafo espanhol Nacho Duato - dois bailados em estreia absoluta e

promovido pelo ABC Cine-Clube de Lisboa. Filme: «La Triche», realizado em 1984 por Yannik Bellon, nunca exibido em Portugal.
No Malaposta - Espaço Cinema exhibe-se no fim-de-semana mais um título da série dedicada à Revolução Francesa: «Danton», de Andrzej Wajda.
 Sessões na sexta e no sábado às 21.30, no domingo às 17.00.
ABC
 Na Sociedade Portuguesa de Autores prossegue amanhã às 18.30 o ciclo Cinema Francês - Anos 80,



a TV

Distribuição de responsabilidades...

As forças do apartheid estiveram activas em Moçambique. O governo da África do Sul respectivamente permitiu que forças suas violassem a soberania de Moçambique. Apesar do acordo de Ynkomati, os responsáveis militares continuaram a apoiar a Renamo. Recentemente foi afirmado que a ajuda que a Renamo continua a receber provém de entidades privadas da África do Sul, de elementos da direita dos Estados Unidos.

Apelo ao Presidente de Klerk para que demonstre a mesma integridade que eu constatei durante as minhas negociações com ele e as circunstâncias que rodearam a minha libertação, aprovando a lei que torna possível a ajuda à Renamo.

Estas palavras ouvimo-las nós por acaso num Telejornal (repito: por acaso, certamente...) e foram proferidas por Nelson Mandela num grande comício em Orange.

A personalidade que as proferiu e o local (no interior da própria África do Sul) dão a estas palavras um peso extraordinário. As responsabilidades dos crimes praticados pela Renamo ficam assim bem determinadas.

Meiguinhos, estes Nazis!

Mário Crespo, enviado especial da RTP à África do Sul, deu-nos algumas pistas para melhor se entender as bases em que assenta o apartheid.

As imagens davam-nos a presença (a única, entre todos os países) de uma bandeira nacional numa manifestação nazi. Em Telemundo posterior, através de entrevistas com emigrantes portugueses, quebrou-se a ambiguidade que aquela nota de reportagem poderia sugerir: de facto, os portugueses adeptos dos extremistas são uma reduzida minoria na colónia.

Elucidativa foi aquela entrevista com um nazi manifestante. Escutemos este passo:

Nazi - A guerra na África do Sul nada tem a ver com o racismo nem com o apartheid. Não se trata de racismo. Todos os homens são racistas. Os negros são racistas, os brancos são racistas, somos todos racistas. O que dizemos é que nos deixem ter orgulho no nosso racismo e que eles tenham orgulho no deles.

Repórter - Mas a imagem que vocês transmitem é a de que são contra os negros.

Nazi - É verdade, mas por culpa da informação. A televisão é das armas mais poderosas do mundo, e a televisão na África do Sul está nas mãos dos comunistas. Pelo menos, a maior parte dela.

Assim falou o tal «que não era contra os negros» Disse mais. Disse que os brancos tinham a guerra ganha em Angola, Moçambique e Rodésia, «mas os porcos dos políticos...»

Quanto a Mandela, as suas palavras vinham carregadas de ódio: «Não deviam ter deixado sair da prisão esse selvagem criminoso...»

Meiguinhos, estes nazis, velhos e neos, antigos e modernos. Na África do Sul, como em todo o lado. Como se vê.

Património muda de mãos

Primeira Página, coerente com a orientação geral da informação na RTP, deu mais tempo de antena ao Governo.

No estúdio, o ministro Ferreira do Amaral; dispersos pelo país, representantes partidários e personalidades ligadas a actividades económicas. Cada qual dizia de sua justiça e depois o ministro, do alto da cátedra, respondia ao que lhe convinha e deixava passar em claro o que não lhe convinha...

Por aqui se vê o estranho conceito que o Governo do PSD tem do diálogo e que a RTP tem de debate...

Octávio Teixeira fez uma crítica cerrada à política económica do Governo. Aos que não tiveram a oportunidade de ver a dita **Primeira Página**, ofereço a transcrição de alguns passos da intervenção de Octávio Teixeira.

Se as coisas continuarem ao ritmo dos últimos anos, dentro de muito pouco tempo o turismo no Algarve será controlado a 100 por cento pelo estrangeiro.

Não se está a aplicar o investimento estrangeiro na construção de novas empresas. O investimento estrangeiro está a fazer-se fundamentalmente na aquisição de empresas portuguesas. Aí se aplicou, em 1988, um terço desse investimento...

O investidor estrangeiro, através das negociações com o Governo, está a obter benefícios financeiros muito superiores àqueles que, na generalidade dos casos, são concedidos aos investidores estrangeiros.

Na agricultura a situação é grave. O património português está a passar para mãos estrangeiras.

O governo procura muito o investimento estrangeiro em vez de procurar o melhor investimento, apenas para apresentar números.

Não é o volume das exportações que interessa. O que interessa é a exportação do valor acrescentado nacional.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Viva a fruta!

Passou o Carnaval, é tempo de falar a sério. Aos leitores deixamos, assim, uma sugestão: dêem mais atenção à fruta, que, como se vê, é coisa que não falta nas páginas dos jornais.

Melancia

«Adensa-se o mistério da carta alemã alegadamente enviada ao governador de Macau, em que uma empresa da RFA pede a Melancia que lhe restitua «o dinheiro que já gastámos» no montante de 50 mil contos. Com efeito Richard Weidle, o sócio maioritário, é director executivo de uma das maiores e mais respeitadas firmas alemãs de consultadoria, a Weidleplan, disse a *O Independente* que «tem a nítida sensação de que existem neste momento graves conflitos em Portugal de onde resultaram a difamação da nossa companhia que só nos pode ser prejudicial e contra a qual protestamos vigorosamente».

Um dos mistérios da carta foi esta semana desvendado. Quem nela assina pelas duas pessoas que estão no centro desta história - Strecht Monteiro e Peter Beier - é, nem mais nem menos do que o próprio Weidle. Recorde-se que Monteiro é o intermediário político entre a firma alemã e o meio político português e Beier um dos directores da Weidleplan, precisamente o que estava encarregue dos assuntos de Macau.

Weidle disse-se perplexo. «Pensa que é uma falsificação da sua assinatura?» Perguntámos-lhe. «Não sei. Pode não ser. Não sei como é que ela aparece aí», respondeu. «A origem do telefax em questão é totalmente inexplicável para nós. Não está registado nos nossos arquivos», acrescentou.»

(...)
«O fax de 18 de Outubro de 1989, enviado para a firma de António Strecht Monteiro traz a mesma indicação de origem do próprio fax enviado ontem por Richard Weidle a *O Independente*. As referências da carta é que variam consoante os seus autores. Enquanto no fax de Outubro, a referência é *Bei*, no de ontem ela é *W*. A diferença está entre Peter Beier o director encarregado de Macau e Richard Weidle o director executivo. Beier é o único homem que, solicitado durante duas semanas, nunca falou com *O Independente*, mas apuramos que enquanto este tem uma quota de 200 mil marcos na Weidleplan, Richard Weidle dispõe de uma de um milhão e 800 mil marcos na empresa.

A história da carta alemã tem, em António Strecht Monteiro, um dos seus principais personagens.

Há uma semana dizia a este jornal que a firma para onde lhe foi enviado o célebre fax, a Gráfica Luso-Alemã, não lhe pertencia. *O Independente* apurou que tem nela uma participação com um sócio alemão.

Afirmou também que não tinha tido negócios com a Weidleplan e Carlos Melancia. Apurámos que Monteiro

é, desde o tempo do governador Almeida e Costa o *middle man* - como em Macau chamam aos intermediários - entre a administração daquele território português e a Weidleplan. Foi Strecht Monteiro quem, no Aeroporto de Frankfurt, recebeu diversas vezes os membros do governo de Macau. O próprio secretário-adjunto para as Obras Públicas do governo do território, Luís Vasconcelos, confirmou esta semana ao «Jornal de Macau»: «É verdade que os senhores Peter Beier e António Strecht Monteiro representando a empresa alemã Weidleplan Consulting estiveram por mais de uma vez em Macau, preparando, nomeadamente, a entrada daquela empresa no concurso.»

(«*O Independente*», 23 de Fevereiro)

Melão

«Freitas do Amaral está apreensivo com a escassa votação obtida pela sua moção de estratégia nas primeiras eleições para delegados ao Congresso do CDS e, em especial, com os resultados de Lisboa.

«Não auguro nada de bom para o Congresso e para o futuro do partido», confessou o líder centrista ao «Expresso», acrescentando, porém, que não tenciona desistir da sua recandidatura à liderança.

Nas duas principais votações realizadas até ao princípio da noite de ontem - as da associação de autarcas do CDS e da concelhia de Lisboa - apenas 10 delegados, num total de 66, declararam a sua vinculação à moção de Freitas do Amaral. Manuel Monteiro surgia em segundo lugar, com sete delegados eleitos, três dos quais em Lisboa, onde o presidente do partido elegeu apenas dois, sendo um deles o seu irmão João Freitas do Amaral.

Recorde-se que o líder do CDS declarou há uma semana que só aceitará manter-se na condução dos destinos do partido se a sua moção obtiver no Congresso uma maioria «clara, expressiva e inequívoca». Ontem mesmo reafirmou ao «Expresso» que uma tal maioria corresponde a dois terços dos votos.

(«*Expresso*», 24 de Fevereiro)

Salada

«O ministro das Finanças, Miguel Bezeza, saiu da circulação. Faltou ao Conselho de Ministros da semana passada e também não foi ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, realizado na terça-feira. É pouco visto no Ministério. O último acto oficial em que esteve presente decorreu há dez dias, em Bruxelas. Foi a reunião mensal do Conselho de Ministros das Finanças (ECOFIN) da

Comunidade Europeia. A reunião correu mal. Miguel Bezeza não se saiu bem: «foi incapaz de responder a muitas das questões». Regressou ao País. Cavaco Silva anda enervado.

«o diário» apurou igualmente que no Ministério se comenta a ausência do ministro. E comenta-se também a presença da irmã de Miguel, Leonor Bezeza. A antiga ministra da Saúde instalou-se no gabinete do ainda ministro das Finanças. Sexta-feira foi o primeiro dia. E daí para cá, Leonor Bezeza foi lá todos os dias. O chefe de gabinete já não é o mesmo. A que se deve tanta assiduidade? Fonte bem informada garantiu a «o diário» que Leonor Bezeza vai assegurando o expediente do Ministério. Horácio Piriquito, assessor de imprensa de Miguel Bezeza, disse ao nosso jornal que «é perfeitamente normal que ela cá apareça». Deu duas justificações para tal: ajudar Miguel em «questões burocráticas que demoram a aprender»; e o facto de haver uma «relação familiar». Tudo em beleza.

(«*o diário*», 22 de Fevereiro)

Cascas... e caroços

«Para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, José de Oliveira e Costa, 70 por cento dos portugueses estão a beneficiar de um desagravamento da carga tributária. Quer isto dizer que o grosso dos contribuintes passou a pagar menos de impostos sobre o rendimento - mas, curiosamente, o Estado arrecada mais dinheiro. Paradoxal? Lógico? Oliveira e Costa prefere ver a coisa de outro modo: «A reforma fiscal introduziu um sistema mais justo». A ver vamos.

«As nossas previsões foram ultrapassadas» - disse ao «T&Q» o secretário de Estado que, há dois dias, convocou os órgãos da Informação para um hotel da capital, a propósito da passagem de um ano de reforma fiscal. Na ordem do dia esteve, primordialmente, o IRS, cuja receita bruta cobrada, relativamente a 1989, ronda os 336 milhões de contos - «um pouco acima do previsto».

(«*Tal & Qual*», 23 de Fevereiro)

Bananas?!

«Estou em idade de escolher os meus adversários» - a afirmação é de Júlio Carvalho, ex-governador civil de Bragança, que esta semana desistiu da sua candidatura à distrital do PSD, com eleições marcadas para hoje, sábado.

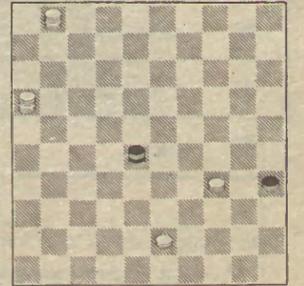
Para o ex-governador civil, a vida política activa acabou. Pelo menos por uns tempos. (...)

No entanto, fácil é adivinhar o desencanto político de Júlio Carvalho quando confessa um certo abandono por parte do Governo face a acusações, que considera graves, de Adão e Silva, agora o único candidato à distrital: «Fazem-se afirmações graves ao governador civil, dizendo a propósito da emissão da TV Nordeste que se vive numa 'república das bananas', uma ofensa que é já ao Estado português, e ninguém reage... ninguém tomou posições».

(«*Semanário*», 24 de Fevereiro)

Damas

CCXLIII - 1 de Março de 1990
Proposição n.º 243
Por: Wladimir Agafonov
Torneio de Issy-Les-Moulineaux (Paris), Maio, 1989
(Contra: Gerscht)
Pr.: [2]: (28)-35
Br.: [4]: (á)-(16)-34-43

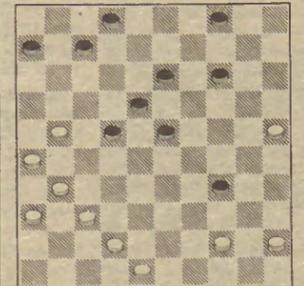


Jogam as brancas e ganham

Issy-Les-Moulineaux/2 a 8 de Maio: 1.º Wladimir Agafonov 11 pts. (4+, 3=, 0-); 2.º, Piet Roozenburg (Ex-Campeão do Mundo) e Luc Guinard; 4.º Raoul Delhon; 5.º Korienievsky...

Golpe n.º 243

Por: Piet Roozenburg
Torneio de Issy-Les-Moulineaux (contra: Francis Delhon)
Pr.: [10]: 2-4-6-7-13-14-18-22-23-24
Br.: [10]: 21-25-26-31-36-37-42-44-45-48



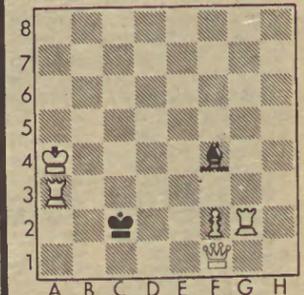
Pretas jogam e ganham

Soluções do n.º CCXLIII
N.º 243 (W.A.): 43-39 (28-44) [a], 1-6 (44-49), 6-22 (35-40), 34x45 (49-35), 16-21 (35-49), 45-40 (49-35), 22-13 (35x8), 2x35 B+ [a]-... (28x50), 1-6 (50-45), 6-1 B+
Golpe n.º 243 (PR): (14-20), 25x14 (4x10), 14x5 (23-28), 5x32 (22-27), 31-22 (18x47) N+

A. de M. M.

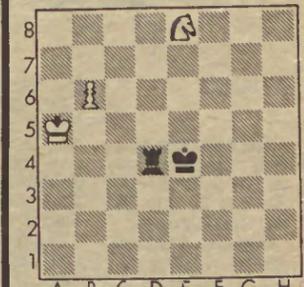
Xadrez

CCXLIII - 1 de Março de 1990
Proposição n.º 243/A
Por: B. Giobel
«Sask-Festen», 29.X.1927
Pr.: [2]: Bf4-Rc2
Br.: [5]: Pf2-Ts. a3, g2-Df1-Ra4



Mate em 2 lances

Proposição N.º 243/B
Por: V & M. Platov
«DeutscheSchachzeitung», 1907
Pr.: [2]: Td4-R64
Br.: [3]: Pb6-C68-Ra5



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXLIII
N.º. 243/A (B.G.): Chave: 1. Tb3!
1. ... Rd2; 2. f3 + +
1. ... Bg5 ou Bh6; 2. f4 + +
1. ... B63; 2. f: e3 + +
1. ... Bg3; 2. f: g3 + +
1. ... Bd2; 2. Dbl + +
1. ... Bc1; 2. Db3 + +
N.º. 243/B (V. & M. P.) 1. b7, Td5+; 2. Rb6, Td8; 3. Cd6 +, R63;
4. Cc8, Td1; 5. Cd6 e g.

A. de M. M.